

Revista **ENFRENTAMENTO** **125**
Edição Especial ISSN1983-1684

Movimento Autogestionário

MOVMAUT

30 anos



NA LUTA PELA AUTOGESTÃO SOCIAL

REVISTA ENFRENTAMENTO

UMA REVISTA NA LUTA CULTURAL

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

ISSN 1983-1684

EXPEDIENTE

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário – MOVAUT. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária e autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. Os textos publicados são de responsabilidade de seus autores. Contudo, o Conselho Editorial da Revista Enfrentamento e o Movimento Autogestionário reservam-se ao direito de só publicar os artigos que expressem claramente os pontos de vista políticos e teóricos do Movimento Autogestionário.

CORPO EDITORIAL

Aline C. Ferreira

Diego Marques P. Dos Anjos

Gabriel Teles

Lucas Maia

Mateus Orio

Ricardo Golovaty

CAPA

Adriana Aparecida Mendonça

SUMÁRIO

TRINTA ANOS DO MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO: ESTRATÉGIA E PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA	6
MANIFESTO DO MOVAUT.....	22
UMA NOTA SOBRE O MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO	34
EDITORIAIS REVISTA RUPTURA	43
TEMPO DE RUPTURA	44
AS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL ATUAL	49
AS LUTAS POLÍTICAS ATUAIS: BALANÇO E PERSPECTIVAS	53
POR UMA ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA	55
PRÉ-CRISE DO CAPITALISMO E AS TAREFAS ATUAIS MSL	58
AUTOGESTÃO OU BARBÁRIE?	71
TEMPO DE RUPTURA PROLETÁRIA.....	76
EDITORIAIS REVISTA ENFRENTAMENTO	80
ENFRENTAR É PRECISO... ..	81
MAIS UM ENFRENTAMENTO	83
ENFRENTAMENTO OU BARBÁRIE!	85
ENFRENTAMENTO E CRÍTICA REVOLUCIONÁRIA	87
A UNIDADE ENTRE LUTA CULTURAL E LUTA POLÍTICA	89
UMA NOTA CONTRA A MESMICE ACADÊMICA E POLÍTICA	91
DIANTE DO CAPITAL, SOMENTE O ENFRENTAMENTO.....	93
O VOTO É OBRIGATÓRIO, MAS PODE SER AUTOGESTIONÁRIO.....	95
EDITORIAL REVISTA ENFRENTAMENTO Nº 9	97
APRESENTAÇÃO REVISTA ENFRENTAMENTO Nº 10	99
EDITORIAL CRÍTICO: UMA ATUALIZAÇÃO DA MÁXIMA “AUTOGESTÃO SOCIAL OU BARBÁRIE”	101
EDITORIAL CRÍTICO: NÃO BATEMOS NA MESMA TECLA, SÓ APONTAMOS O QUE VOCÊ INSISTE EM NÃO VER	104

EDITORIAL REVISTA ENFRENTAMENTO nº 13.....	107
EDITORIAL REVISTA ENFRENTAMENTO nº 14.....	110
NEM INTELECTUALISMO, NEM ANTI-INTELECTUALISMO	112
EDITORIAL REVISTA ENFRENTAMENTO nº 16.....	114
EDITORIAL REVISTA ENFRENTAMENTO nº 17.....	119
EDITORIAL REVISTA ENFRENTAMENTO nº 18.....	122
EDITORIAL REVISTA ENFRENTAMENTO nº 19.....	125
EDITORIAL REVISTA ENFRENTAMENTO nº 20.....	127
EDITORIAL REVISTA ENFRENTAMENTO nº 21.....	132
EDITORIAL REVISTA ENFRENTAMENTO nº 22.....	136
MEMORANDO: 18-05-1818	140
EDITORIAL REVISTA ENFRENTAMENTO nº 24.....	146

EDITORIAL

TRINTA ANOS DO MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO: ESTRATÉGIA E PRÁTICA

REVOLUCIONÁRIA

O Movimento Autogestionário – Movaut – completa, neste 2019, trinta anos de militância revolucionária. Surgido nos anos 1980, o Movaut busca contribuir para o processo de luta do proletariado sem se colocar em uma posição de vanguarda, sem também deixar-se a reboque. Esta contribuição envolve o combate às tendências políticas e ideológicas que colaboram, em última instância, para minar o movimento operário em sua luta desenvolvida historicamente. No decorrer destes trinta anos, o Movaut desenvolveu várias contribuições para a luta cultural. Apresentamos aqui, o manifesto do Movimento Autogestionário, um artigo que resgata a história do Movaut e os editoriais das revistas lançadas pelo movimento como uma expressão de sua luta cultural.

A posição política do Movaut fica clara nas primeiras frases do seu manifesto. O Manifesto do Movimento Autogestionário deixa evidente que o movimento não possui interesses próprios, mas busca somente expressar os interesses da classe proletária, principalmente nos períodos não-revolucionários, colaborando com sua autonomização para a conseqüente instauração de um período de revolução social. A revolução é vista não como algo impossível ou inevitável, mas como expressão do desenvolvimento histórico do capitalismo e suas contradições. Desta forma, o manifesto expõe o desenvolvimento histórico do capitalismo com a sucessão de regimes de acumulação e as tendências e contratendências para a reprodução do capital. Neste resgate histórico o manifesto situa os períodos de ascensão de tendências políticas revolucionárias e deixa explícita a oposição em relação às tendências burocráticas, afirmando o caráter de classe das lutas políticas na sociedade. Sendo assim, o objetivo principal do movimento destaca-se na busca por acelerar o processo revolucionário e criar condições favoráveis para a vitória do proletariado.

É importante ressaltar, tal como exposto neste manifesto, que a articulação entre estratégia global e estratégia específica envolve fundamentalmente a luta na

produção. Nesse sentido, as lutas nos locais de produção capitalista devem se radicalizar se transformando em greve geral e esta deve evoluir para greves de ocupação ativa, com autogestão das fábricas. Neste processo, com o desencadeamento de mudanças radicais na sociedade e com a vitória da revolução proletária, o capitalismo é abolido e instaura-se a autogestão social. Com o final do processo revolucionário o Movimento Autogestionário se autoextinguirá e seus militantes passarão a participar ativamente nos coletivos de autogestão da sociedade. Desta forma, o Movimento Autogestionário visa primordialmente a autogestão social e, neste processo, articula membros que concordem com este princípio e que estejam dispostos a contribuir nesta empreitada.

O segundo texto trazido nesta coletânea é um artigo publicado em 2010 que faz um balanço da prática histórica do Movimento Autogestionário. O artigo retoma o Manifesto do Movimento Autogestionário, evidenciando a busca por apoiar o processo revolucionário, dando suporte à luta operária. Dentre as práticas do Movaut, destacam-se a luta cultural e a busca por aliar movimentos sociais à perspectiva do proletariado de um ponto de vista estratégico. Este artigo, escrito há cerca de 10 anos, traz alguns elementos que sofreram modificações internas, como a presença de anarquistas revolucionários enquanto militantes do Movaut. Neste meio tempo, desenvolveu-se movimentos de contestação social em níveis mundial, nacional, regional e local que demonstraram certa ascensão de tendências contrárias às organizações burocráticas e isso acabou evidenciando interesses burocráticos ou pessoais alheios à luta operária entre militantes autointitulados anarquistas, fazendo o Movimento Autogestionário não mais aceitar em suas fileiras indivíduos anarquistas. Isto, contudo, não impede o coletivo de atuar conjuntamente nas lutas concretas com organizações e indivíduos anarquistas. Com a complexificação das relações sociais, compreender a sociedade e as formas de transformação social é um desafio cada vez mais difícil do ponto de vista intelectual, nesse sentido, não é raro que militantes de algumas tendências acabem defendendo concepções antagônicas por optarem por não se aprofundar na estratégia revolucionária, defendendo uma espécie de anti-intelectualismo.

O que pauta a concepção política do Movimento Autogestionário é a perspectiva do proletariado e a busca pela superação da sociedade capitalista e pela emancipação dos seres humanos. Nesta medida é que as produções intelectuais são apropriadas como suporte do movimento na luta cultural para compreender a sociedade capitalista e desenvolver as estratégias de sua transformação. Assim, todas as contribuições teóricas são analisadas a partir desta perspectiva, de modo que a estratégia revolucionária se desenvolve com o desenvolvimento da luta de classes e assim uma determinada concepção teórica não é tratada como verdade absoluta ou insuperável, mas simplesmente útil na medida em que contribua para os objetivos da luta operária. Por isso, ressalta-se a necessidade de sempre atualizar e desenvolver as concepções teóricas fundamentais para o movimento do proletariado. Um aspecto fundamental, nesta perspectiva, é a adequação entre meios e fins, enfatizando-se que para se constituir uma sociedade auto-organizada isso deve ser feito de forma também auto-organizada e a autogestão é social, porque não envolve um bairro, uma cidade ou um país, mas deve envolver toda a sociedade, não sendo possível, portanto, sua realização de forma parcial ou local.

Destaca-se, na história do Movimento Autogestionário, não meramente a história de indivíduos que fundaram o movimento e desenvolveram essa ou aquela prática revolucionária, uma ou outra ação nas ruas de uma determinada cidade, mas sim o desenvolvimento do próprio movimento operário no interior da sociedade capitalista. Nesse sentido, o Movaut aparece enquanto apoiador do movimento do proletariado e não como um agente condutor da ação política na luta de classes.

O editorial da primeira revista *Ruptura*, lançada em maio de 1993 pelo Movimento que à época era intitulado Movimento Conselhistas, traz de início a ideia de romper com práticas do dito movimento socialista, principalmente com a cultura política autoritária e vanguardista. Assim, ressaltava o caráter de dependência do movimento comunista em relação ao desenvolvimento histórico das lutas operárias. Reforçava também o debate com outras tendências políticas como forma de superar práticas comuns dos grupos autoritários. Já apresentava, portanto, a ideia da contribuição com o movimento operário colocando-se como expressão teórica do proletariado.

Outro aspecto já então ressaltado é a oposição ao bolchevismo, demonstrando a existência de um *capitalismo de estado* na União Soviética em detrimento de um socialismo – uma sociedade transformada do ponto de vista social – e destacando os problemas enfrentados pela população desta sociedade capitalista em sua modalidade estatal. Além da crítica ao capitalismo estatal, evidenciava-se a instabilidade do capitalismo privado, ressaltando a necessidade não da transformação do capitalismo estatal em privado, mas da destruição do capitalismo como um todo e da instauração da sociedade autogerida.

A crítica aos partidos políticos e à democracia burguesa já era também enfatizada. Nesta edição da revista em específico, esta crítica é direcionada especialmente ao Partido dos Trabalhadores – PT, evidenciando o progressivo distanciamento das bases, que já se evidenciava, e o oportunismo político eleitoreiro, seu processo de burocratização cada vez mais intenso, sua completa integração ao terreno da democracia burguesa. Além do PT, nesta época o movimento já rompe com outras tentativas de se formar partidos políticos supostamente mais à esquerda, demonstrando uma ruptura total com esta modalidade de ação política, bem como aprofundando cada vez mais a crítica aos partidos políticos como forma de estratégia revolucionária. Ao final, o texto destaca as possibilidades de debate político e o foco na autogestão social.

A segunda revista Ruptura é lançada em julho de 1994 e tem como foco, em seu editorial, as lutas sociais no Brasil. Neste aspecto, destaca a violência institucional, no sentido da violência sofrida pela população mais pobre do país, e também a deturpação do tema da violência promovida pela classe dominante, promovendo a reificação do fenômeno. Especificamente, o texto aborda a questão do campo, enfatizando a luta pela terra, os latifúndios improdutivos, com a produção voltada para a exportação, a destruição ambiental e a miséria de camponeses e demais trabalhadores rurais. Desta forma, aponta para a necessidade de uma revolução agrária que envolve a coletivização das terras e a autogestão da produção agrária. Ressalta ainda a necessidade da articulação das lutas no campo com as lutas urbanas em prol da autogestão do espaço urbano. Assim, promove a crítica da divisão capitalista do espaço urbano e, enfatizando a crítica a especulação imobiliária,

ressalta a luta pela moradia como estratégica para a luta socialista em geral. Além disso, destaca a necessidade de radicalização de todos os movimentos sociais específicos, por meio da articulação com o movimento operário na constituição de um bloco revolucionário, para que assim coloquem a sociedade capitalista em questão.

Em dezembro de 1994 é lançada a revista Ruptura nº 3 que, em seu editorial, promove um balanço das lutas políticas da época. Desta forma, destaca-se o contexto de crise das lutas políticas com a aglutinação das forças políticas conservadoras e uma vagarosa reconquista de espaço por parte do movimento revolucionário. No Brasil, a crise econômica convivia com o fortalecimento do bloco conservador e com a desarticulação do bloco reformista. Já nesta época a derrota do PT nas eleições era percebida sob os aspectos da ilusão em relação a este partido e das possibilidades de cooptação de segmentos sociais em caso de vitória. Neste aspecto, o texto apontava a pulverização do bloco reformista, que abria espaço para a formação de uma alternativa revolucionária. Aqui, o então Movimento Conselhistas apresenta-se como “alternativa política que busca expressar os interesses políticos do proletariado”.

Na edição número 4, lançada em janeiro de 1996, foi dada ênfase à alternativa revolucionária. Não se tratava, então, de administrar o capitalismo ou implementar um capitalismo de estado, mas sim concretizar o projeto da autogestão social, libertando de vez a população do capitalismo. Foi, naquele momento, apresentada a mudança do nome de Movimento Conselhistas para Movimento Socialista Libertário – MSL. Assim, este movimento fazia uma autoavaliação considerando estar em um momento de expansão após passar por um período de dificuldade. Assim, ressaltava-se o crescimento numérico do grupo e a expansão de contatos pelo país. A mudança no nome vinha acompanhada de uma mudança na revista Ruptura. O nome conselhistas era de difícil propagação, por ser uma corrente política pouco conhecida à época. Assim, os trabalhadores em geral dificilmente teriam consciência do significado de conselhismo e sua relação com a autogestão. Já a revista Ruptura passava a focar mais na elaboração de estratégias políticas, no estudo dos movimentos sociais e na análise de conjuntura, em detrimento da análise teórica que, apesar de não ser abandonada, naquele momento deixaria de ser preponderante. A

análise da conjuntura – de conflitos em torno da implementação de políticas neoliberais – apontava para um acirramento nos conflitos de classe no Brasil com o aprofundamento da crise de legitimidade do capitalismo e, juntamente com o enfraquecimento do bloco progressista, a possibilidade crescente da autonomização do movimento operário.

É sobre as tarefas a serem desenvolvidas pelo Movimento Socialista Libertário que versa o editorial da revista Ruptura nº 5, lançada em fevereiro de 1997. Neste período, as ações da burguesia envolviam uma reação à iminente crise capitalista, mas que só conseguiam adiar esta crise, sem impedir o agravamento das contradições, principalmente a tendência declinante da taxa de lucro médio. Para evitar a ocorrência disso, a estratégia capitalista consistia na busca pelo aumento da produtividade, principalmente por meio do toyotismo e modelos similares de organização do trabalho. A implementação de políticas neoliberais era também uma estratégia capitalista nesse sentido, envolvendo a redução de gastos sociais, que produzem novas contradições, principalmente a resistência dos trabalhadores cuja integração na sociedade burguesa torna-se mais frágil. Naquele momento, a luta dos trabalhadores apresentava a tendência da radicalização rumo à autonomização, como contra tendência colocava-se a burocratização do movimento operário, colocando a autonomização não apenas como tendência, mas também como necessidade.

Ressaltando-se a ascensão da extrema direita nos momentos pré-crise capitalista, a intensificação da luta cultural colocava-se como uma tarefa importante para aproveitar a também expansão das tendências revolucionárias do período de crise. Essa luta visa diminuir a influência do bloco reformista sobre os trabalhadores e fortalecer a luta revolucionária. Trata-se de lutar pela hegemonia, no sentido de combater a ideologia burguesa e burocrática e fortalecer a perspectiva da autogestão social. Essa busca envolve o combate ao racismo e ao sexismo e o desenvolvimento de uma cultura revolucionária, combatendo também o consumismo, o burocratismo, o culto à autoridade e ao dinheiro, e busca a união de forças e a divulgação da perspectiva revolucionária.

Essa perspectiva proletária encontra reação por parte da burguesia, por isso é necessário um conjunto de ações para apoiar as forças revolucionárias. Entre estas ações, destaca-se um projeto político global no sentido da articulação entre questões imediatas e questões gerais; a articulação de diversas correntes políticas nos níveis regional, nacional e internacional. Entre as propostas de mobilização da classe trabalhadora do ponto de vista estratégico, são citadas as lutas pela(o): diminuição da jornada de trabalho; democratização dos meios de comunicação; democratização das escolas e universidades através do sistema paritário; fim da propriedade do solo nas cidades; fim da propriedade privada nas terras desocupadas na zona rural e sua imediata coletivização; entre outras. Neste aspecto, destaca-se a necessidade de aprofundar e especificar essas propostas como uma tarefa coletiva dos militantes libertários. O objetivo último das propostas é a autogestão social, mas a estratégia é criar ampla mobilização. Cabe então aos movimentos libertários divulgar suas ideias e aglutinar forças em torno da luta contra o capital. Neste aspecto ressalta-se a necessidade de evitar divisões desnecessárias em torno de questões secundárias, favorecendo a tolerância e o convívio com as diferenças.

Em dezembro de 1997 é lançada a revista Ruptura nº 7. A tônica da revista é o acirramento da luta de classes, que deixa a alternativa da autogestão em contraposição à barbárie capitalista. Partindo da análise histórica, o editorial foca nos ciclos revolucionários que sucedem as crises cíclicas do capitalismo. Com a derrota no final de um ciclo revolucionário a burguesia recorre a medidas autoritárias para assegurar a manutenção da ordem. As medidas autoritárias vêm acompanhadas de uma ideologia do inimigo imaginário, com o fim de angariar apoio de parte da população. O inimigo imaginário encobre o verdadeiro inimigo que é o capital.

O confronto fundamental da sociedade capitalista, entre burguesia e proletariado, é destacado, juntamente com as demais classes sociais que complexificam este conflito. Assim, reforça-se a luta da esquerda (revolucionária) não somente contra a direita, mas também contra a extrema-direita, a socialdemocracia e o bolchevismo, todas essas contrárias à revolução proletária. Neste mote, a extrema-direita representa o inimigo mais importante da esquerda, podendo haver aliança entre a esquerda, a socialdemocracia e o bolchevismo para

combater a extrema-direita, mas esta aliança deve ser desfeita na medida em que aquele inimigo esteja derrotado, pois isso é determinante para os rumos do processo de transformação, podendo determinar a transformação da sociedade em uma sociedade autogerida ou em um capitalismo de estado ou ainda em um modo de produção burocrático. Isso exprime a necessidade de recuperar forças nos momentos de recuo das classes exploradas.

O período de pré-crise capitalista apresenta a tendência de autonomização das classes exploradas, bem como de fortalecimento da extrema-direita. A análise histórica é importante para antecipar o movimento da sociedade e estabelecer a estratégia política, aglutinar a esquerda e combater a barbárie capitalista. Desta forma, destaca-se a necessidade de articular as forças anticapitalistas internacionais e reforçar as atividades junto às classes exploradas e os movimentos sociais no sentido da criação de um bloco revolucionário.

Após um período de lacuna é lançada a revista Ruptura nº7, em agosto de 2001. Este número relembra a época de início do Movimento Socialista Libertário e seu objetivo de contribuir com a autogestão social. Nesse sentido, ressalta a posição do MSL como expressão do movimento operário. Neste editorial, destaca-se os acertos nas previsões feitas nos editoriais anteriores. Ressaltando os debates desenvolvidos a partir do primeiro número, coloca-se uma nova situação para o MSL a partir do fim do ano 2000 em que o movimento começa a se reestruturar depois de um período de desarticulação. Contatos com outros coletivos foram iniciados e outros retomados, que expressava também a formação de novos coletivos revolucionários no Brasil, como expressão do acirramento dos conflitos de classe e do esboço de um processo de radicalização das lutas. Era um contexto de ruptura proletária, com o capitalismo encontrando dificuldades de reprodução. A internet, à época, começava a facilitar os contatos com grupos revolucionários de outros países.

Após o surgimento de um grupo intitulado Movimento de Luta Socialista (MLS), de cunho autoritário, surgiram problemas de confusão em relação ao Movimento Socialista Libertário (MSL). Nesse contexto, o MSL retornava firme com sua proposta de formação de uma Federação dos Movimentos Revolucionários. Em meio a isso, o movimento resolve modificar o nome mais uma vez, passando a se

chamar *Movimento Autogestionário*, que impossibilita confusões com outros nomes e expressa o fundamento do modo de produção comunista: a autogestão social. Portanto, o significado do novo nome remete à ação em torno do objetivo que é a instauração da autogestão social. Este foi o último número da Revista Ruptura. O movimento fica um período sem publicar um periódico que expresse seus princípios e projeto político, sendo isto feito mais a partir das publicações individuais de seus militantes.

Esta vacância é preenchida em 2006, quando é lançada a primeira revista *Enfrentamento*. Esta revista nasce a partir da ideia de enfrentar o capital e da necessidade de o fazê-lo, reafirmando que em uma sociedade em que não há liberdade, a luta contra esta sociedade é um ato de liberdade. A revista *Enfrentamento* coloca-se como um produto do Movimento Autogestionário, cujo objetivo é promover o enfrentamento à sociedade capitalista, engendrando um mundo realmente humano.

O segundo e o terceiro números da revista *Enfrentamento* são lançados em 2007. Ressaltam a intensificação do processo de exploração da classe trabalhadora e, conseqüentemente, a necessidade da instauração da autogestão social. Destacam também o caráter de imprevisibilidade da revolução social, afirmando a possibilidade de uma revolução autogestionária enquanto uma tendência no interior da sociedade capitalista. Desta forma, enfatiza-se a luta de classes como motor da história, no sentido de que é ela que irá definir os rumos da revolução social, considerando que existem forças pró e contra revolucionárias. Assim, apesar do domínio do modo de produção capitalista, a falibilidade do mesmo deve ser também destacada. Trata-se, nesse sentido de um chamado para a auto-organização dos explorados e a revista traz, em seu conteúdo, a crítica das instituições burocráticas capitalistas.

A crítica revolucionária é o tema do editorial da revista *Enfrentamento* nº 4, lançada no primeiro semestre de 2008. Esta crítica revolucionária visa expor a perspectiva do proletariado e desmascarar as ideologias, apontando suas contradições no sentido de promover a “crítica desapiedada do existente”, tal como proposto por Karl Marx. O número seguinte enfatiza ainda mais a luta cultural e a luta política. Apresenta o objetivo de “demonstrar que a luta cultural é uma unidade com

a luta política”. A luta de classes se desenvolve cotidianamente e quando são produzidas novas relações sociais, são produzidas também novas ideias. A revista *Enfrentamento* nº 5 ressalta a dificuldade em defender a concepção revolucionária nos períodos de recrudescimento da luta. Assim, chama para a defesa da perspectiva do proletariado não apenas nos momentos de fervor das lutas revolucionárias, mas em todos os momentos, ressaltando também a necessidade de resgatar a essência revolucionária do proletariado e não simplesmente as representações cotidianas desta classe. Conclui assim que a luta cultural é fundamental e pode se manifestar de diversas formas, sempre na defesa da luta revolucionária do proletariado.

Em 2009, a revista *Enfrentamento* promove a crítica das produções acadêmicas e dos partidos políticos pautados por estratégias que reificam a ordem burguesa, reproduzindo a ideologia dominante. Esta crítica traz como aporte uma discussão sobre o conceito de alienação. Assim, a alienação, iniciada no processo produtivo, se expande pela sociedade, tendo como consequência a produção de uma consciência fetichista da realidade. O editorial do número 6 se coloca como um “um manifesto contra a alienação e contra o fetichismo”. O número 7 é lançado com o seguinte lema: “diante do capital, apenas o enfrentamento é realista”. Assim, para superar as condições de vida da sociedade capitalista, a obediência não tem lugar. A reprodução da ideologia burguesa é a norma da sociedade, então é necessário contrapô-la, contestando a hegemonia do capital. Da mesma forma, nenhuma forma de coalizão com o capital é aceitável.

O número 8 da revista *Enfrentamento* é lançado no primeiro semestre de 2010 e tem como tema principal o voto nulo Autogestionário. Assim, o objetivo desta edição é demonstrar a farsa da democracia representativa e propor o voto nulo, como forma de protesto contra essa democracia burguesa. O voto nulo, porém, não é colocado como solução definitiva, mas como uma estratégia para se desenvolver a consciência revolucionária. Estratégia essa que deve vir acompanhada de um projeto alternativo de sociedade e de uma prática revolucionária que aponte para a realização deste projeto. A percepção da história e de seu desenvolvimento evidencia a concreticidade deste projeto plenamente justificável pela miséria capitalista.

No segundo semestre de 2010 é lançada a *Enfrentamento* número 9, propondo uma reflexão sobre a revista que, à época, completava cinco anos de existência. Nesse sentido, reforça a ligação das publicações com a concepção revolucionária do Movimento Autogestionário e retoma também a necessidade de recuperar e divulgar a obra de autores revolucionários, tendo-os como ponto de partida para promover avanços.

O número 10, lançado no primeiro semestre de 2011, coloca-se como uma “contribuição à crítica das ideologias, instituições, movimentos sociais que de uma ou outra maneira estão comprometidos com a sociedade do capital”. As rebeliões desenvolvidas no planeta à época são aludidas enquanto evidência dos conflitos de classe efervescentes e que estes conflitos demonstram a necessidade de superação da sociedade capitalista. A publicação reforça, com isso, a análise dos conflitos e a atuação nos mesmos a partir da perspectiva do proletariado, trazendo discussões sobre o capitalismo contemporâneo, sobre a teoria revolucionária e também documentos históricos do Movaut. O número 11 da revista *Enfrentamento* ressalta também as lutas sociais explodindo pelo mundo, como expressão da dificuldade do capitalismo em reproduzir a acumulação, ao mesmo tempo em que as condições dos trabalhadores se precarizavam. Esta publicação propunha uma atualização da máxima “autogestão ou barbárie”, no sentido de que a classe trabalhadora se organizava, promovendo a ascensão das lutas de classe em diversas regiões do planeta, abrindo brechas para a transformação social e, do outro lado, fascismo e guerra imperialista colocavam-se como possibilidades.

No segundo semestre de 2012 é lançada a revista *Enfrentamento* nº 12. O editorial partia da insistência na não percepção da inviabilidade do modo de produção capitalista em detrimento da necessidade de se enxergar a realidade para além da ideologia dominante. O capitalismo, com suas políticas neoliberais, cobra às classes trabalhadoras o preço de sua manutenção. Desta forma, apenas o *enfrentamento* pode dar a resposta à crise encarada pelos trabalhadores.

O número 13 é lançado em julho de 2013, trazendo uma edição especial sobre a onda de protestos no Brasil. Este editorial relembra as publicações anteriores da revista, ressaltando o acirramento dos conflitos de classe que já se desenvolvia em

decorrência do agravamento das condições da sociedade capitalista. Ressaltava, nesse sentido, o necessário recuo da classe capitalista ante às mobilizações. Os meios oligopolistas de comunicação também recuaram em sua condenação sumária às manifestações. Desta forma, o enfrentamento mostrou-se a única forma eficaz de combate à classe capitalista, de modo que a auto-organização e a ação direta são as formas que os trabalhadores dispõem para o enfrentamento, bem como o caráter mobilizador da teoria.

A revista *Enfrentamento* nº 14 destacava a crítica à contrarrevolução cultural ideológica iniciada como uma reação aos movimentos de contestação operária e estudantil desenvolvidos no final dos anos 1960. Esta edição, do segundo semestre de 2013, ressaltava a necessidade de intervenção consciente por parte dos grupos políticos revolucionários no resgate das ideias revolucionárias produzidas pela radicalização do movimento dos trabalhadores.

No primeiro semestre de 2014, com o lançamento da *Enfrentamento* nº 15, é proposta a crítica ao intelectualismo e ao anti-intelectualismo. Nesse sentido, a crítica ao intelectualismo é a crítica ao discurso acadêmico e sua suposta neutralidade. Já em relação ao anti-intelectualismo, a crítica se dá em relação à supervalorização da “ação direta” em detrimento da reflexão teórica. Desta forma, a reflexão teórica não é fetichizada e nem descartada, mas pautada por uma perspectiva mais ampla, a da estratégia revolucionária. O número 16 foi publicado afirmando a crítica como instrumento da busca pela verdade. Nesse sentido, afirma-se a verdade enquanto passível de apreensão pela consciência e considera-se o anti-intelectualismo como um obstáculo para a luta revolucionária. Outro aspecto ressaltado foi a indissociabilidade entre ser e consciência, demonstrando a ligação entre as ideias e sua raiz social. Nesse sentido, os textos expostos nesta edição remetem à crítica das ideologias que fundamentam as atuações de grupos políticos e indivíduos. Foi ressaltado também o caráter mobilizador das ideias, colocando a busca pela verdade como uma tarefa urgente dos militantes revolucionários.

No primeiro semestre de 2015 é lançado o número 17 da revista *Enfrentamento*. Com quase uma década de lançamento desta revista, o editorial destaca seu caráter político e o compromisso com a transformação social, bem como

a vinculação com o materialismo histórico-dialético, com os interesses do proletariado, com a busca pela verdade e com a crítica das ideologias. Foram enfatizadas também as demonstrações de instabilidade política e econômica na sociedade capitalista contemporânea, com a dificuldade de reproduzir o regime de acumulação integral, arrochando cada vez mais as condições das classes desprivilegiadas e, conseqüentemente, acirrando os conflitos de classe.

O número 18 da revista é lançado com ênfase à dificuldade da reprodução do regime capitalista de acumulação integral. Assim, destaca os problemas da acumulação capitalista e suas conseqüências ao redor do mundo e também a retomada de lutas sociais autônomas e independentes, chegando a estágios de radicalização. Neste aspecto, reforçava a importância das lutas revolucionárias para o desenvolvimento da consciência revolucionária. A revista foca na questão da prática revolucionária, ressaltando a necessidade de envolver a análise da prática revolucionária dentro de um corpo teórico, sempre visando a transformação social. O número 19 é lançado no primeiro semestre de 2016, partindo da possibilidade e da necessidade da crítica revolucionária. Enfatiza a crítica da burocracia como uma classe social auxiliar da burguesia e, assim, destaca a possibilidade da crítica revolucionária como uma prerrogativa da perspectiva do proletariado revolucionário.

Completando 10 anos de atividades, a revista *Enfrentamento* número 20 é lançada no segundo semestre de 2016. O editorial destacava a ideia de que uma sociedade de fato comunista ainda não havia existido, mas apenas experiências revolucionárias que foram, posteriormente, derrotadas. Nesse sentido, as experiências ocorridas na União Soviética, Cuba, China etc. não são propriamente sociedades comunistas ou autogeridas, mas sim, outro tipo de sociedade, corretamente denominadas capitalismo de estado, pois não romperem com a relação-capital, ou seja, a relação de exploração de classe, embora a apropriação do mais-valor não seja mais feita por uma classe capitalista (privada), mas sim por uma burguesia de estado. Assim, destaca-se o estudo das experiências revolucionárias pautando-se pelas demandas do tempo presente a fim de trazer lições para práticas futuras.

O número 21 da revista *Enfrentamento*, lançado no primeiro semestre de 2017, se dedica à análise do estado capitalista a partir do ponto de vista do proletariado. Nessa perspectiva, a única proposta em relação ao estado é a sua abolição. Apesar do reconhecimento dessa necessidade, na prática isso ainda não foi efetivado. Da mesma forma, partindo da perspectiva do proletariado, a revolução comunista não é considerada algo inevitável, determinado teoricamente, mas sim como expressão do movimento histórico do modo de produção capitalista que, com suas contradições, engendra a possibilidade de sua destruição. A revista *Enfrentamento* nº 22 traz o problema da burocracia e suas práticas de regularização social. Esta edição, traz a crítica da burocracia como classe social em sua atuação contrária à revolução proletária. Assim, a contrarrevolução bolchevique é destacada enquanto agente de desarticulação das lutas proletárias na União Soviética e a tese do “período de transição” é criticada em prol da afirmação da necessidade de ruptura total com o estado capitalista.

O editorial da revista *Enfrentamento* nº 23 chega em forma de memorando, como uma forma de sátira à classe burocrática. Lançada no primeiro semestre de 2018, esta edição aprofunda a crítica do estado capitalista e da classe que rege os negócios da burguesia. Esta crítica exprime a militância teórica do Movimento Autogestionário, desenvolvida no decorrer dos anos, levando-se em consideração a contrarrevolução burguesa empreendida em diversos momentos de luta operária no decorrer da história. Nesse sentido, as lutas sociais principalmente a partir do século XX destacam este papel contrarrevolucionário da burocracia. Desta forma, sindicatos e partidos políticos são instituições a serem combatidas. Destaca-se também a falta de acúmulo a cada ciclo de lutas, em que muito daquilo que se desenvolveu teoricamente se perde de um ciclo para outro. Essas perdas reforçam ainda mais a necessidade da luta cultural constante, para manter a classe operária consciente de seus inimigos e focada em seus verdadeiros objetivos.

A última revista *Enfrentamento*, lançada neste ano de 2019, destaca em seu editorial a atuação de três décadas do Movimento Autogestionário. Reforça também a perspectiva do proletariado e o materialismo histórico-dialético, evidenciando a necessidade da transformação social. Partindo da luta autogestionária como

pressuposto para a instauração da autogestão social, os textos que constam neste número da revista abordam a temática “Luta de classes e estratégia revolucionária”. A luta cultural apresentada na revista *Enfrentamento* visa a crítica radical das instituições capitalistas e o fortalecimento do bloco revolucionário. Assim como os números anteriores, esta edição traz a tentativa de articular um tema e promover a crítica, avançando na luta cultural rumo ao fortalecimento do movimento operário.

Os textos abaixo trazem um pouco da história do Movimento Autogestionário, demonstrando suas expressões culturais no decorrer dos anos. Assim, identifica-se de forma inequívoca a perspectiva revolucionária se manifestando em todas as contribuições culturais, bem como a busca constante pela crítica às ideologias que promovem a desarticulação e desmobilização do movimento proletário. Em cada um destes trinta anos em que o Movaut exprimiu sua consciência revolucionária nestas revistas, buscou combater os inimigos do movimento operário e ressaltar os pontos fundamentais do movimento rumo à transformação social. A emancipação da classe operária deve ser uma obra da própria classe operária e apenas por meio de lutas autogestionárias é possível a instauração da autogestão social.

Após 30 anos de atividade política e cultural, o Movaut reafirma seu compromisso com a luta pela autogestão social via revolução proletária. Durante este período, pode-se ressaltar o papel que o Movaut teve na divulgação nos meios políticos brasileiros em propagar a ideia de Autogestão Social. Isto já havia sido feito por Maurício Tragtemberg na década de 1980, através de suas publicações e de círculos intelectuais próximos. O Movaut, herdeiro e difusor do marxismo autogestionário aqui no Brasil, esforça-se por contribuir para que tal tendência, que expressa os interesses de classe do proletariado, seja conhecida por círculos políticos e intelectuais cada vez mais amplos. Nesta caminhada, muitos militantes entraram e saíram do coletivo, o que é normal. Entretanto, permanece no coletivo duas forças profundas: a) a transformação revolucionária da sociedade só se dará mediante uma ampla, profunda e radical revolução proletária; b) tal revolução não é obra de nenhum grupo político específico, mas sim da própria classe operária; e neste processo, o desenvolvimento da consciência política do proletariado é condição

indispensável. Por isto nossa luta cultural não é algo de menor importância. É parte da luta revolucionária do proletariado, pois nossos interesses não são algo a parte dos interesses de classe do proletariado.

MANIFESTO DO MOVAUT

O Movaut (Movimento Autogestionário) é um movimento político autogerido que busca ser expressão teórica e política do movimento revolucionário do proletariado. Ele não possui interesses próprios, mas pretende tão-somente ser uma forma de expressão dos interesses de classe do proletariado. Em períodos históricos não-revolucionários, a classe revolucionária de nossa época, o proletariado, não consegue forjar uma expressão política e teórica autêntica de proporções quantitativas elevadas; nos períodos revolucionários, o proletariado realiza sua autonomização e se liberta dos seus falsos representantes e representações (partidos, sindicatos, ideologias, etc.), passando a autogerir sua luta e começando a constituir a autogestão social. O Movimento Autogestionário busca, em um período não-revolucionário, expressar os interesses históricos do proletariado e colaborar com a sua autonomização e assim inaugurar um período de revolução social.

O capitalismo mundial e o brasileiro caminham para uma rápida deterioração e, embora não devamos subestimar a sua capacidade de prolongar sua vida e adiar suas crises, os próximos anos possuem a tendência para uma ascensão do movimento revolucionário do proletariado. Mas, também, não se pode ignorar os riscos de, no calor da luta inicial, ocorrer sua cooptação por grupos com interesses opostos aos do proletariado, levando ao estabelecimento de formas de contrarrevolução: fascismo, capitalismo de estado, etc. O capitalismo realiza um desenvolvimento acelerado das forças produtivas e isto é, ao mesmo tempo, sua maior necessidade e sua principal contradição. O desenvolvimento das forças produtivas aumenta a composição orgânica do capital, ou seja, os gastos com capital fixo (meios de produção) tornam-se cada vez maiores, devido ao valor incorporado neles pela força de trabalho ser cada vez maior. É por isso que nos países capitalistas superdesenvolvidos, com o seu alto grau de desenvolvimento tecnológico, se realiza uma busca incessante de aumento de produtividade, ou seja, de produção de mais-valor relativo. Entretanto, apenas o aumento de produtividade não supera tal contradição, pois o mais-valor relativo produzido também será incorporado nos

meios de produção e reforçará, conseqüentemente, a tendência à queda da taxa de lucro médio.

Essa é uma tendência permanente do capitalismo e que ele busca evitar criando contratendências. Esse processo é marcado por luta de classes e por avanços e recuos do movimento revolucionário do proletariado. As crises financeiras, guerras, conflitos gerais, acabam contribuindo com o processo de auto-organização e autoformação do proletariado e abre perspectivas para a revolução proletária, tal como no final da década de 1910 e final dos anos 1960. Contudo, o modo de produção capitalista se reorganiza diante dos processos históricos e busca evitar sua derrocada. O capitalismo assim constitui respostas do capital em relação às lutas proletárias e elas assumem a forma de regimes de acumulação que expressam uma determinada luta de classes cristalizada e estabilizada com supremacia burguesa de acordo com as relações de forças da época. Assim, o capital deve combater, simultaneamente, a tendência declinante da taxa de lucro médio e a luta operária, sendo que ambas são constantes, mas ampliam sua força e ameaça em determinados momentos históricos e tendem a se reforçar mutuamente.

Na história do capitalismo, a solução que o capital encontrou para combater a tendência declinante da taxa de lucro e as lutas proletárias têm sido mudar o regime de acumulação e, assim, garantir sua reprodução. Após a segunda guerra mundial e a destruição em massa das forças produtivas provocadas por ela, aumentou-se o intervencionismo estatal e incentivou-se o processo de deslocamento dos investimentos para o setor de meios de consumo e serviços em detrimento de meios de produção, que significa desenvolvimento tecnológico acelerado e aumento da composição orgânica do capital. A expansão da produção de meios de consumo cria a necessidade de expansão do mercado consumidor. Busca-se, a partir disto, integrar as populações do capitalismo subordinado no circuito de consumo e aumentar a capacidade consumidora das pessoas, tal como na estratégia de diminuir o tempo de vida útil dos produtos e na produção de bens descartáveis. Esse processo foi complementado pelo aumento da exploração internacional através do imperialismo fundado

na expansão do capital oligopolista transnacional. Isto permite uma enorme transferência de mais-valor do capitalismo subordinado para o capitalismo imperialista, o que é complementado por outras formas de exploração internacional, além da realizada pelo capital transnacional, tal como a dívida externa, comércio internacional, etc.

Isso gerou um processo de expansão da produção de meios de consumo e de serviços que, por sua vez, produz uma burocratização e mercantilização crescente das relações sociais, interferindo na luta operária. Por um lado, cria-se uma burocratização das próprias organizações criadas para representar a classe operária e, por outro, cria-se uma mercantilização que favorece a corrupção de indivíduos da classe trabalhadora e integra-os na sociedade capitalista. Por conseguinte, esta expansão produz efeitos não só econômicos, mas também políticos e ideológicos. Além disso, há uma deterioração da qualidade de vida (vista não do ponto de vista da ideologia burguesa, ou seja, levando em consideração o índice de consumo ou o nível de renda, mas sim do ponto de vista do bem-estar físico e mental e de uma sociabilidade não-repressiva) provocada por isto e também pela destruição ambiental. Se o movimento operário assume uma posição mais moderada, os demais movimentos sociais (das mulheres, negros, ecológico, estudantil, etc.), em algumas ocasiões, esboçam uma radicalização, expressando a resposta da população às novas contradições criadas pelo desenvolvimento capitalista. No entanto, na maioria das vezes, assumem uma posição reformista ou mesmo conservadora, caindo sob a hegemonia burguesa.

Contudo, esse processo não evitou uma nova queda da taxa de lucro médio e ascensão do movimento operário revolucionário, tal como ocorreu no final dos anos 1960 e que gerou um novo regime de acumulação. O objetivo desse novo regime de acumulação é aumentar a exploração em geral visando combater a tendência declinante da taxa de lucro e enfraquecer as lutas operárias. O regime de acumulação integral instaura um processo de busca de aumento da exploração até mesmo nos países capitalistas imperialistas, cuja classe operária, devido ao objetivo de buscar integrá-la na sociedade burguesa para evitar ameaças revolucionárias, conseguiu manter certas vantagens em comparação com o proletariado de outros países, e

agora se vê diante de um avanço da exploração, pois a tendência declinante da taxa de lucro gera a necessidade de aumento da extração do mais-valor, o que é realizado a nível mundial com a chamada “reestruturação produtiva”. Esta é complementada pela transformação do estado integracionista, com suas políticas sociais estruturais, no estado neoliberal, com suas políticas paliativas e responsabilização da sociedade civil. Isso é reforçado com a busca de aumento da exploração internacional, na qual o capitalismo imperialista busca aumentar ainda mais a transferência de mais-valor.

Por outro lado, a crise do capitalismo estatal russo (equivocadamente denominado “socialismo real”) promoveu uma integração mais profunda dos países do bloco capitalista estatal no mercado mundial e enfraqueceu as ideologias pseudomarxistas (leninismo, stalinismo, maoísmo, etc.) reinantes nesses países e com grande influência, principalmente, nos países capitalistas subordinados. Até mesmo a sua suposta oposição (tal como o trotskismo, que apenas lutava por substituir os burocratas stalinistas pelos burocratas trotskistas) entrou em crise. Isso, por um lado, reforçou as ideologias burguesas e antissocialistas e, por outro, permitiu a busca de novas concepções e retomadas de teorias marginalizadas, tal como o comunismo de conselhos, o situacionismo, bem como um ressurgimento do anarquismo. Esse processo, no entanto, não ocorre sem contradições e a hegemonia burguesa e novas ideologias da burguesia, como o pós-estruturalismo, acaba influenciando as tendências políticas contestadoras, limitando sua capacidade revolucionária.

Esse processo todo é marcado por diversos conflitos e o aumento da exploração tende a gerar aumento da resistência e movimentos, protestos, entre outras ações coletivas, que haviam praticamente desaparecido nos países imperialistas acabam ressurgindo, bem como se radicaliza em outros países. O regime de acumulação integral se formou e expandiu e teve um momento de crescimento da acumulação capitalista, mas logo perdeu fôlego, principalmente a partir do final dos anos 1990, o que reforça ainda mais sua tendência à deterioração e ascensão das lutas sociais em geral e do movimento revolucionário do proletariado em particular.

No caso brasileiro, onde nos encontramos e devemos efetivar nossa luta, a busca de aumento da exploração internacional é realizada com o processo de aumento da exploração interna e adoção do regime de acumulação integral em sua forma subordinada. O Brasil entrou pela via de desenvolvimento capitalista de forma retardatária e por isso se encontrou em desvantagem e atraso em relação aos países que entraram por esta via anteriormente. O capitalismo retardatário brasileiro encontra-se subordinado ao capitalismo imperialista ao processo histórico e formação do imperialismo, que atravessou diversas fases e foi engendrado através do colonialismo que serviu à acumulação primitiva de capital nos países colonizadores. A sua entrada no mercado mundial ocorreu, desde a época do modo de produção escravista colonial, de forma subordinada e em situação desfavorável na divisão internacional do trabalho. A entrada de capital transnacional e a subordinação da burguesia brasileira à burguesia oligopolista transnacional expressa no estado capitalista brasileiro são os meios responsáveis pela enorme transferência de mais-valor do Brasil para o exterior.

Essa transferência de mais-valor para o exterior, sob as diversas formas em que isto ocorre, coloca o modo de produção capitalista no Brasil em uma situação de dificuldades constantes. Apesar disto, a luta operária no Brasil não conseguiu atingir um caráter revolucionário, embora tenha se aproximado disso em alguns momentos da história da sociedade brasileira, mesmo que sendo de forma localizada. A péssima situação em que se encontram as classes exploradas no Brasil não foi suficiente para o desencadeamento de uma luta revolucionária que colocasse em xeque o modo de produção capitalista.

O estado capitalista busca integrar as classes trabalhadoras utilizando como principal suporte a democracia burguesa, que é apresentada como o palco onde se desenrola a luta política e onde poderia ocorrer mudanças sociais. A canalização da luta política rumo à democracia burguesa tem como objetivo desviar as classes exploradas da luta política direta para a disputa eleitoral realizada por seus “representantes” – corrompidos e integrados na sociedade capitalista – e reforça, assim, a burocratização e integração das tendências políticas dissidentes na sociedade burguesa. O estado capitalista, juntamente com as outras instituições

burguesas, utilizam outros recursos para integrar, corromper e burocratizar as organizações políticas e movimentos sociais. Isto é reforçado pela força das ideologias burguesas e a nova política de cooptação setorial que busca atingir setores da sociedade e movimentos sociais no sentido de aderir a um microrreformismo que gera aliados aos governos e, por conseguinte, adesão ao capitalismo.

É nesta situação que devemos encaminhar nossas lutas. As “esquerdas” tradicionais, partidárias ou não, estão integradas na sociedade burguesa e são mais um ponto de apoio para a dominação capitalista. Outros setores dissidentes acabam caindo no microrreformismo e isolando suas lutas de outras e do movimento revolucionário do proletariado. Qual é, nesta situação, o papel do Movimento Autogestionário? Cabe ao Movaut buscar contribuir para acelerar o processo revolucionário e criar condições favoráveis à vitória da classe operária quando explodir uma situação revolucionária. Deve-se, portanto, radicalizar e dar um caráter de classe às lutas políticas na sociedade e, ao mesmo tempo, criar no interior da sociedade capitalista centros de contrapoder que inaugurem uma nova correlação de forças favorável ao proletariado, servindo, assim, em uma situação revolucionária, como ponto de apoio para a revolução social.

Esses centros de contrapoder devem ser instaurados em todos os lugares onde se expressam a luta de classes (fábricas, escolas, bairros, etc.), o objetivo da formação desses centros de contrapoder é fortalecer a posição da classe operária em relação ao poder do capital e do estado burguês. Outra tarefa é realizar uma luta constante contra as ideologias burguesas e representações ilusórias em geral. A luta cultural na sociedade capitalista contemporânea torna-se cada vez mais importante e, conseqüentemente, a criação de meios alternativos de produção e reprodução de teoria e ideias revolucionárias se torna necessária.

Portanto, a estratégia revolucionária na época atual apresenta como objetivo fundamental *a luta pelo aceleração do processo revolucionário e a criação de condições favoráveis para a vitória do proletariado com o desencadeamento deste processo*. Os meios para se realizar isto são uma intensa *luta cultural* e a *formação de centros de contrapoder* no interior da sociedade capitalista.

Mas é necessário, além disso, procurar articular a *estratégia global do movimento revolucionário do proletariado* com *estratégias específicas que devem ser elaboradas para cada movimento social e local onde se realiza a luta de classes*. No atual estágio de desenvolvimento da sociedade brasileira é necessário elaborar estratégias específicas para os movimentos sociais (ecológico, negro, juvenil, das mulheres, estudantil, sem teto, etc.), bem como das demais classes exploradas (campesinato, lumpemproletariado, etc.) e articulá-las com o movimento revolucionário do proletariado e sua estratégia global.

Estas estratégias específicas e estes movimentos sociais e classes exploradas devem se articular com a estratégia global do movimento revolucionário do proletariado e juntamente com os grupos revolucionários (grupos, indivíduos que assumem, efetivamente, uma posição revolucionária) formar um *bloco revolucionário*. A classe revolucionária de nossa época, o proletariado, juntamente com as classes e frações de classes potencialmente revolucionárias (campesinato, lumpemproletariado, etc.), os movimentos sociais (ecológico, negro, juvenil, das mulheres, estudantil, etc.) com perspectiva proletária e os grupos revolucionários formam a composição social do bloco revolucionário que se complementa com o projeto político comunista, a autogestão social. Esse bloco revolucionário deve elevar o nível da luta de classes através do enfrentamento com o capital colocando um projeto alternativo de sociedade e radicalizar as lutas sociais, além de efetivar uma ampla luta cultural e formar centros de contrapoder no interior da sociedade capitalista e com isso reforçar a luta revolucionária do proletariado.

Entretanto, deve-se deixar claro qual é a relação que o Movimento Autogestionário deve ter com as instituições burguesas. O estado capitalista é a principal instituição burguesa e é ele que busca regularizar e controlar (através de leis, repressão, burocratização, etc.) todas as outras instituições existentes na sociedade capitalista. A tese da luta pela conquista do poder estatal é contrarrevolucionária, pois o estado burguês segue a dinâmica do modo de produção capitalista, além de ser uma organização burocrática criada com o objetivo de sustentar a dominação burguesa. O estado capitalista não é um instrumento neutro que pode ser utilizado por qualquer classe para atender interesses diferentes. Ao

contrário, ele é uma instituição burguesa que foi criada para atender os interesses de uma classe específica, a burguesia, e por isso só pode servir aos interesses dela. Nesse sentido, o objetivo do Movaut é abolir o estado capitalista e não somente este, mas sim o estado em geral, o que significa romper com a ideologia pseudomarxista segundo a qual é preciso conquistar o Estado capitalista ou criar um novo estado que seria “operário”, pois toda forma estatal é burocrática e pressupõe reprodução da dominação de classe. Por isso, a máquina estatal, seja ela qual for e quem esteja no seu comando, deve ser completamente destruída e substituída pela auto-organização geral da população, ou seja, pela autogestão social.

Ao reafirmarmos o princípio básico do movimento revolucionário do proletariado de que: *“a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”*, recordamos, ao mesmo tempo, que a libertação do proletariado não pode ser realizada por um grupo de golpistas que assumem o poder do estado burguês e doam a emancipação aos trabalhadores. São estes que, na sua luta direta e cotidiana, constituirão uma nova sociedade, fundada na autogestão social. Isto significa que *a luta revolucionária do proletariado não é pela conquista do poder do estado e sim pela sua destruição e pela instauração da autogestão social*

O estado busca controlar e regularizar todas as outras instituições sociais para dar-lhes um caráter burguês: as associações, os sindicatos, os partidos políticos, as escolas, etc., e também busca legitimar a sociedade capitalista e a si mesmo através da democracia burguesa. A democracia representativa tem como objetivo não só legitimar a dominação burguesa como também busca canalizar todas as lutas políticas e, assim, anular o caráter de classe e revolucionário da luta proletária. A contestação e a luta operária quando é institucionalizada (através da “representação”, embora tal “institucionalização” seja limitada) perde seu caráter de classe, legitimando ainda mais a dominação burguesa.

Portanto, a luta contra o estado capitalista é, ao mesmo tempo, uma luta contra a democracia burguesa. Todos os partidos políticos que elegem a democracia burguesa como palco da luta política assumem um caráter burguês, tal como deixa claro os exemplos históricos. O estado capitalista busca integrar os partidos políticos na sociedade burguesa através das regras da democracia representativa inscritas nas

leis burguesas que regularizam o sistema parlamentar, o sistema eleitoral e o sistema partidário. Além das condições legais de participação na democracia burguesa, existem as condições determinadas pelas relações de produção capitalistas que colocam a necessidade de utilização do poder financeiro, propaganda generalizada, etc. A conjugação destes processos coloca a democracia burguesa como o lugar de disputa de frações da classe dominante e de suas classes auxiliares que servem apenas para legitimar a dominação burguesa.

Quanto às outras instituições burguesas, elas também devem ser combatidas e algumas (escolas e universidades, por exemplo) devem ser consideradas como palco de luta pela formação de contrapoderes, mas sem perder de vista que elas continuarão burguesas, ou seja, a formação de contrapoderes não muda o caráter de classe dessas instituições, mas apenas inaugura uma nova correlação de forças no seu interior, que destrói sua eficiência e serve de apoio ao combate dos trabalhadores na sociedade burguesa. Isso significa que discordamos da tese reformista que afirma ser possível haver uma “dualidade de poderes” em períodos não-revolucionários. A dualidade política é caracterizada pela coexistência entre luta proletária, baseada em formas de auto-organização como conselhos operários, associações e organizações de base, e luta burguesa, através do Estado e de organizações burocráticas como partidos e outras controladas pelas classes auxiliares da burguesia. Ela só surge em períodos revolucionários e os contrapoderes formados poderão acelerar o processo revolucionário e com o desenvolvimento de tal processo surgirão formas de auto-organização dos explorados e oprimidos, A dinâmica das relações de produção capitalistas e a ação do estado burguês impedem a existência de uma dualidade política em períodos não-revolucionários, por isso, acreditar nessa possibilidade é sucumbir ao reformismo.

A estratégia global do movimento revolucionário do proletariado tem como ponto fundamental a luta de classes na produção. É no local de produção que se dá a exploração dos operários e a valorização do capital. É no local de produção que se encontra a fonte da dominação do capital e sua negação. As diversas formas de resistência dos trabalhadores nas unidades de produção contra a exploração e a opressão das formas capitalistas de organização do trabalho devem ser reforçadas

até atingir o seu ponto máximo de radicalidade: a greve geral. O desencadeamento da greve geral deve receber o apoio dos grupos revolucionários e de todos os movimentos sociais sob hegemonia proletária. A greve geral deve generalizar-se em todo território nacional e se radicalizar tornando-se greve de ocupação ativa e assim instaurar a autogestão nas fábricas, ou seja, a dualidade política. Neste momento, a guerra civil oculta transforma-se em guerra civil aberta e expande-se a formação dos coletivos de autogestão social, os conselhos de fábricas, conselhos de bairros, etc., e com o desencadeamento deste processo revolucionário coloca-se em prática novas relações sociais que são expressão de uma nova sociedade. O fim da guerra civil aberta ocorre quando se generaliza a autogestão e se destrói o poder burguês expresso no estado capitalista. A greve de ocupação ativa, que instaura a autogestão nas fábricas e empresas, inaugura novas relações de produção e a destruição do estado capitalista, que significa a superação do principal aparelho de reprodução das relações de produção capitalistas e da contrarrevolução, marca a vitória da revolução proletária, abolição do capitalismo e instauração da autogestão social.

Portanto, a estratégia global do movimento revolucionário do proletariado é acirrar as lutas nas fábricas e empresas, enquanto os outros movimentos sociais buscam reforçar suas posições em outros locais de lutas sociais, até desencadear a greve geral, a autogestão generalizada e a formação de conselhos revolucionários.

As tarefas do Movimento Autogestionário e de todos os grupos revolucionários, são, no período revolucionário, as seguintes:

- Defender a autonomização do proletariado e combater a burocratização sob quaisquer circunstâncias;

- Incentivar a autogestão e a formação de conselhos revolucionários, formas de auto-organização da população e combater o estado capitalista e todas as organizações (inclusive os partidos de “esquerda” ou supostamente “revolucionários”) burocráticas que queiram dirigi-los;

- Lutar pela coletivização e autogestão dos meios de produção, inclusive no campo, combatendo qualquer proposta “distributivista” ou burocrática;

- Desencadear uma intensa luta por uma revolução cultural visando colaborar com uma produção cultural coerente com as novas relações sociais, combatendo, portanto, os valores dominantes, o burocratismo, o racismo, o sexismo, etc.;

- Oferecer apoio ao desencadeamento e vitória do movimento revolucionário do proletariado em todos os países do mundo.

Com o final do processo revolucionário e com a instauração da autogestão social, o Movimento Autogestionário se autoextinguirá e a participação dos seus militantes ocorrerá nos coletivos de autogestão social.

Por fim, o Movaut é um movimento que busca ser autogerido cujo objetivo é a autogestão social. Assim, ele é, simultaneamente, autogerido (ou tenta sê-lo dentro dos limites impostos pela sociedade capitalista), fundamentando-se, portanto, na auto-organização dos revolucionários que concordam com o presente manifesto e participam de suas lutas, através da autogestão interna, e autogestionário, ou seja, luta pela autogestão generalizada no conjunto da sociedade. O que é autogerido significa que já concretizou a autogestão e o autogestionário é o que tem como objetivo a autogestão social. Sendo um coletivo autogerido e autogestionário, o Movaut aceita no seu interior todos os indivíduos que concordam com o presente manifesto, os princípios fundamentais que estão aqui esboçados, e que aceitem as *condições para adesão ao Movimento Autogestionário* (documento em anexo) e busca cada vez mais pessoas para reforçar esta luta e objetivo final do Movaut, a autogestão social. Contudo, isso não quer dizer que o crescimento do número de militantes do Movaut seja seu objetivo, pois este é o caso dos partidos e organizações burocráticas. O objetivo fundamental do Movaut, reafirmamos, é realizar a luta pela autogestão social e concretizar esse objetivo final. A sua existência, portanto, é apenas um meio para atingir esse fim e não pode se desviar do mesmo e criar objetivos próprios ou se subordinar a outros objetivos de outras instituições, indivíduos, etc. O crescimento do número de militantes no Movaut é benéfico para suas lutas e para a busca do objetivo final, mas é um meio e, por isso mesmo, é secundário em sua estratégia e luta cotidiana.

Enfim, o Movaut busca expressar sob a forma política e teórica o movimento revolucionário do proletariado e, assim, contribuir com a concretização do objetivo final desta classe e do coletivo que busca ser sua expressão: a autogestão social.

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

Goiânia, 16 de março de 2013.

UMA NOTA SOBRE O MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO*

Lucas Maia**

Este texto é uma apresentação sumária da história, concepções teóricas e políticas do Movimento Autogestionário. Esta organização surgiu no final da década de 1980, na cidade de Goiânia – GO, a partir da articulação entre alguns estudantes do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás e alguns estudantes secundaristas. Inicialmente, se autodenominaram *Liga Spartacus*, sem, entretanto, se declararem publicamente como uma organização definida. Posteriormente, devido à influência que os autores comunistas conselhistas passam a exercer sobre alguns de seus integrantes, mudam o nome do Coletivo para *Movimento Conselhistas*. Com o aprofundamento das concepções e debates internos ao grupo, decidiram mudar o nome da organização novamente, passando a se denominarem *Movimento Socialista Libertário – MSL*. Mas devido à proximidade da sigla com uma outra organização que existia em Goiânia na época, intitulada Movimento de Luta Socialista – MLS, os integrantes do então MSL decidiram mudar de nome mais uma vez. Alegaram, para tanto, que a proximidade de nome com a referida organização causava confusões, visto as perspectivas políticas e teóricas serem antagônicas. Decidiu-se, após alguns debates, mudar o nome da organização, passando de MSL para *Movimento Autogestionário – Movaut*, atual nome da organização.

Durante as décadas de 1990 e 2000, o coletivo teve momentos de fortalecimento da organização, de aumento do número de atividades e outros, nos quais esteve bastante desmobilizado. Quando surge, final da década de 1980, o contexto histórico era pouco favorável a uma organização com as características do Movimento Autogestionário. Principalmente no meio no qual surge inicialmente, ou seja, no seio do movimento estudantil, que naquela época, como ainda hoje, era completamente dominado por disputas partidárias e práticas institucionalizadas.

* Artigo publicado na Revista Enfrentamento. Ano 5, n.º 9, jul./dez. 2010.

** Geógrafo. Militante do Movimento Autogestionário. E-mail: maiaslucas@yahoo.com.br

Mesmo com estas dificuldades, o coletivo permanece e visa sempre articular-se a outras organizações e indivíduos que partem de perspectivas políticas semelhantes. Assim, a busca em articular-se com organizações anarquistas, autonomistas etc. foi sempre uma constante em sua prática política. Com o despontar de várias lutas sociais pelo mundo no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 houve um revigoramento de concepções políticas que ficaram por várias décadas marginalizadas, como por exemplo, o anarquismo, conselhismo, luxemburguismo etc. Estas concepções políticas aliadas à emergência de lutas concretas com caráter mais libertário e de crítica às organizações tradicionais (partidos e sindicatos) levam um conjunto de indivíduos e coletivos a procurarem formas organizativas alternativas ao até então dominante. Neste contexto, o Movaut experimenta na segunda metade dos anos 2000 uma considerável consolidação de atividades, discussões, formas de divulgação de suas ideias, com livros, revistas, site na internet etc.

Deste modo, pode-se dizer que o Movimento Autogestionário é uma organização política que visa contribuir para o processo de luta do proletariado. Não pretende ser a vanguarda do proletariado, mas tão-somente sua expressão política e teórica. Ser expressão política e teórica implica que o Movaut irá, dentro de suas possibilidades, contribuir para o processo de autonomização da classe operária e demais grupos oprimidos no processo de luta. Contribuir para o processo de autonomização significa que o Movaut combate todas as tendências políticas e ideológicas que visam dirigir, controlar, burocratizar o movimento operário. Combate também todas as tendências reformistas e conservadoras existentes no seio do proletariado. Assim, o Movaut opõe-se ao bolchevismo e à social democracia, tanto no que se refere às suas organizações concretas, ou seja, o partido político, quanto suas expressões ideológicas: leninismo, kautskismo etc.

Também o sindicalismo, como ideologia, e o sindicato, como organização são expressões conservadoras das relações sociais dominantes. Os sindicatos, embora tenham surgido como organizações de trabalhadores, com o desenvolvimento histórico do capitalismo, tornaram-se organizações enquadradas e reguladas pelo estado capitalista e incorporadas à lógica de reprodução do capitalismo. Os

sindicatos são hoje organizações que devem ser combatidas pelo proletariado quando em luta revolucionária.

Estas “esquerdas” tradicionais estão integradas na sociedade burguesa e são mais um ponto de apoio para a dominação capitalista. Qual é, nesta situação, o papel do Movimento Autogestionário? Em seu Manifesto, pode-se encontrar a seguinte proposição:

Cabe ao Movimento Autogestionário buscar acelerar o processo revolucionário e criar as condições favoráveis para a vitória da classe operária quando explodir uma situação revolucionária. Deve-se, portanto, radicalizar e dar um caráter de classe às lutas políticas na sociedade e, ao mesmo tempo, criar no interior da sociedade capitalista núcleos de contrapoder que inaugurem uma nova correlação de forças que em uma situação revolucionária sirvam de ponto de apoio para a luta operária (Movaut)¹.

Além de incentivar a criação destes núcleos de contrapoder em escolas, universidades, locais de trabalho, moradia etc., o Movaut visa também a realização de uma luta cultural que tem como objetivo combater os sistemas ideológicos existentes, tanto os vindos diretamente da burguesia, quanto os das frações da burocracia (sindical e partidária) que dizem representar e ser a vanguarda do proletariado.

Não há espaço, neste texto, para expormos em pormenores nossa agenda política de luta. Destacamos tão-somente que o Movaut é uma organização política que visa contribuir para o processo de autonomização do proletariado e que este consiga, em conjunto com demais seguimentos explorados e submetidos desta sociedade, construir um bloco revolucionário com vistas à superação destas relações sociais. Nesta perspectiva, o conjunto de movimentos sociais: negro, de mulheres, ecológico, camponês, movimento sociais urbanos etc. devem, conjuntamente com o movimento operário, construir uma tendência revolucionária que seja capaz de colocar em xeque a existência das relações sociais dominantes. O Movaut quer

¹ Este Manifesto foi publicado em 1994. No geral, permanece ainda atual e expressando as concepções e práticas políticas do Movaut. Entretanto, de lá para cá, algumas teses foram aprofundadas e em uma ou outra proposição, este Manifesto está defasado em relação ao que o hoje o Movaut defende. Um novo Manifesto está em vias de preparação, no qual estas lacunas e defasagens serão suprimidas. O Manifesto pode ser encontrado no seguinte endereço: <http://movaut.ning.com/page/manifesto-do-movimento>

contribuir com este processo. Assim, é necessário articular as estratégias específicas de cada movimento social com a estratégia global do movimento operário. Estes movimentos sociais devem, portanto, articular-se ao movimento operário e sua estratégia global e juntamente com as forças revolucionárias formar um bloco revolucionário.

O Movimento Autogestionário é um coletivo formado principalmente por militantes marxistas autogestionários e anarquistas revolucionários. A partir do marxismo original de Marx e Engels, ou seja, do método e da teoria da história e da consciência desenvolvido principalmente por Marx, e de outras contribuições, tais como a de Rosa Luxemburgo, os autores ligados ao Comunismo de Conselhos, as contribuições de Ernst Bloch, o anarquismo revolucionário etc., o Movaut desenvolve sua teoria e sua prática política.

Os militantes do Movaut têm, em sua maioria, nos autores conselhistas: Herman Gorter, Paul Mattick, Anton Pannekoek, Otto Rühle, Canne-Meijer etc. seu principal eixo de interpretação das lutas operárias, mas tendo consciência que estes autores não são infalíveis, que suas concepções são historicamente datadas. Assim, não reproduzimos *ad eternum* as teses desenvolvidas por eles. Visamos articular suas contribuições com o desenvolvimento subsequente da sociedade capitalista, buscando incorporar o movimento que o próprio capital desempenha ao longo da história do capitalismo. Este ponto, ou seja, a dinâmica própria do desenvolvimento do capital, não foi extensamente abordada por estes autores, sendo uma outra tendência, o bordiguismo, a responsável por importantes contribuições nesta matéria. Assim, O Movaut coletiva e individualmente, do ponto de vista teórico, esforça-se em duas direções: a) apresentar uma leitura totalizante da dinâmica do capital e conseqüentemente da luta operária que se dá inevitavelmente como produto deste processo; b) como consequência desta análise, está também empenhado em apresentar uma análise do desenvolvimento capitalista com o intuito de compreender a lógica de emergência da luta revolucionária do proletariado.

Assim, com base nas contribuições de Marx, do anarquismo revolucionário, dos comunistas conselhistas, do bordiguismo, dentre outros autores e tendências, o Movaut, num processo de análise e leitura crítica, espera contribuir para uma teoria

da Autogestão Social, que incorpora os elementos das concepções anteriores, bem como visa superá-las onde for necessário.

Disto não deriva que o Movaut eleja esta ou aquela concepção teórica como um dogma a partir do qual um indivíduo deva subscrever para entrar no coletivo. Para ser membro do Movaut basta unicamente que se concorde com seu Manifesto e que tenha vontade e coragem para a luta revolucionária. Assim, as principais contribuições dos revolucionários do passado nos são somente o ponto de partida por meio do qual realizamos nossa prática política e teórica. Ser anarquista, conselhistas, autonomista, situacionista etc. não é uma condição, mas sim um resultado da prática política. Colocar esta ou aquela “doutrina” como condição é reproduzir o encastelamento das teorias, sua ossificação, enfim, seu congelamento. Nada mais contrário a uma perspectiva que seja consoante à luta pela autogestão social. A dinâmica do capitalismo nos compele a ser sempre abertos à leitura do mundo e isto nos conduz a estabelecermos critérios em termos de objetivos e não de “doutrinas”. O que importa é a luta de classes e sua dinâmica e não o que um ou outro autor ou tendência político-teórica afirmou.

Entretanto, não são tão variadas assim as posições políticas e teóricas forjadas a partir da luta revolucionária. Há também aquelas que se colocam como expressão do proletariado, mas não o são em verdade. É por isto que o Movaut e seus militantes geralmente defendem determinadas correntes políticas e teóricas. Não somos adeptos dos dogmatismos, nem muito menos fazemos coro ao relativismo. Algumas concepções devem ser sumariamente combatidas, ao passo que outras devem ser analisadas criticamente incorporando-se parte e negando-se outras, e há ainda aquelas concepções que foram mais consequentes e por isto têm mais elementos para contribuir com a luta. Mesmo estas devem ser constantemente submetidas à crítica e à adequação ao desenvolvimento subsequente do capitalismo, ou melhor, devem ser atualizadas de acordo com este desenvolvimento.

Assim, as contribuições de Marx e Bakunin são fundamentais, da mesma forma que alguns elementos de Malatesta, Rosa Luxemburgo e os conselhistas. Mas são todas concepções datadas, produzidas em um dado momento histórico. Não é um procedimento adequado ficar reproduzindo estas concepções. Devemos isto sim

aproveitar-lhes o melhor e utilizá-las o mais produtivamente para compreender e criticar a realidade contemporânea. Ao passo que outras concepções, tal como o bolchevismo e a socialdemocracia não são concepções que auxiliam o proletariado em seu processo de luta. Pelo contrário, visam acomodá-lo, controlá-lo. Por mais que em seu interior exista um palavrório que diga o contrário, historicamente sua prática política e suas produções ideológicas demonstram claramente o que significaram para o movimento operário. Estas concepções, como já demonstraram vários autores, são na verdade a expressão ideológica da burocracia como classe social. É por isto que devem ser combatidas.

Assim, para além desta ou daquela teoria em específico, o que é fundamental é discutir o que é a autogestão social e quais são as formas historicamente apresentadas pelas lutas revolucionárias para conquistá-la: a auto-organização ou autogestão das próprias lutas. Autogestão é comumente entendida como sendo uma forma de administração de empresas na qual a participação dos trabalhadores é estendida um pouco mais. Ou então, é entendida como sendo uma forma de gestão de comunidades locais onde a participação dos envolvidos é garantida. O Movaut é crítico de todas estas concepções, visto serem deformadoras do conceito. Acrescentamos a palavra social ao termo autogestão para tentar solucionar um pouco desta problemática. Para nós, *autogestão social* é o processo de abolição da sociedade capitalista e de engendramento da sociedade comunista. Autogestão social é, portanto, a essência da sociedade comunista. Assim, não podemos falar em uma única empresa, uma única comunidade, uma única cidade etc. vivendo sob regime de autogestão enquanto o conjunto da sociedade é capitalista. É impossível haver ilhas de autogestão em meio a um mar capitalista. Assim, para nós, a autogestão social é a sociedade que sucederá o capitalismo como um produto positivo da luta revolucionária do proletariado e demais classes e camadas oprimidas da sociedade moderna.

Tal sociedade não será construída de uma hora para outra nem muito menos poderá ser feita de qualquer forma. A condição *sine qua non* para a edificação da sociedade autogerida é sem sombra de dúvidas a autogestão das lutas pelos próprios trabalhadores. Isto implica que o processo de autonomização do proletariado é

condição indispensável para a destruição do capitalismo e engendramento da autogestão social. Autogestão das lutas pelos próprios trabalhadores significa que eles próprios as controlam através das instituições e organismos de decisão que eles próprios criam no processo de luta. Assim, os conselhos operários, os conselhos de bairro, as comunas etc. são formas de organização criadas pelos trabalhadores e controladas por eles. O processo de autogestão das lutas exclui a participação de instituições desta sociedade, tais como os partidos, os sindicatos, o estado etc. Melhor dizendo, quando os trabalhadores em luta constroem eles próprios suas instituições, sempre o fazem, e a história da luta operária o demonstra, em oposição a estas instituições.

Há várias experiências de autogestão das lutas ao longo da história da sociedade capitalista. Uma com um nível de radicalidade tal que as condições para a criação da autogestão social foram colocadas claramente, outras com mais dificuldades, umas mais radicais, outras um pouco menos. De qualquer forma, o que é importante destacar, quando se analisa as lutas operárias ao longo da história, é demonstrar a possibilidade concreta de construção de uma nova sociedade. Autogestão Social não é uma construção ideal, que sai das ideias mirabolantes de reformadores sociais bem-intencionados. Pelo contrário, é um processo social amplo, engendrado pelas próprias contradições da sociedade capitalista, que colocam os trabalhadores em associação e luta contra as condições que o oprimem cotidianamente.

Assim, desde a Comuna de Paris de 1871, primeira experiência de revolução proletária; as revoluções russas de 1905 e de 1917 (esta em sua primeira fase, ou seja, antes do partido bolchevique tomar o poder de estado); a revolução alemã de 1918 a 1921; as rebeliões na Hungria e na Itália em 1919; a guerra civil espanhola de 1936 a 1939; as lutas estudantis e operárias na França e Alemanha em 1968; as lutas autônomas na Itália nos primeiros anos da década de 1970; as lutas contra as burocracias “comunistas” na Hungria em 1956, em Praga em 1968 e a insurreição polonesa em 1980; mais recentemente as experiências na Argentina durante a década de 1990 e principalmente no ano de 2001 com o famoso *argentino*; as experiências mexicanas em Chiapas na década de 1990 e em Oaxaca no ano de 2007

etc. Estas são somente algumas experiências que demonstraram concretamente como a classe trabalhadora, em associação contra o capital, constroem novas relações sociais, portanto, a possibilidade de engendrar uma nova sociedade, radicalmente distinta da existente.

Para concluir, quero destacar que esta nota visou apresentar tão somente uma agenda de pesquisa, que coloque em debate: a) história e trajetória do Movimento Autogestionário; b) concepções teóricas que norteiam a maneira como o coletivo interpreta e explica a realidade, ou seja, o materialismo histórico-dialético; c) concepção e projeto político do Movaut: auto-organização e autogestão social; e d) experiências concretas de luta desenvolvidas pela classe operária que apontaram, de uma ou outra maneira, para a autogestão social.

Por fim, compreender a história e concepções do Movaut é compreender a dinâmica de formação de grupos revolucionários, uma constante na história do capitalismo. O Movaut empreende um esforço coletivo e individual no sentido de divulgar, aprofundar as teses sobre autogestão social e a necessidade de auto-organização das classes e camadas oprimidas da sociedade como única forma de se conquistar a liberdade, ou melhor, de arrancá-la às classes dominantes.

Bibliografia consultada e para aprofundamento

ARVON, Henri. *La autogestion*. México D. F.: Fundo de Cultura Econômica, 1982.

AUTHIER, Denis. Para a história do movimento comunista na Alemanha de 1918-1921. In: AUTHIER, Denis. (org.). *A esquerda alemã (1918-1921)*. Porto: Afrontamento, 1975.

BARROT, Jean & MARTIN, François. *Eclipse e re-emergência do movimento comunista*. Disponível em: <http://geocities.com/autonomia.abvr>, acesso em 10/05/2006.

BLOCH, Ernst. *O princípio Esperança*. V. 1. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. Uerj, 2005.

BORDIGA, Amadeo. A constituinte?. In: TRAGTEMBERG, Maurício. *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 177-180.

BORDIGA, Amadeo. Réplica a Lênin sobre o problema do abstencionismo, no segundo congresso mundial. In: TRAGTEMBERG, Maurício. *Marxismo heterodoxo*.

- São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 197-198
- BOURRINET, Philippe. *La izquierda comunista de Itália (1919-1999): historia de la corriente "bordiguista"*. Disponível em: <http://www.left-dis.nl>, acesso em 15/11/2007.
- BRINTON, Maurice. *Os Bolcheviques e o Controle Operário*. Porto: Afrontamento, 1975.
- BROUÉ, Pierre. *A primavera dos povos começa em Praga*. São Paulo: Kairós, 1979.
- COSTA, Caio Túlio. *O que é o anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FERREIRO, Roi. *La Lucha de Clases en Argentina: Entre la Revolución Proletária y la Recuperación Burguesa*. Florianópolis: Barba Ruiva, 2007.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.
- LENIN, Vladimir Ilich. *Que fazer? As questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MAIA, Lucas. *Comunismo de conselhos e a autogestão social*. Pará de Minas: VirtualBooks, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Expressão do Livro, s/d.
- MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO. Editorial: Tempo de Ruptura Proletária. *Revista Ruptura*. Goiânia. Ano 08, n. 07. ago., 2001.
- PANNEKOEK, Anton. *A Revolução dos Trabalhadores*. Florianópolis, Barba Ruiva, 2007.
- PANNEKOEK, Anton. *Los consejos obreros*. Madrid: Zero, 1977.
- SCHUTRUMPF, Jorn. *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões Sobre o Socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.
- WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. V. 1. A Idéia. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- VIANA, Nildo. *Bordiguismo, conselhismo e nós*. *Revista Ruptura*, Goiânia, ano 8, nº 07, p. 32-41, ago. 2001.
- VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida-SP. Idéias & Letras, 2009.

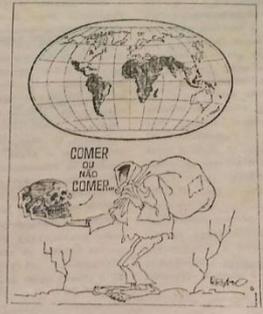
REVISTA RUPTURA
PUBLICAÇÃO DO MOVIMENTO CONSELHISTA - ANO 1 - NÚMERO 01 - MAIO 93



Edição Revolucionária

REVISTA RUPTURA

PUBLICAÇÃO DO MOVIMENTO CONSELHISTA
ANO 1 - Nº 02 - JULHO DE 1994



REVISTA RUPTURA

PUBLICAÇÃO DO MOVIMENTO CONSELHISTA, ANO 2, Nº 03
DEZEMBRO DE 1994

- O SIGNIFICADO DA SOLIDÃO
- FILOSOFIA E AUTOGESTÃO
- DEBATE: A TRANSIÇÃO RUSSA
- TRABALHO ALIENADO OU TRABALHO AUTÔNOMO?
- AS METAMORFOSES DO MARXISMO
- CAPITALISMO E RACISMO

Revista

RUPTURA

REVISTA RUPTURA

PUBLICAÇÃO DO MSL - MOVIMENTO SOCIALISTA LIBERTÁRIO
ANO 3, Nº 05, FEVEREIRO DE 1997

- O CAMPESINATO NO BRASIL
- ADEUS AO TROTSKISMO
- AMADEO BORDIGA E A DEMOCRACIA BURGUESA
- DICIONÁRIO DO PENSAMENTO LIBERTÁRIO
- EDUCAÇÃO E SOCIEDADE
- PRÁXIS, ALIENAÇÃO E CONSCIÊNCIA
- O DIREITO À REVOLUÇÃO
- KAFKA: ENTRE CHACAIS E ÁRABES
- PRÉ-CRISE DO CAPITALISMO E AS TAREFAS DO MSL

REVISTA RUPTURA

PUBLICAÇÃO DO MSL - MOVIMENTO SOCIALISTA LIBERTÁRIO
ANO 4, Nº 6, DEZEMBRO DE 1997

- AUTOGESTÃO OU BARBARIE?
- CRÍTICA À IDEOLOGIA DA GLOBALIZAÇÃO
- VIOLÊNCIA URBANA E SISTEMA PENITENCIÁRIO
- MARX: CAPITALISMO E LUTA DE CLASSES
- NOVA ACRÓPOLE: NEONAZISTAS ESOTÉRICOS
- STANLEY MOORE E AS TRÊS TÁTICAS MARXISTAS
- A MORTE DO INDIVÍDUO
- O BICENTENÁRIO DO MANIFESTO DOS IGUAIS
- O MANIFESTO DOS IGUAIS
- POESIA: A MÁGIA DO PODER SUPREMO

Revista Ruptura

PUBLICAÇÃO DO MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO
ANO 8, NÚMERO 7, AGOSTO DE 2001



- Trótski e a Ditadura do Proletariado
- O Medo, a Coragem e a Política
- A Tirania da Beleza
- A Luta Operária e os Limites do "Autonomismo"
- Bordiguismo, Conselhismo e Nós
- Tradições Revolucionárias: O Comunismo de Conselhos
- Revolucionári@s: Pannekoek
- Tempo de Ruptura Proletária
- Endereços Revolucionários na Internet

TEMPO DE RUPTURA*

Esta publicação surge da necessidade de rompermos com diversas teorias e práticas dominantes no movimento “dito” socialista. A revista *Ruptura* é, ela mesma, uma forma de rompimento. Se na sua forma ela é igual a outra revista, *no seu conteúdo ela é radicalmente diferente*. Portanto, é no seu conteúdo que ela rompe com as demais publicações do mesmo tipo. Esse rompimento se dá ao negar a cultura política autoritária e vanguardista que predomina nas “esquerdas” brasileiras.

Essa cultura autoritária se baseia na ideia de que seu grupo é o “proprietário” das virtudes revolucionárias e, portanto, é o único verdadeiramente revolucionário. Todos os grupos que se pretendem revolucionários se julgam os únicos e negar isto seria cinismo. Entretanto, os grupos autoritários não se julgam revolucionários somente em relação aos outros grupos, mas também em relação às massas. Essa autonomia absoluta conquistada em relação à classe trabalhadora lhes permite criar um “monismo intelectual e teórico” impenetrável e que lhes reserva o monopólio da teoria e prática revolucionárias. Assim, eles criam em torno de si uma espécie de “castelo kafkiano”, inexpugnável como as muralhas de Jericó.

Um movimento político não-autoritário reconhece que *a classe operária é o sujeito histórico da revolução comunista*. Portanto, ele sente sua dependência da luta operária e do desenvolvimento histórico-concreto das sociedades contemporâneas. Isto significa aplicar a concepção materialista da história ao próprio movimento revolucionário e às ideias geradas por ele em contraposição à concepção metafísica da história que autonomiza os grupos “revolucionários” (partidos, tendências, etc.) como se eles possuíssem um desenvolvimento iminente e independente das classes sociais, das lutas de classe e do movimento histórico da sociedade capitalista. Portanto, a concepção materialista da história nos previne da autonomização e da separação dos grupos “revolucionários” em relação à classe operária e, conseqüentemente, do vanguardismo, do autoritarismo e do burocratismo.

* Editorial da Revista *Ruptura* nº 1, lançada em maio de 1993.

Por isso, as mudanças históricas devem ser reconhecidas e acompanhadas e o debate com as outras correntes políticas é necessário para aprofundar posições, corrigir erros observar efetivamente as novas questões e necessidades sociais, etc. Além disso, consideramos necessário tratar de temas “distantes” da luta política imediata para superarmos o praticismo empobrecedor e o reducionismo politicista dos grupos autoritários. Nesse sentido, a revista ruptura produzirá e reproduzirá textos sobre os mais variados temas, tais como: cultura, estética, ética, dialética, ecologia, o cotidiano, ideologias contemporâneas, humanismo, autogestão, individualismo, burocracia, etc.

Com isso evitamos as consequências do grupismo: tese da inferioridade intelectual das massas (daí as publicações “simplistas” e cheias de “vulgarizações”), monismo teórico, o não atendimento das demandas culturais da sociedade, medo do debate, mediocridade e superficialidade teórica, etc. Assim, pretendemos contribuir com a formação de uma cultura socialista revolucionária que seja expressão teórica do movimento operário.

Outra ruptura necessária é com a defesa do capitalismo de estado da URSS e do Leste Europeu. Isto significa romper não só com a defesa desses países, mas também com a defesa ideológica expressa na tese do caráter socialista atribuído a estas sociedades. A maior dificuldade em reconhecer o caráter capitalista da URSS está no fato de que isto leva ao questionamento da origem do capitalismo de estado: a usurpação do poder dos conselhos operários pelo partido bolchevique de Lênin, Trotsky e Stálin. Isto, obviamente, compromete o Leninismo, o Trotskismo e o Stalinismo, que ao reconhecerem seu papel no processo da contra revolução burocrática teriam que abandonar suas posições.

Desmascarar o capitalismo de estado e superar o bolchevismo é uma necessidade atual e a crise das sociedades capitalistas da Europa Oriental e da URSS abrem amplas perspectivas neste sentido.

A crise do capitalismo de estado da URSS e do Leste Europeu ainda não está resolvida. Após a sua fase de industrialização acelerada - já que o capitalismo estatal surge apenas em países em transição para o capitalismo ou em sociedades capitalistas atrasadas - o capitalismo de estado entra na sua fase “estacionária” ou,

para ser mais exato, entra na fase em que o desenvolvimento das forças produtivas é muito mais lento em comparação com o capitalismo privado. A burocratização generalizada da sociedade diminui a liberdade de concorrência de capitais individuais e com isso a necessidade de “revolucionar constantemente os meios de produção” é atenuada e incentivada mais pela competição internacional do que pela dinâmica interna do capitalismo de estado. O “olhar disciplinador” que percorre toda a vida social, a falta de liberdades políticas que criam as “ilusões parlamentares”, as poucas opções de lazer e de escapismo, fazem com que o trabalho alienado se torne insuportável e os “incentivos materiais” (que a URSS importou da Europa Ocidental) não conseguiram resolver o problema da baixa produtividade do trabalho.

O atraso tecnológico e econômico da URSS unido com a crise econômica e a queda do nível de vida dos soviéticos gerou o acirramento das contradições sociais e, conseqüentemente, o aumento da mobilização social e da contestação. A mais forte fração da classe dominante, a burocracia conservadora, evitou a autoconsciência da crise do regime burocrático e por isso foi ultrapassada pela burocracia reformista - que pretendia, sob a liderança de Gorbachev, “mudar para permanecer” - apoiada pela burocracia liberal.

A burocracia reformista - os déspotas esclarecidos - com a Glasnost e a Perestroika, a pressão popular, a influência ocidental, etc. perdeu o controle da situação e se viu na posição do feiticeiro que criou um feitiço que depois se voltou para contra ele. A burocracia conservadora ao notar isso declara, numa tentativa desesperada, o golpe de estado. A derrota do golpe significou a queda tanto dos conservadores quanto de reformistas. A burocracia liberal, liderada por Boris Yeltsin, saiu vitoriosa, mas se encontra num beco sem saída: como a burguesia de estado - Burocracia - poderá se transformar em burguesia privada? O Estado continua controlando os preços e incentivando certos mecanismos de mercado, mas a forma de propriedade burguesa continua sendo o “coletivismo burocrático” e não a propriedade privada individual. Portanto, a burocracia ou resolve este impasse ou abre espaço para a revolução autogestionária.

Entretanto, o fracasso do capitalismo estatal não demonstra que o capitalismo privado seja “estável”. Este não só é instável como atravessa mais uma

de suas crises costumeiras. A formação dos blocos econômicos não são mais do que uma resposta à atual crise do capitalismo mundial. Isto significa que o rompimento com o capitalismo privado é tão necessário quanto o com o capitalismo de estado.

O capitalismo brasileiro aprofunda sua crise econômica e o resultado é o arrocho salarial e a queda do nível de vida. O Estado Brasileiro não está cumprindo sua função de controlar as crises do capitalismo e com isso reforça como seu “ponto forte” desviar a atenção das classes exploradas para a arena da Democracia Burguesa. Por isso, também é tempo de ruptura com o neopopulismo petista e com a democracia burguesa que buscam legitimar a sociedade capitalista.

A participação interna no PT não se justifica há muito tempo e tornou-se contrária aos interesses da classe trabalhadora. A tese da defesa do ponto de vista do proletariado dentro do partido e da busca de influenciá-lo num sentido mais à esquerda está ultrapassada. A burocratização crescente do PT afastou as bases e, conseqüentemente, o ponto de apoio necessário para pressionar a sua Direção conservadora. Assim, ele assumirá uma posição cada vez mais conservadora e cabe ao movimento revolucionário combatê-lo em sua ação sobre a sociedade. A expulsão de tendências mais à esquerda no partido (Convergência Socialista, Causa Operária) nos anos anteriores demonstram o caminho direitista que o partido está seguindo. As outras correntes mais à esquerda no partido (O Trabalho, Brasil Socialista, etc.) se alinham com as forças de centro (MTM, Força Socialista, Democracia Socialista, etc.) famosas por executarem uma política vacilante e oportunista, geralmente indo a reboque das tendências direitistas (Articulação, Vertente Socialista, Nova Esquerda). A decisão dos grupos de esquerda em continuar no partido significa nada mais nada menos do que *sua capitulação diante do reformismo*. Ao se submeterem ao “fetichismo do partido” e a “comodidade” da organização partidária revelam sua incapacidade de autogerirem suas lutas revolucionárias e assim reproduzem a alienação. Se integram no partido que, por sua vez, está integrado na sociedade capitalista.

A classe dominante se utiliza do PT, de mobilizações do tipo “Fora Collor” e do plebiscito, para iludir as massas e desviá-las da luta direta para a democracia burguesa, agora uma forma de dominação “novamente legítima”.

A Frente Socialista, atualmente movimento Pró-PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado -, com seu desenvolvimento contraditório, apresentava-se como uma possibilidade de formação de uma associação de movimentos revolucionários, devido a isto o Movimento Conselhistas participou de sua formação em Goiás. Entretanto, o seu desenvolvimento comprovou que a autocrítica de alguns de seus grupos, além de limitada, se concretizava mais ao nível do discurso que no da prática.

O Movimento Pró-PSTU não conseguiu ultrapassar a tendência mais forte dos grandes agrupamentos políticos: a reprodução, no seu interior, da sociabilidade capitalista e da ideologia burguesa. O predomínio do poder econômico, o culto da personalidade, a falta de democracia interna, o desrespeito à especificidade e autonomia dos movimentos sociais, a autonomização da direção (burocratização), já estão esboçadas no PSTU e tendem a se aprofundar. Aliás, esta tendência tanto se torna mais forte quanto mais cresce a organização partidária e passa de concretização parcial à total. Isto sem falar nas concepções políticas atrasadas de algumas correntes, inspiradas no bolchevismo, e nas ambiguidades de outras, sendo a Convergência Socialista e o PFS - ex-PLP, ex-CGB - os respectivos exemplos. Além disso, some-se o que os autonomistas italianos chamavam de "o fetichismo da organização", que é predominante no PSTU, e veremos os principais motivos do rompimento do Movimento Conselhistas com tal agrupamento político. É tempo de ruptura também com o PSTU.

Essas críticas às outras correntes políticas servirão para elas fazerem uma autocrítica ou aperfeiçoarem suas teses. Daí a importância do debate e da revista *Ruptura*. Aliás, a revista *Ruptura* está aberta à todas as correntes políticas e todos os indivíduos que discordarem das colocações aqui apresentadas para que manifestem suas posições, respeitando-se, é claro, o padrão de tamanho da revista e os padrões mínimos de qualidade. Esta é uma posição diferente das dos grupos autoritários que tentam conquistar a "hegemonia" impedindo as vozes discordantes de se manifestarem. Por tudo isso, o Movimento Conselhistas continuará publicando a revista *Ruptura* e autogerindo suas lutas no combate pela autogestão social.

AS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL ATUAL*

A sociedade brasileira vem sendo palco de uma crescente onda de violência institucional sobre as camadas desfavorecidas da população. A “violência” passa a ser o tema da “moda” tanto nos meios acadêmicos quanto nos meios de comunicação de massas. Cabe à classe dominante e seus ideólogos deturparem tudo: elaboram um conjunto de ideias que possuem como características fundamentais trocar a análise do processo pela reificação do efeito e por observar somente o que é manifesto e nunca o que está latente. Assim, o extermínio de meninos de ruas e o massacre de índios se tornam efeitos reificados, ou seja, esquece-se do seu processo de produção; das suas causas, e assim a solução do problema fica fácil: coloquemos os meninos de rua na escola (O “gênio” que propôs isto foi o governador Brizola) e demarquemos as terras indígenas! O fato de que continuará havendo a produção de meninos de rua e de garimpeiros com vontade e necessidade de invadir terras indígenas é esquecido. Lembrá-lo, obviamente, nos levaria longe demais e os guardiões do templo do capitalismo não hesitariam em nos acusar de “dogmáticos”, “esquerdistas” e “agitadores”. O outro fato, não tão visível, é que o extermínio de índios e meninos de rua não começou hoje e que a violência manifesta se torna tema polêmico no *mass media* enquanto que a violência latente e/ou subterrânea contra os pobres, a mulher, os trabalhadores sem-terra, os estudantes, etc. não são “vistos” pela nossa “democrática” imprensa. A única “violência” que aparece é a violência física (ou melhor, parte dela) e não a violência simbólica, econômica, política, social, entre outras. Para nós, a violência, seja ela qual for, só pode ser compreendida num contexto universal e perpassando o conjunto das contradições sociais e é neste sentido que vamos analisar a violência no Brasil.

Segundo dados de 1992, no campo brasileiro existe uma população rural que expressa, aproximadamente, trinta por cento da população brasileira. A violência no campo atinge milhares de pessoas e envolve não apenas índios e garimpeiros, mas também camponeses, grileiros, latifundiários, seringueiros, etc. As lutas sociais no campo têm, no final das contas, um sentido único: *luta pela terra*. A estrutura agrária

* Editorial da Revista Ruptura nº2, lançada em julho de 1994.

brasileira está voltada para a produção com base na monocultura visando a exportação e convivendo com uma enorme quantidade de terras improdutivas que esperam sua valorização. A produção voltada para a exportação, além da destruição do meio ambiente, aumenta o preço dos produtos no mercado interno (atingindo assim a população urbana) e reforça a concentração de terras, criando a miséria e a fome dos camponeses e outros trabalhadores rurais. As terras improdutivas reforçam isto e os únicos que se beneficiam com elas são os seus proprietários. Por conseguinte, a única forma de se resolver esta questão é transformar as relações de propriedade no campo, ou seja, realizar uma *revolução agrária*. A coletivização das terras e a autogestão nas unidades de produção são necessárias tanto para resolver os problemas ambientais (fim da monocultura, utilização de tecnologias alternativas, etc.) quanto para resolver os problemas sociais (produção voltada para o mercado interno, fim do desemprego, fome, miséria no campo, fim dos conflitos entre setores explorados no campo, etc.) e, além disso, servem como ponto de partida para abolir a oposição entre cidade e campo, com a desurbanização da cidade e a desruralização do campo. Neste sentido, as lutas camponesas e de outros setores explorados no campo ganham uma importância estratégica para o movimento socialista libertário.

As lutas sociais no campo devem ser articuladas com as lutas urbanas. Estas assumem uma complexidade e variedade enormes. Elas se referem desde a questão da moradia até a questão da administração municipal, passando pela questão do transporte coletivo, das condições de saneamento, entre outras. As lutas urbanas são, essencialmente, lutas contra a divisão capitalista do espaço e, conseqüentemente, luta pela autogestão do espaço urbano. A passagem de uma para a outra só pode ocorrer com uma revolução urbana.

A divisão capitalista do espaço apresenta-se como uma extensão das relações de produção capitalistas e tem como um de seus fundamentos a propriedade privada do solo urbano. São as grandes empresas e os grandes proprietários que, com o seu poder econômico, determinam a forma de divisão do espaço. Esta divisão serve para atender os seus interesses econômicos e os “benefícios urbanos” que as administrações municipais fornecem são dirigidos para aqueles que possuem o

“poder profano do dinheiro”, embora este, há muito tempo, tenha se tornado “sagrado” para as prefeituras, inclusive as “ditas” de esquerda.

Trata-se, portanto, de exigir o uso social do solo urbano e assim combater a especulação imobiliária e os privilégios da classe dominante. *A luta pela moradia* deve ter como ponto básico de seu programa o lema “casa para todos significa que cada um deve ter a sua casa e que *ninguém* deve ter duas ou mais casas” e com isso se questiona a propriedade burguesa e seu caráter antissocial. As outras formas de lutas urbanas devem saber postular a revolução urbana juntamente com propostas que facilitem a sua concretização.

As lutas sociais no Brasil também são travadas envolvendo o movimento das mulheres, o movimento ecológico, o movimento pela saúde coletiva, o movimento negro, o movimento estudantil e outros. Todos seguem sua dinâmica própria e, quando se radicalizam, colocam em questão aspectos da sociedade capitalista. Entretanto, estes movimentos, juntamente com os movimentos sociais urbanos e rurais, não podem revolucionar a sociedade isoladamente. Por isso, torna-se necessário a sua articulação com o movimento operário. É através da união destes movimentos com o movimento revolucionário do proletariado que se pode construir um “bloco revolucionário” e assim adquirir uma força política de peso no cenário nacional e elevar o nível da luta revolucionária.

Isto abre perspectivas para apresentar propostas alternativas nas questões polêmicas de repercussão nacional e desmascarar a ideologia dominante. Tal é o que ocorre, por exemplo, com a campanha contra a fome e a miséria, outra reificação de efeitos. Embora a fome e a miséria tenham chegado ao Brasil desde que as caravelas portuguesas aqui chegaram, só agora o sociólogo Herbert de Souza e o Partido dos Trabalhadores a perceberam. Qualquer cristão sabe que a árvore do conhecimento existe desde que Deus criou o mundo, mas somente agora os filantropos pequeno-burgueses da sociologia e do PT tiveram acesso a ela. Entretanto, a covardia pequeno-burguesa nunca permite todo o conhecimento, pois apenas parte dele pode ascender à consciência. Assim, conhecemos os efeitos e desconhecemos as *causas*. Disso resulta que devemos combater a fome e a miséria como se fossem “dados” (até um sociólogo positivista e direitista como Robert Merton sabe que “os dados

não são dados, são construídos”) e por isso a produção da fome e da miséria é “esquecida” e a solução do problema se encontra na “caridade”.

Marx criticou alguns dos “Socialistas Românticos” por eles serem filantropos pequeno-burgueses. Estes consideravam a classe trabalhadora como uma “classe miserável” incapaz de se libertar por si mesma. A solução, segundo eles, seria elevar o nível da sua consciência, através da “educação” e da “razão” (que se tornaram hoje novas formas de dominação) para assim acabar com os males do capitalismo e implantar o socialismo. Hoje, os filantropos pequeno-burgueses da sociologia e do PT querem acabar com os males do capitalismo sem acabar com o capitalismo. Ou seja: A filantropia pequeno-burguesa anda para trás. Eles não combatem a produção capitalista da fome e da miséria, mas apenas a fome e a miséria já constituídas. A doação de alimentos não perecíveis pode deixar muitos pequeno-burgueses com a “consciência tranquila”. Como se resolverá o problema da fome? Um pouco de caridade, uma pitada de reforma agrária, uma colher de distribuição de renda, uma dose de “alimentos não perecíveis” e pronto, o caldeirão da bruxa já possui todos os ingredientes necessários para preparar a poção mágica que acabará com a fome e a miséria. Basta remexer tudo e colocar no fogo e logo estará pronto. Em breve, a bruxa petista poderá voar em sua vassoura estrelada e derramar a poção mágica sobre as cabeças de todos os esfomeados e miseráveis do Brasil e assim seremos todos felizes sob o capitalismo humanizado do PT. Descobrimos, assim, que o capitalismo é um mal que, ao mesmo tempo, é o seu próprio remédio e que os “médicos petistas” vivem, da eterna reprodução da doença e da sua “cura”. Esta é apenas mais uma faceta do neopopulismo petista.

A formação de um *bloco revolucionário* é hoje necessária para combater tanto a direita quanto o bloco reformista, comandado pelo PT, que se revela um “direitismo esclarecido”. O aumento da violência institucional contra as classes exploradas poderá servir como “detonador” do processo revolucionário ou de um “ensaio geral” e cabe aos militantes socialistas buscarem criar condições favoráveis para a vitória do proletariado no seu enfrentamento com o capital e o estado capitalista. Portanto, já sabemos o que devemos fazer.

AS LUTAS POLÍTICAS ATUAIS: BALANÇO E PERSPECTIVAS*

O contexto sócio-histórico que envolve as lutas políticas atuais é marcado por uma situação de crise convivendo com uma organização e aglutinação das forças políticas direitistas, com a desarticulação das expressões das classes auxiliares (socialdemocracia) e com a reconquista vagarosa e subterrânea de espaço pelo movimento operário e revolucionário.

Esta situação é mundial e se reflete no Brasil. A crise econômica brasileira convive com o fortalecimento da direita e a desarticulação da pseudoesquerda. O processo eleitoral comprova isto. A vitória de FHC e o predomínio das forças de direita no parlamento é uma demonstração da força de força da classe dominante. O plano real foi arquitetado com objetivos puramente eleitorais e sua eficácia se sustenta por um curto período de tempo. O processo inflacionário e a desvalorização do real é questão de tempo. A ação do governo buscou conter a “implosão” do plano até o encerramento das eleições do 1º e 2º turno, mas após as eleições “nada será como antes”. O governo FHC será como qualquer outro governo direitista.

Os reformistas (PT, PC do B, PSTU etc.) foram derrotados eleitoralmente nas eleições presidenciais e tiveram pouco crescimento, tendo-se em vista as possibilidades existentes no início do ano, nas eleições proporcionais e para governador. A derrota de Lula apresenta dois aspectos: por um lado, é prejudicial à luta operária, pois sua vitória levaria ao fim da ilusão petista e ao confronto entre movimento operário e burocracia partidária e sindical do bloco reformista, por outro lado, é benéfico à luta dos trabalhadores porque impede a corrupção e a integração de segmentos sociais pelo neopopulismo petista aquartelado no estado capitalista. Temos que ter em vista a situação atual e por isso deixaremos de lado as consequências prováveis de uma vitória petista e trataremos dos possíveis efeitos de sua derrota parcial.

O PT perdeu a sua grande oportunidade eleitoral, isto reforça o desânimo de sua base, provocado pela derrocada do leste europeu e pela burocratização

* Editorial da Revista Ruptura nº 3, lançada em dezembro de 1994.

crecente de seu partido. A consequência imediata disto é o fortalecimento da burocracia partidária e a continuação do processo de direitização do PT. Assim, cairá a máscara do neopopulismo petista e poderemos ver, então, o PT Genuíno, que é o PT do Genuíno.

O PSTU, o alter ego do PT, continuará em sua ambiguidade entre o reformismo e o leninismo, entre o democratismo (burguês) e o autoritarismo (burocrático). O PSTU possui uma forte tendência de assumir seu lado reformista, por uma série de motivos: falta de projeto político próprio, falta de uma estratégia revolucionária, o peso do passado da maioria dos seus militantes (acostumados com práticas políticas autoritárias e com todos os outros vícios do leninismo e trotskismo), etc.

Por conseguinte, as “esquerdas” institucionais ameaçam se pulverizar e assim, abrem espaço para a formação de uma alternativa revolucionária que pode aglutinar os segmentos revolucionários da nossa sociedade. A crise mundial e a brasileira, em particular, abrem espaço para a radicalização da luta política e para o fortalecimento das forças revolucionárias. É por isso que o Movimento Conselhistas deve, a partir de agora, se fortalecer, abrir novos contatos, divulgar suas ideias mais amplamente e se expandir a nível nacional.

Em meio à crise da sociedade burguesa e ao desgaste da oposição “bem-comportada” e integrada nela, cabe ao Movimento Conselhistas apresentar-se como alternativa política que busca expressar os interesses políticos do proletariado.

POR UMA ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA*

A grande questão do mundo contemporâneo já não é mais a de como administrar o capitalismo e nem a de apresentar o capitalismo de estado como uma alternativa. Qual é, então, a grande questão da atualidade? Hoje o importante é descobrir de que forma a autogestão se concretizará e como acelerar o processo histórico para que isso ocorra o mais rápido possível, evitando, assim, a miséria e a alienação que atinge e destrói milhões de vidas. Esta é, também, a razão de ser do *Movimento Conselhistas*, que doravante passa a se chamar *Movimento Socialista Libertário - MSL*. A Revista Ruptura nº 4 vem para discutir esta questão e todas as outras que lhe são derivadas.

O Movimento Socialista Libertário (ex-Movimento Conselhistas) depois de um período de ascensão (1992-1993) passou por um período difícil (1994) e agora começa um novo período de ascensão e expansão. Para reforçar esta tendência que começa a se realizar, o MSL vem planejando (e executando) o reforço de sua atuação nos movimentos sociais e algumas alterações estratégicas visando uma prática política mais intensiva e ofensiva. O crescimento numérico do grupo e os contatos com militantes de outros estados abrem espaço para a sua expansão a nível nacional. Duas alterações são bastante visíveis para as pessoas que conhecem o antigo Movimento Conselhistas, principalmente em Goiás, mas também no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Amapá, Sergipe, Distrito Federal, etc. Estas alterações são a mudança de nome do grupo e a “nova fase” da Revista Ruptura.

A mudança do nome do grupo foi provocada pela inserção no movimento de massas que dificulta trabalhar com o nome “conselhistas”. Até os militantes políticos “bolcheviques” (leninistas, trotskistas, stalinistas), que defendem o “socialismo científico” e se julgam a “vanguarda avançada” da classe trabalhadora, desconhecem a corrente política chamada comunista conselhistas e também o fato histórico de que em todas as revoluções operárias houve a criação autônoma dos conselhos de fábrica, de bairros, etc., pelo proletariado. A grande massa dos trabalhadores, por sua vez, não tem acesso aos documentos e textos históricos que proporcionariam a

* Editorial da Revista Ruptura nº 4, lançada em janeiro de 1996.

consciência do significado do conselhismo e de sua relação com a autogestão. Os membros da classe trabalhadora que são vítimas da escolarização acabam sendo iludidos pela historiografia burguesa (e, também, em parte, pela historiografia produzida pela pseudoesquerda). Assim, a mudança de nome vem para facilitar a ligação orgânica do MSL com a classe trabalhadora.

Outra mudança ocorre através da Revista Ruptura. Neste número 4, a Revista Ruptura começa a sua transição para uma publicação voltada mais para a “análise concreta da situação concreta” (Lênin), para a elaboração de estratégias políticas, para o estudo dos movimentos sociais, para a análise marxista da conjuntura, etc. As grandes questões teóricas não serão de todo abandonadas, mas a partir deste número haverá a predominância dos temas mais imediatos da luta política.

A Revista Ruptura, nos seus três primeiros números, abordou questões fundamentais como a autogestão, a educação, a sociedade soviética, a tecnologia, a linguagem, a estratégia revolucionária, as eleições, os meios de comunicação de massas, o capitalismo mundial, o racismo, o trabalho, a mentalidade burguesa, a militância política, o fim da história, a questão camponesa, a solidão, etc. Estes números, sem dúvida, contribuíram com a formação política e o debate sobre questões importantes que são geralmente tratados do ponto de vista da direita e da pseudoesquerda. Portanto, torna-se necessário manter uma publicação que trabalhe com estas questões, já que a Revista Ruptura começa a articular um coletivo mais amplo visando publicar uma outra revista, de circulação nacional, que teria como eixo central a discussão em torno da autogestão.

A situação mundial e nacional mantém seu “equilíbrio instável”, que prefigura toda crise. O contexto histórico atual é marcado por uma situação que anuncia uma nova grande crise do modo de produção capitalista. O capital monopolista exerce amplo controle sobre o estado e assim busca controlar as economias nacionais de acordo com os seus interesses. É devido ao predomínio dos interesses do capital monopolista no estado, que este se retira de certos setores da economia e implanta a política chamada “neoliberal”. Esta política, entretanto, aumenta os conflitos sociais, já que o “bem-estar social” é relegado a segundo plano, e, além disso, torna

o capital mais vulnerável, pois a economia deixa de ser controlada pelo estado da forma rígida tal como era.

A Rússia e o Leste Europeu estão atravessando o período de transição do capitalismo de estado ao capitalismo privado, que ainda não revelou suas potencialidades revolucionárias, mas o desenvolvimento das lutas sociais e a situação mundial abrem amplas perspectivas neste sentido.

Enquanto isso, nas terras brasileiras, o bloco dominante continua combatendo o bloco reformista pelo controle político-ideológico da sociedade. Esta luta se manifesta na questão da revisão constitucional, onde o bloco dominante busca retirar vantagens para a classe capitalista através da alteração na constituição em pontos que se referem aos “benefícios sociais” e o bloco reformista busca manter a atual constituição tal como está, ou seja, adota uma política defensiva que nada tem a ver com a estratégia de classe do movimento operário, que busca articular lutas por conquistas imediatas com lutas visando a concretização da *revolução autogestionária*.

A perspectiva para os próximos meses é de ascensão das lutas sociais, pois até lá o plano real já deve mostrar a sua verdadeira face e juntamente com isso uma nova crise de legitimidade deve atingir o estado capitalista brasileiro. Além disso, a debilidade crescente do bloco reformista (PT, PC do B, etc.) poderá possibilitar uma autonomização da classe operária e a formação de uma verdadeira alternativa revolucionária. Por conseguinte, cabe ao Movimento Socialista Libertário adotar uma política ofensiva no sentido de colaborar com o desencadeamento da luta autônoma do proletariado.

A atividade política visando autonomizar os movimentos sociais, a articulação das forças revolucionárias, a elaboração de estratégias políticas, a construção e ampliação de meios alternativos de comunicação de massas, são algumas medidas que o MSL irá implementar a partir de agora. A Revista Ruptura, que apresentamos agora em seu quarto número, é um dos recursos que utilizaremos para realizar nossa tarefa.

PRÉ-CRISE DO CAPITALISMO E AS TAREFAS ATUAIS MSL*

A atual conjuntura política aponta para uma autonomização da classe operária em resposta a ação da classe capitalista. A burguesia tem implementado um conjunto de ações no sentido de evitar a crise do capitalismo, mas apenas tem conseguido adiá-la sem, no entanto, conseguir impedir o surgimento de novas contradições produzidas por sua própria ação. Quais são estas contradições? Como a burguesia tem agido para evitar a crise do capital? É isto que veremos a seguir.

A burguesia busca incessantemente criar contratendências à sua crise. A crise do capitalismo se manifesta como queda da taxa de lucro médio. Esta ocorre devido ao fato de que as empresas capitalistas disputam o mercado consumidor entre si e buscam aumentar cada vez mais a sua taxa de lucro para vencer a concorrência. Esta competição entre capitais individuais cria a tendência ao desenvolvimento tecnológico, e, por conseguinte, à queda da taxa de lucro médio. O desenvolvimento tecnológico é uma necessidade para a reprodução do capitalismo, mas é, ao mesmo tempo, causa de suas crises.

Isto ocorre graças ao fato de que a produção capitalista se fundamenta sobre a extração de mais-valor da classe trabalhadora. O único componente do processo de produção que acrescenta valor às mercadorias é a força de trabalho em ação, ou seja, o trabalho executado pelo trabalhador. Porém, os custos de produção não se limitam ao salário que o capitalista paga ao trabalhador. Ele precisa constantemente renovar os seus meios de produção e comprar matérias-primas. Mas estes componentes do processo de produção não acrescentam valor às mercadorias, pois apenas repassam o seu valor a elas. Somente a força de trabalho acrescenta valor às mercadorias.

Ocorre que com o processo de desenvolvimento capitalista a parte que o capitalista gasta como os meios de produção se torna cada vez maior e, proporcionalmente, cada vez menor com a força de trabalho. Por conseguinte, a taxa de lucro cai, pois os meios de produção apenas repassam seu valor ao produto. Marx chamou isto de tendência declinante da taxa de lucro.

* Editorial da Revista Ruptura nº 5, lançada em fevereiro de 1997.

A classe capitalista, entretanto, busca evitar que isto ocorra. Para fazer isto busca aumentar a exploração da classe trabalhadora. Isto é feito de várias formas, desde a intervenção estatal na produção até a constante busca de ampliação do mercado consumidor. Mas a estratégia do capital que é mais eficaz é a que se dá no próprio processo de produção. É aí que se dá a extração de mais-valor. A redução da jornada de trabalho e sua regulamentação impede o aumento de extração de mais-valor absoluto, o que provoca a busca da burguesia em aumentar a extração de mais-valor relativo.

A extração de mais-valor relativo é um resultado do aumento de produtividade. Já que o tempo de trabalho (que é o que determina o valor de uma mercadoria) não pode aumentar, então é preciso fazer o trabalhador produzir mais num mesmo período de tempo. Se em 08 horas se produz dez unidades, deverá passar a produzir 12. O salário do trabalhador não aumentará ou aumentará em proporções menores do que o do aumento da produtividade. Isto é feito tanto através da utilização de maquinaria mais avançada quanto na organização do processo de trabalho. Foi visando ao aumento de mais-valor relativo que surgiu a organização científica do trabalho, ou simplesmente, taylorismo. Na atualidade, a burguesia busca aumentar a extração de mais-valor relativo apelando para uma adaptação do taylorismo criada no Japão e que se chama toyotismo.

O toyotismo se caracteriza por tentar integrar o trabalhador com a empresa através do participacionismo e busca aumentar a produtividade e combater, assim, a queda da taxa de lucro. O toyotismo funciona segundo o método kan-ban, criado nos supermercados dos Estados Unidos e consiste em repor as mercadorias tão logo elas são vendidas. A adaptação do método de kan-ban feita na organização toyotista do trabalho é realizada através do sistema de luzes, onde existem luzes de três cores diferentes que avisam ao trabalhador se ele deve acelerar a produção, parar ou diminuir o ritmo. Tal método visa controlar a produção e o trabalhador evitando ao mesmo tempo gastos desnecessários e intensificação da cadeia produtiva, o que significa aumentar a exploração e opressão do trabalhador.

Outra estratégia do capital para evitar o desencadeamento de uma crise é a chamada política neoliberal. Na verdade, o neoliberalismo vem sendo aplicado por

todos os governos e partidos no poder, inclusive os social-democratas e “socialistas”. O capital monopolista utiliza a política neoliberal para realizar uma nova repartição do mais-valor global¹, retirando gastos sociais realizados para integrar a classe operária na sociedade burguesa, tal como o seguro social, a educação, a saúde, etc., e desviando-os para investimentos que beneficiam o capital monopolista. Daí a chamada onda de privatização. Entretanto, se isto tudo evita, em parte, a queda da taxa de lucro médio, produz novas contradições. No Japão, a implantação do toyotismo ocorreu sem grandes lutas sociais, devido as condições particulares deste país, embora tenha havido resistência dos trabalhadores. Nos demais países, entretanto, a resistência tende a ser muito mais forte pela própria formação cultural dos trabalhadores que não é a mesma que no Japão.

A política neoliberal, por sua vez, cria um descontentamento popular bastante elevado ao retirar dos trabalhadores o que estes já tinham conquistado. Desta forma, a integração da classe operária na sociedade burguesa se torna mais frágil, pois o mundo do consumo exacerbado, as “garantias sociais”, etc., deixam de ser uma realidade para os trabalhadores e assim sua integração na sociedade burguesa deixa de ter o atrativo que antes tinha. Outro efeito negativo disso para o capital é a restrição do mercado consumidor, que é onde se consuma a exploração (realização do mais-valor).

Assim, setores produtivos inteiros poderão, em médio prazo, perder grande parte de seu mercado e isso irá provocar uma quebra de várias empresas. O desemprego provocado por isso e pela revolução tecnológica reforça esta tendência de restrição do mercado consumidor, ainda mais se levarmos em conta que o aumento do desemprego pressiona os salários para baixo, o que significa perda do poder aquisitivo por parte dos trabalhadores. Um conjunto de outras ações vêm sendo encaminhadas pela burguesia no sentido de garantir a reprodução do capitalismo, tanto na esfera da produção e distribuição quanto na esfera da ideologia, cultura, etc.

¹ Mais-valor global é o total de mais-valor produzido em uma determinada sociedade, ou seja, é equivalente ao conceito de renda nacional.

Entretanto, os trabalhadores resistem. Assistimos hoje uma ameaça por parte do movimento operário de autonomização. A radicalização de setores da sociedade, o crescimento do movimento grevista, a luta dos trabalhadores sem-terra, entre outros exemplos, colocam em evidência a resistência operária. A luta dos trabalhadores começa a ganhar a radicalidade e apresentar uma perspectiva de autonomização da classe operária. Isto tem importância fundamental. Ocorre, porém, que a burocratização das organizações que buscam controlar o movimento operário e os demais setores explorados da sociedade dificultam a luta operária. Daí a necessidade da autonomização da classe operária, o que significa um processo onde ela se livra de suas falsas vanguardas, tanto social-democratas quanto bolchevistas, e assume seu caráter independente e autônomo.

As grandes ações da classe operária e de outros setores da sociedade que demonstram radicalização são autônomas e não contam, na maior parte das vezes, com o apoio dos partidos políticos “ditos” de esquerda. Torna-se necessário apoiar tal processo e fazê-lo expandir-se e tomar conta das ruas. A revolução é um processo marcado pela superação das relações de produção capitalistas, do estado e também das organizações burocráticas que dizem representar os trabalhadores. Os partidos políticos são uma ameaça concreta ao desencadeamento do processo revolucionário, mas quando este se torna irresistível, tais partidos buscam controlá-lo e dirigi-lo, objetivando conquistar o poder do estado através da usurpação da revolução proletária.

Os momentos de pré-crise do capitalismo sempre são marcados por um crescimento da extrema-direita e posteriormente da esquerda revolucionária. Isto ocorre devido ao fato de que a primeira possui o poder do dinheiro e por isso pode-se se organizar e se expandir de forma mais rápida. Basta ver o exemplo da ascensão do neofascismo e do neonazismo na Europa para se perceber isto. A esquerda revolucionária também começa a se articular e isto também é expressão da luta de classes e da resistência operária. Uma das tarefas principais no atual momento é buscar desencadear uma intensa luta cultural visando retirar das massas a influência nefasta do reformismo e do bolchevismo.

Sempre que há acirramento das lutas de classes, cria-se um clima favorável aos movimentos políticos radicais que expressam os interesses das classes exploradas. O atual momento abre amplas perspectivas neste sentido. É por isso que o MSL deve elaborar um conjunto de propostas e realizar um trabalho mais efetivo junto às massas no sentido de colaborar com o processo da autonomização das classes exploradas e, conseqüentemente, desencadear novas perspectivas para a revolução autogestionária.

A luta atual é marcada por avanços e recuos, por uma forte corrupção dos movimentos sociais e de organizações que dizem representar os trabalhadores e por um descontentamento crescente das massas. É preciso, então, uma ação efetiva no sentido de retirar das classes exploradas e demais setores da sociedade a influência da pseudoesquerda, representada pela socialdemocracia e bolchevismo, e realizar uma articulação das forças revolucionárias no sentido de ampliar sua influência e eficácia política. Daí a necessidade de criação de um bloco revolucionário e da articulação nacional e internacional no sentido de provocar e reforçar o confronto entre as forças conservadoras e reformistas, por um lado, e das forças revolucionárias, por outro.

Como realizar isto? A esquerda revolucionária hoje é composta por pequenos grupos, está desarticulada, não possui unidade de projetos e concepções, não possui recursos financeiros e materiais, etc. Parte destes problemas podem ser resolvidos, outra parte não tem tanta importância quanto parece e alguns problemas são realmente fundamentais e devem ser atacados de frente. As tarefas atuais do MSL neste contexto são a de buscar saídas e alternativas, bem como buscar reforçar sua luta e suas ações, de forma mais agressiva e radical, com o objetivo de fortalecer a luta revolucionária.

Os movimentos sociais no Brasil hoje são hegemônicos pela pseudoesquerda, onde se destacam o PT, PC do B, PSTU, entre outros. Tais forças políticas não representam os interesses da classe trabalhadora e sim de segmentos sociais bastante comprometidos com a sociedade existente, tal como a burocracia. Elas servem como freio da luta dos trabalhadores e cabe as forças revolucionárias retirarem a influência nefasta que elas exercem sobre as classes exploradas.

Daí a importância da luta pela hegemonia. Não se trata aqui da concepção reformista-gramsciana de tentar no interior da sociedade burguesa criar um “consenso” através de um partido que após conquistar a hegemonia irá dominar o estado e fazê-lo funcionar de acordo com os interesses dos trabalhadores. O estado só serve aos interesses da classe dominante e por isso deve ser destruído e não conquistado.

A luta pela hegemonia do qual falamos significa uma luta cultural no sentido de corroer a ideologia burguesa e burocrática e colocar aos trabalhadores a perspectiva da autogestão social. Não se trata de nos iludirmos pensando que tal proposta, antes de um período revolucionário, poderá ter a supremacia na sociedade. Na verdade, trata-se de conquistar a hegemonia em certos locais da sociedade, que são onde estão os explorados e os que estão descontentes com a sociedade existente.

Combater o racismo, o sexismo, etc., é fundamental para se criar as condições de revolução e autogestão, pois as ideologias burguesas continuarão utilizando os conflitos raciais, sexuais, etc., para dividir as classes exploradas e manter o seu domínio. Cabe buscar desenvolver uma cultura revolucionária que é necessária tanto para a realização da revolução quanto para a autogestão social se concretizar sem retrocessos. Combater as ideologias burguesas do consumismo, do burocratismo, do culto à autoridade e ao dinheiro, entre outras, também é extremamente necessário para o movimento revolucionário. Para efetivar isto é necessário unir forças, utilizar meios alternativos de divulgação de ideias e de pressão, etc.

Esta luta política fora das fábricas poderá incentivar a sua luta interna e assim colaborar com o movimento de greve de massas que deve se transformar em greve de ocupação ativa, criando o processo de autogestão nas fábricas pelos conselhos de fábrica e implantar a dualidade de poderes, onde as massas realizam a autogestão nos locais de trabalho e de moradia e enfrentam a oposição do estado, o poder coletivo da burguesia, sendo que ou o estado é destruído ou as organizações autogeridas das classes exploradas. Caso se efetive a vitória dos trabalhadores, isto significa a revolução autogestionária.

Entretanto, tal perspectiva deve ser colocada no interior da sociedade burguesa e é marcada por um conflito com as forças políticas da burguesia e das suas classes auxiliares (representadas pelos partidos políticos acima referidos). Para conseguir fortalecer a luta operária e realizar uma ação cultural e política eficaz torna-se necessário um conjunto de propostas de ação política. Podemos colocar algumas destas propostas em discussão:

Um projeto político global² caracterizado pela articulação de questões imediatas com questões a longo prazo e de questões específicas e gerais. Este projeto deve abarcar tanto a questão da luta pela terra, a luta antirracista e antissexista, entre outras, quanto a luta operária pela abolição do capitalismo; deve também apresentar propostas que solapem a força da burguesia e das organizações burocráticas e ao mesmo tempo que apontem para a revolução social e para a construção da autogestão. O combate ao neoliberalismo, por exemplo, deve estar articulado com propostas que deixem claro sua ligação com os interesses atuais da burguesia e ao mesmo tempo colocar que a solução deste problema só pode ocorrer fora do modo de produção capitalista.

Buscar criar uma articulação das diversas correntes políticas a nível regional, nacional e internacional buscando tornar mais eficaz e forte a luta revolucionária e simultaneamente o processo de autonomização das classes exploradas. Sem dúvida, hoje é necessário, no Brasil, criar uma *Federação de Movimentos Revolucionários*, voltada para a articulação das lutas políticas e para a realização de experiências coletivas nos pontos de concordância entre as diversas forças revolucionárias.

Algumas das novas propostas políticas que ao nosso ver deverão estar articuladas com o projeto autogestionário são as seguintes. Em primeiro lugar, devemos apresentar propostas que mobilizem os trabalhadores e ao mesmo tempo solapem a estratégia burguesa de aumentar a extração de mais-valor relativo. A luta pela diminuição da jornada de trabalho poderá agrupar amplas parcelas da população, tal como os desempregados (pois geraria mais empregos), os

² Sobre isso: *Estratégia Revolucionária e Luta de Classes: Teses Para Uma Nova Esquerda Revolucionária no Brasil*. Cadernos Ruptura, N. 1, junho de 1994.

trabalhadores submetidos ao trabalho alienado do qual foge sempre que pode, entre outros. Tal proposta fere diretamente os interesses da burguesia, pois a regulamentação da jornada de trabalho lhe garante a estabilidade da extração de mais-valor absoluto e tal redução faria cair mais ainda sua taxa de lucro. Outra consequência disto seria o maior tempo disponível que os trabalhadores teriam para descansar e se auto-organizar, criando tempo e disposição para produzir os conselhos de fábrica. Embora esta conquista seja bastante difícil, ela deve ser colocada como bandeira de luta não só porque irá conquistar a simpatia de parte da população, mas porque também irá aglutinar e aproximar setores da sociedade em torno de uma reivindicação radical e poderá colaborar com o desenvolvimento de uma consciência de classe revolucionária em nosso país. Uma das formas de pressão para se reivindicar isto é a greve de massas, o que significa a retomada da luta operária de forma autônoma e sem a mediação de partidos ou qualquer outra organização burocrática.

Outra proposta política é a de democratização dos meios de comunicação de massas. Esta proposta teria como eixo central a liberação de rádios e TVs livres, o fim da censura e das exigências legais para publicação de textos escritos (o jornalista responsável) e outras propostas neste sentido. Também a proposta de estatização e democratização das escolas e universidades através do sistema paritário, onde professores, funcionários e estudantes administrariam as escolas, inclusive no conteúdo do que é ensinado e na forma do ensino se inclui nesta perspectiva.

Soma-se a estas propostas a defesa do fim da propriedade do solo nas cidades, segundo a qual cada indivíduo só pode ser proprietário do local onde reside. Isto poria fim a especulação imobiliária e mobilizaria uma ampla camada da população, principalmente aqueles que não possuem local de moradia e aqueles que moram em favelas. O fim da propriedade privada nas terras desocupadas na zona rural e sua imediata coletivização. Trata-se de uma luta pela transformação da estrutura agrária brasileira e que tem como ponto fundamental apoiar o movimento dos trabalhadores sem-terra e radicalizar sua luta objetivando realizar uma verdadeira revolução agrária.

Outras propostas podem ser somadas a estas, tais como:

Pelo fim da mercantilização da saúde e pelo controle da população sobre os serviços de saúde, através da estatização e democratização do seu gerenciamento.

Pelo controle popular do sistema de transporte coletivo urbano, através da sua estatização sob a direção de conselhos de usuários.

Pelo fim do serviço militar obrigatório.

Pelo controle popular da relação entre sociedade e meio ambiente.

Pelo fim do voto obrigatório.

Pela greve geral de massas.

Sem dúvida, estas propostas precisam ser aprofundadas e especificadas. Porém, isto será um trabalho coletivo dos militantes libertários e se tornará mais concreta nos debates e na luta cotidiana, bem como através do aprofundamento da pesquisa sobre estes assuntos. Também não são, na sua maioria, propostas que apontam para a autogestão, mas abrem espaço e podem criar uma ampla mobilização que colaboram com a concretização deste projeto. Também é necessário articular estas propostas com as propostas revolucionárias do movimento libertário e conseguir desta forma aumentar a inserção social do bloco revolucionário e torná-lo um movimento de massas.

Para efetivar o encaminhamento destas lutas torna-se necessário se criar uma ou várias organizações revolucionárias em cada cidade e articulá-las em nível regional e nacional, atuando em diversos locais de lutas de classes (escolas, bairros, fábricas, etc.). No Brasil, hoje já existe um número razoável de agrupamentos revolucionários e um sem número de movimentos radicais de periferia sem uma articulação e concepção política definidas. Cabe ao MSL e demais grupos libertários fazer um trabalho de divulgação de massas de suas ideias para conseguir aglutinar forças e ganhar mais vitalidade na luta contra o capital e o estado.

Para isso ocorrer, torna-se um imperativo categórico não haver “rachas” desnecessários por questões secundárias. Podemos, sem dúvida, conviver com diferenças de opiniões e concepções em muitos aspectos sem ter que abrir mão do trabalho em conjunto. Além disso, o movimento revolucionário tem que aprender a respeitar as diferenças não só de concepção, mas também de disposição para a

militância e de estilos de atuação. Para não dispersar o movimento de recusa da sociedade burguesa e do estado, faz-se necessário também conviver com as diferenças com uma certa tolerância.

A partir destas breves indicações é preciso reconhecer que hoje mais do que nunca é preciso unir forças para combater o capital e o estado e isto só poderá ser feito se houver uma união entre as forças libertárias, pois do lado de lá, na hora do confronto, sempre há união.

Este é um ano eleitoral e como todos os anos eleitorais é uma época propícia para a corrupção de diversos indivíduos e movimentos sociais pelos políticos profissionais e partidos de “esquerda”. Ora, para o movimento libertário é uma época privilegiada para a atuação nos movimentos sociais. Isto ocorre pelo fato de que os partidos de pseudoesquerda irão privilegiar o processo eleitoral e com isso enfraquecem sua atuação política nos movimentos sociais. Além disso, eles se tornam mais vulneráveis e o processo que eles executam de aparelhamento dos movimentos sociais se tornam mais visíveis para a população.

Neste contexto, cabe a nós buscarmos realizar uma ação política com mais empenho nos movimentos sociais e buscar democratizá-los e fazê-los radicalizar no sentido de entrar em confronto com o capital, o estado e a pseudoesquerda. Além disso, cabe ao MSL e aos demais movimentos libertários e indivíduos militantes utilizar a desconfiança e a consciência dos trabalhadores brasileiros a respeito da farsa que é a democracia burguesa e fazer uma campanha de massa pelo voto nulo, buscando assim retirar a legitimidade desta forma de dominação burguesa.

Através de meios alternativos (formação de comitês de bairro em favor do voto nulo, voltado para o debate e discussão de questões políticas) e tradicionais (pichação de muros, panfletos, adesivos, etc.), devemos fazer uma ampla campanha pelo voto nulo e junto às massas, em terminais de ônibus e nas periferias. Se for possível, formar comitês de voto nulo nas periferias e atuar através da politização e do desmascaramento da farsa que é a democracia burguesa.

Enfim, a campanha pelo voto nulo pode demonstrar à população que existe uma alternativa e que a democracia burguesa é uma farsa e também a “esquerda” institucional.

Para todas estas propostas serem efetivadas é preciso criar um conjunto de meios que tornem sua concretização possível. Para isto seria necessário uma ampla mobilização e atuação dos militantes revolucionários e da ampliação de grupos e indivíduos envolvidos nesta luta. Além disso, esta articulação deveria se dar a nível nacional e, portanto, torna-se urgente lançarmos a ideia de uma *Federação de Movimentos Revolucionários* e também a de formação de *Associação Nacional dos Trabalhadores*.

A Federação de Movimentos Revolucionários teria como pressupostos a luta pela autogestão pela via revolucionária, variando os métodos e projetos no interior desta perspectiva. Ela não teria direção central e funcionaria como uma federação, onde cada grupo ou indivíduo filiado teria ampla liberdade de defender suas ideias e teria sua autonomia garantida. A função desta federação seria articular experiências, lutas, organizações, etc., e também realizar um trabalho de massas a nível nacional, unificando aspectos consensuais da luta revolucionária.

A publicação de um jornal a nível nacional entre outras formas de publicação e divulgação de ideias, a realização de campanhas de massas em todo o país, abrir contatos e articulações com movimentos libertários em outros países tentando alargar o processo de unificação da ação revolucionária, etc., seria mais algumas das atividades que devem ser levadas a cabo por tal federação.

Talvez a tarefa principal desta federação seja a de formar uma Associação Nacional dos Trabalhadores, organizados por conselhos de fábrica e de trabalhadores. Para fazer isto temos que retomar a ideia dos conselhos de trabalhadores, que sempre esteve viva nos momentos históricos da luta operária, desde a Comuna de Paris, passando pela Revolução Russa, Revolução Alemã, Revolução Espanhola, etc. No Brasil, os conselhos de fábrica surgiram durante as greves de maio de 1978, entre outras oportunidades.

A ação dos militantes libertários seria no sentido de criar conselhos de trabalhadores e conselhos de fábricas ou empresas. Os conselhos de fábrica ou empresa aglutinam os trabalhadores por local de trabalho e de forma clandestina para evitar perseguições. Eles executariam um papel de divulgação das ideias libertárias, cursos sobre autogestão e gestão de fábrica, etc., e de organização de uma união municipal, regional e nacional dos trabalhadores, buscando incentivar o movimento de greve de massas e exigir a concretização das propostas políticas do bloco revolucionário e apontar para a abolição do trabalho assalariado e do estado.

Os conselhos de trabalhadores irão agrupar os trabalhadores que estão isolados em seu local de trabalho por região. Os desempregados e trabalhadores itinerantes se agrupam por região de moradia. Estes conselhos também participam das associações municipais, regionais e nacional dos trabalhadores. Esta última teria a vantagem de não ter que provocar o desgaste dos militantes e trabalhadores com a disputa inútil nos sindicatos e nas centrais sindicais corrompidas, pois basta ser trabalhador para fazer parte dela. Não precisaria ser eleito em nenhuma instância, pois basta a sua condição de trabalhador para pertencer à classe e à organização nacional dos trabalhadores. Desta forma, todo militante libertário que é trabalhador (ou é um trabalhador desempregado), rural ou urbano, poderia participar da Associação Nacional dos Trabalhadores.

As lutas encaminhadas pela ANT seriam as lutas gerais dos trabalhadores, tanto as imediatas, tal como a luta pela diminuição da jornada de trabalho, quanto as que dependem do nível de acirramento das lutas de classes, ou seja, da abolição do capitalismo e do estado. Também, nas suas organizações locais, que são os conselhos de fábrica e de trabalhadores, se encaminham as questões locais articuladas com as nacionais.

Uma forma de aglutinar trabalhadores na ANT é a busca de articulação com eles não em sindicatos, mas sim nas empresas e, principalmente, nos locais de moradia. Nas periferias e terminais de ônibus se pode fazer campanhas de massas e buscar criar conselhos de trabalhadores por região de trabalho ou de moradia, dependendo do caso. Este seria o ponto de partida para a construção de uma

alternativa revolucionária ao nível nacional e que certamente espantaria a pseudoesquerda e a classe dominante.

Com estas duas formas de organização se poderia efetivar uma ampla mobilização popular a nível nacional e, no contexto em que vivemos de acirramento das lutas sociais, colaborar com o processo de autonomização das classes exploradas.

A diferença entre a Federação de Movimentos Revolucionários e a ANT se encontra no fato de que a primeira agrupa também jovens e grupos e tem sua base de organização diferenciada (não por empresa ou região e sim por concepção política, participação em movimentos sociais ou grupos revolucionários e/ou culturais, etc.) e tem uma definição mais precisa de concepção política enquanto que a segunda apresenta-se aberta a todos os trabalhadores dispostos a participar dos conselhos operários e de suas lutas e reivindicações, independentemente de seu aprofundamento em matéria de concepção política e do seu grau de elaboração teórica.

A formação de uma Associação Nacional dos Trabalhadores abre espaço para o desencadeamento de uma luta revolucionária marcada pela articulação de reivindicações radicais e do projeto autogestionário e estabelece a possibilidade de influenciar o movimento dos trabalhadores no sentido de desencadear uma greve de massas que reforça a própria associação.

Por fim, estas são as tarefas atuais do MSL: buscar criar uma articulação nacional das forças revolucionárias e uma Associação Nacional dos Trabalhadores, bem como apresentar um conjunto de propostas políticas visando conquistar espaços que reforcem a luta revolucionária do proletariado e dos demais setores explorados da população.

AUTOGESTÃO OU BARBÁRIE?*

A atual situação mundial é marcada por um prelúdio de um acirramento das lutas de classes. Embora isto não seja tão visível assim, já podemos observar, partindo de um ponto de vista histórico, os primeiros sintomas de um novo período de crise e de lutas que poderão definir o destino da humanidade. Buscaremos apresentar as nossas observações sobre tal período histórico e assim fundamentar a nossa hipótese.

Historicamente, o que se observa é que, a partir do século 20, as crises do capitalismo são acompanhadas de ciclos revolucionários. Estes ciclos são marcados por vitórias e derrotas dependendo do país e da situação histórica concreta, o que coloca em evidência a força conjuntural das classes exploradas e dos grupos esquerdistas.

O primeiro ciclo revolucionário de nossa época foi no início do século: 1905 e 1917 na Rússia, 1919 e 1920 na Itália, 1915-1921 na Alemanha, etc., etc. Isto durou até a derrota final, ocorrida na Espanha, onde a ditadura franquista de caráter fascista derrotou as classes exploradas e seus representantes políticos (POUM – Partido Operário de Unificação Marxista – e os anarquistas). Sem dúvida, as tentativas de revolução socialista no início do século foram várias e algumas se mantiveram heroicamente por algum tempo (Rússia, Espanha). Mas a derrota e a continuidade da luta foram suficientes para o desespero da burguesia que entregou o poder à extrema-direita: o nazismo, na Alemanha; o fascismo, na Itália; são os exemplos mais conhecidos, mas pode-se acrescentar o caso do Japão, da Espanha, etc. A direita abre mão do poder para a extrema-direita em momentos de crise pelo simples motivo de que não há como assegurar a manutenção do modo de produção capitalista sem uma forte repressão. Somente a ditadura pode manter o capital. Mas não se trata de qualquer ditadura, pois isto a direita poderia implantar. Trata-se de uma ditadura que consiga recuperar o apoio de parte da população, armada de uma ideologia do “inimigo oculto”, que é um inimigo imaginário, criado para desviar a atenção das massas e fazer ela descarregar suas frustrações em cima de grupos sociais inocentes

* Editorial da Revista Ruptura nº 6, lançada em dezembro de 1997.

(judeus, comunistas, homossexuais, ciganos, etc.). As classes auxiliares da burguesia encontram aí (bem como na corrupção que o poder estatal faz ao oferecer possibilidade de ascensão social no regime ditatorial, através da integração no esquema de poder) uma oportunidade de recuperar seu prestígio social. Isto também tem efeito sobre parte das classes exploradas que acaba encontrando uma forma de descarregar seu ódio, embora faça isso contra um inimigo imaginário, que apenas encobre a visão do verdadeiro inimigo: o capital.

Nesta situação de crise a democracia burguesa é solapada. Em primeiro lugar, a burguesia e as classes exploradas confiam a recuperação na socialdemocracia. Para a burguesia, a socialdemocracia, representante de algumas das classes auxiliares da burguesia, devido seu “enraizamento popular” e seu discurso pseudoesquerda, pode controlar a revolta operária. Para as classes exploradas, com a consciência ofuscada pela ideologia dominante, a socialdemocracia pode superar a crise e realizar sua promessa de “bem-estar social”. Para a extrema-direita e a esquerda (revolucionária, que fique claro), trata-se de combatê-la, pois ela representa um governo fraco para a extrema-direita e um governo burguês para a esquerda. A burguesia busca apoiar a socialdemocracia até o limite possível, mas a crise pode a qualquer momento fazê-la entregar o poder à extrema-direita, pois aí o seu domínio está garantido.

Portanto, existe um confronto entre duas forças políticas fundamentais: a burguesia e o proletariado. Mas ao lado deste confronto existem outras classes sociais que tornam o conflito mais complexo, principalmente somando-se forças políticas que representam as classes de forma confusa. Em períodos de crise pode ocorrer um ciclo revolucionário e sua vitória garante a autogestão social e sua derrota a barbárie, ou seja, a volta do fascismo. A derrota do ciclo revolucionário no início do século abriu a possibilidade de vitória do fascismo. A esquerda tem que lutar ao mesmo tempo contra a direita, a extrema-direita, a socialdemocracia e o bolchevismo. A direita e a socialdemocracia se revezam no poder (basta ver as atuais derrotas dos neoliberais para os social-democratas na França e Inglaterra para notarmos isto) e representam a manutenção do *status quo*. A esquerda deve combater tais forças na busca da revolução proletária. A socialdemocracia pode servir de aliado no caso de confronto contra a extrema-direita mas nunca como

alternativa política, ou seja, para enfrentar um inimigo comum¹ pode-se fazer uma frente, evitando que o inimigo mais poderoso e nocivo consiga ascender ao poder, mas não se pode ceder o poder à socialdemocracia, pois ela é incapaz de “resolver” a crise e de buscar a autogestão. A direita, por sua vez, nunca servirá nem sequer como força aliada, pois ela é naturalmente aliada da extrema-direita.

A extrema-direita vive nos subterrâneos da sociedade capitalista (como se vê nos neonazistas e fascistas em geral, tais como os skin-heads, Ku Klux Klan, TFP, Nova Acrópole, pequenos partidos fascistas, etc.) e vai crescendo aos poucos, na ambição de tomar o poder (daí a ênfase em formar uma força paramilitar). Esta representa a última alternativa da burguesia de manter sua dominação. Seus métodos violentos, sua concepção totalitária e racista, apresentam sua força durante períodos de crise, onde o desespero produz adeptos de governos “fortes” e outras ilusões que os fascistas conseguem canalizar em seu proveito.

O bolchevismo é outra ameaça e também possui características totalitárias e autoritárias, e, embora no atual momento histórico ele esteja enfraquecido, não é uma força desprezível, pois a radicalização das lutas e seus métodos totalitários poderão atrair adeptos e provocar o seu fortalecimento futuro². Entretanto, eles tendem a combater a extrema-direita. Por isso, em determinados momentos, eles podem se tornar aliados. O combate ao bolchevismo se torna mais urgente após a derrota da direita, da extrema-direita e da socialdemocracia, pois é aí que se definirá o caminho da sociedade: se seguirá rumo ao modo de produção comunista (autogestão) ou rumo ao burocratismo (seja do capitalismo de estado seja o do modo de produção burocrático). Esta é uma segunda etapa da luta. No início o combate ao bolchevismo *pode* ficar relegado a segundo plano, *dependendo da conjuntura*. O perigo maior hoje é a barbárie, ou seja, a extrema-direita e os demais representantes do capital (socialdemocracia e direita assumida).

¹ Isto é verdade no que diz respeito a algumas frações da socialdemocracia, que representa a burocracia civil, pois, em sua maioria, ela se opõe aos regimes fascistas e totalitários que destroem a sociedade civil organizada, ou seja, o seu meio de vida enquanto fração de classe da burocracia, ao destruir a democracia burguesa, organização sindical livre, etc.

² Este é o caso de pessoas de personalidade autoritária pouco participantes do ponto de vista político, mas que possuem uma tendência mais à esquerda, entre outros.

Não se trata de defender a tese da “frente popular” e sim de reorganizar uma forte força política realmente de esquerda (aglutinando marxistas autogestionários, anarquistas, autonomistas, independentes de esquerda, ecologistas e feministas de esquerda, etc.) numa organização internacional e buscar interferir nas lutas sociais de forma autônoma, buscando, de acordo com a conjuntura, reforçar a luta pela autogestão e combater o capitalismo. Em momentos de recuo das classes exploradas pode tornar-se necessário se aliar com outros segmentos para evitar a barbárie e recuperar as forças para novamente combater o capital e lutar pela autogestão.

A situação histórica atual é marcada por uma pré-crise do capital. O modo de produção capitalista e seu estado buscam evitar tal crise, mas isto não vem surtindo muitos efeitos. A chamada “reestruturação produtiva” (toyotismo), o neoliberalismo, etc., não são suficientes para conter a crise do capital que se aproxima. A quebra da bolsa de Hong Kong é apenas um sinal do que tende a vir pela frente. Daí surge a tendência de autonomização das classes exploradas, de um lado, e o fortalecimento da extrema-direita, de outro lado. As greves na França e Estados Unidos, por exemplo, já marcam o início de um processo de autonomização e radicalização do movimento operário. É neste contexto que teremos que atuar a partir de agora. Não devemos esperar a catástrofe acontecer para depois agirmos. É preciso entender a situação atual e elaborar uma estratégia revolucionária visando não ser pego de surpresa. A tendência é de acirramento das lutas de classes e os primeiros sintomas já aparecem. Portanto, cabe a nós buscarmos fortalecer as forças revolucionárias e romper com as divisões da esquerda para não deixar que a barbárie retorne.

Como encaminhar as lutas neste sentido? Em primeiro lugar, trata-se de unir as forças numa associação internacional de caráter anticapitalista e antifascista. Em segundo lugar, reforçar todas as atividades junto às classes exploradas e movimentos sociais e buscar criar um bloco revolucionário, buscando fortalecer as forças revolucionárias para que elas atuem junto às grandes massas e não apenas entre si. Para isto ocorrer é preciso uma melhor articulação entre as forças existentes e o seu fortalecimento.

Tendo em vista essas necessidades da atual conjuntura histórica, o MSL irá promover algumas ações, dentro do que é possível tendo em vista suas limitações, visando fortalecer o movimento revolucionário e prepará-lo para combater a extrema-direita e demais forças conservadoras (direita, socialdemocracia e bolchevismo). Através da Revista Ruptura, procuraremos apresentar estudos e informações sobre as forças políticas adversárias (bolchevismo, socialdemocracia, fascismo, etc.), tal como se vê já neste número, com os textos sobre o neonazismo, e abrir espaço para o debate entre as forças aliadas (anarquistas, autonomistas, etc.). Através da ação cotidiana buscaremos reforçar nossa posição nos movimentos sociais e difundir a discussão sobre a formação de uma associação nacional e internacional de esquerda. No início, estas tentativas poderão não surtir muito efeito, mas com o acirramento das lutas de classes que se delineiam tendencialmente, logo serão colhidos os primeiros frutos.

TEMPO DE RUPTURA PROLETÁRIA*

O MSL – Movimento Socialista Libertário, foi engendrado no final da década de 80 e início dos anos 90, buscando resgatar, desenvolver e atualizar a teoria e prática marxista e conselhistas no sentido de contribuir com a instauração da autogestão social. Depois de alguns percalços, equívocos, mudanças, entradas e saídas de militantes, bem como a permanência de muitos, o MSL, foi se constituindo e cada vez mais buscando manifestar-se como expressão política do proletariado. No Editorial do número 01 da Revista Ruptura, em maio de 1993, intitulado *Tempo de Ruptura*, apresentamos a necessidade de romper com o capitalismo, a socialdemocracia, o bolchevismo, enfim, com o reino podre do capital. Nele se via uma crítica radical ao PSTU, ao capitalismo estatal russo, ao reformismo, ao neopopulismo petista, ao capitalismo privado. Nesta época alguns chamaram-nos de profetas... adivinhávamos o futuro do PT, PSTU, etc. Hoje, estas pessoas deveriam repetir a mesma coisa, mas agora não no sentido pejorativo e sim como elogio: “você estavam certos...”

De lá para cá, outras revistas, artigos e editoriais aprofundaram alguns elementos presentes neste primeiro editorial e apresentaram novos elementos, tal como uma análise do desenvolvimento capitalista, a sua pré-crise e seus sintomas (neonazismo, neofascismo), as nossas propostas (Federação de Movimentos Revolucionários, Associação Nacional dos Trabalhadores, atividades específicas, etc.). Alguns textos apresentaram discussão sobre movimentos sociais específicos (movimento estudantil e movimento negro, por exemplo) e sobre estratégia revolucionária e lutas sociais, questões as mais variadas (ideologia da globalização, capitalismo estatal russo, a solidão, o racismo, transporte coletivo, a militância política, os movimentos sociais, a questão agrária, a educação, entre inúmeros outros).

Agora, nos encontramos em uma nova situação. O MSL teve dois períodos auge: 1994 e parte de 1995 e 1996. Depois deste período, principalmente em 98-99, houve um período de desarticulação. A partir do fim do ano 2000, começou-se um

* Editorial da Revista Ruptura nº 7, lançada em agosto de 2001.

trabalho de reestruturação e rearticulação e isto começou a ocorrer dentro de um novo contexto. Iniciamos, neste período, contatos com vários coletivos que apresentam concepções semelhantes às nossas, e retomamos o contato (iniciado com bastante força em 1996) com variados grupos anarquistas. O novo aqui não é apenas o contato, mas a formação de diversos coletivos revolucionários no Brasil, em vários estados e cidades. Também os anarquistas voltaram a crescer a nível nacional. Isto não ocorre por acaso, trata-se do processo de acirramento de conflitos sociais, que desde Seattle e Chiapas vem proporcionando mobilizações e manifestações a nível mundial. A constituição da AGP, Ação Global dos Povos contra o capitalismo, que vem realizando vários protestos contra o G8, o FMI, OMC, Banco mundial, etc., é uma expressão desta nova resistência ao capitalismo mundial, que, embora possamos efetuar críticas e ter discordâncias em relação a determinados pontos, eles são o sintoma de um processo de radicalização das lutas de classes que se esboça. Estamos, pois, num tempo de ruptura proletária. Diante deste quadro, completado pelas dificuldades de reprodução do capital, o MSL voltou a atuar com cada vez mais força, reforçado por novos militantes e com mais facilidade de comunicação a nível nacional e internacional (por exemplo, através da internet foi possível abrir contatos com o Grupo Comunista Internacionalista, na Bélgica, e com Rede Operária, na Itália, além de uma diversidade de grupos e indivíduos no Brasil). O contexto regional também mudou. As eleições municipais, na qual propomos o voto nulo, colocou novamente o neopopulismo petista no poder e apresentou a eleição de um vereador do PSTU, que, no entanto, saiu para participar do MLS – Movimento de Luta Socialista (na verdade, um retorno nostálgico ao antigo CGB-PLP-PFS e ao seu culto à autoridade), que escolheu “curiosamente” uma sigla bastante parecida com MSL. Isto nos trouxe problemas, pois muitos passaram a nos confundir, misturando água suja com vinho limpo... MLS com MSL, respectivamente.

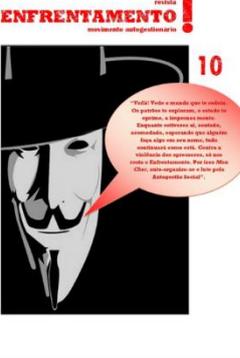
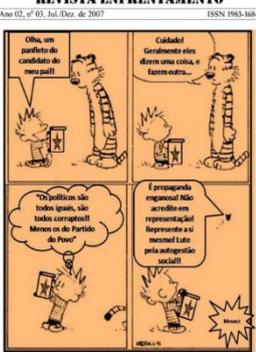
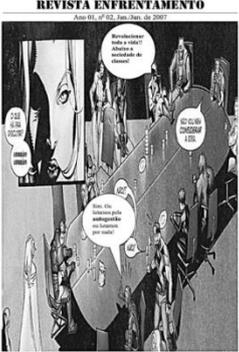
Enfim, o MSL retomou e ampliou contatos com coletivos internacionais, nacionais e municipais. Assim, apesar das idiossincrasias, das tradições teóricas que cada coletivo busca se inspirar na luta contra o capital, etc., o MSL voltou com sua proposta, agora com uma perspectiva concreta de realização, de formação de uma Federação dos Movimentos Revolucionários. A proposta foi lançada e houve reações,

umas mais favoráveis, outras menos, mas a semente poderá germinar no futuro e, do nosso ponto de vista, a realidade dura da luta política contra a hegemonia burguesa irá articular a expressão política do bloco revolucionário que vem se fortalecendo no Brasil.

No entanto, ao lado disso, o MSL resolveu realizar mais uma mudança de nome. A sigla MSL, passou a gerar problemas devido ao plágio dos leninistas-reformistas do MLS. Além disso, socialismo libertário é algo um tanto quanto vago, além de estar associado, geralmente, à tradição anarquista (o que não temos nada contra, mas simplesmente consideramos que isto não reflete nossa identidade e nem concepção teórica que buscamos *desenvolver*). Assim, em meio a algumas propostas e discussões, foi escolhido o novo nome do MSL, que doravante passa a se chamar *Movimento Autogestionário*. Este nome, que impossibilita confusões com nome de outros grupos, expressa o caráter do grupo, sua proposta fundamental, a essência do modo de produção comunista, a autogestão social. Tal como colocamos em um texto no qual comunicamos a todos a mudança de nome, Movimento Autogestionário significa a união de dois termos: movimento, que significa ação, aquilo que se move, agitação, animação e autogestionário significa referente à autogestão, aquele que provoca a autogestão, defensor da autogestão, aquele que tem como objetivo a autogestão. Assim, temos a noção exata do que significa *Movimento Autogestionário*: ele é um grupo político (ou seja, um coletivo de indivíduos unidos em torno de um projeto político) que se manifesta na forma de um movimento (ação) cujo objetivo (seu projeto político) é a instauração da autogestão social”.

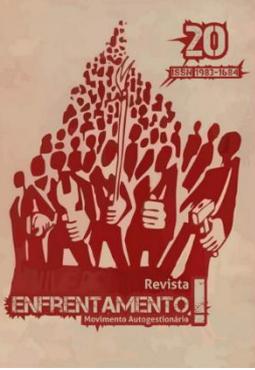
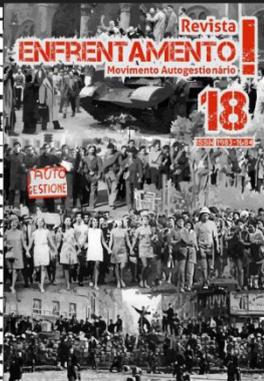
Aqui cabe ressaltar a diferença entre autogestionário e autogerido. Um movimento autogestionário é aquele que como objetivo (enquanto projeto político) instaurar a autogestão social e um movimento autogerido é aquele que realiza a autogestão internamente. É a mesma diferença entre revolucionado e revolucionário, entre o que já efetivou a revolução e aquele que a tem como projeto, objetivo. O Movimento Autogestionário é, desta forma, autogestionário (tem como projeto a autogestão social) e autogerido, apesar das falhas e dificuldades neste último sentido.

Como parte de nossa rearticulação, o Movimento Autogestionário volta a publicar a Revista Ruptura, o seu sétimo número, que depois de seu nascimento em 1993, teve seu último número publicado em 1997. Este número vem destacar a questão do marxismo esquerdista, recuperando a história do conselhismo e de outras correntes políticas, bem como trazendo temas que estão inseridos na totalidade da sociedade capitalista, reproduzindo de forma ampliada a alienação e a opressão.



Revista

ENFRENTAMENTO!



ENFRENTAR É PRECISO...*

Enfrentar quer dizer “atacar de frente”, “defrontar”, “arrostar”. Enfrentar significa lutar, confrontar. O enfrentamento com o capital é algo necessário, duro, difícil, prazeroso, emancipador. Enfrentar é preciso, pois quem não enfrenta o capital e tudo que ele representa, não vive, é como um zumbi, um morto-vivo, que nem está completamente morto, nem completamente vivo. É um escravo das ideologias, das ilusões, da cultura dominante, do consumo, da falsa felicidade, do mundo simultaneamente trágico e circense. É morto, pois não vive plenamente, não realiza suas potencialidades, não vê seus semelhantes serem felizes, não consegue nem esboçar isto através da luta que é um passo para a vida e a luta por uma vida autêntica. É vivo, pois carrega em si as potencialidades adormecidas, a criatividade, a sociabilidade saudável e não doentia da possessividade e da competição, da produção intelectual e manual, da esperança.

Para não sermos zumbis, figuras semelhantes às que aparecem nos filmes de George Romero, que apresenta os mortos-vivos comportando-se como tal e os que ainda não entenderam que são do mesmo tipo, só que sem perceberem. Temos que lutar, enfrentar. Lutar o tempo todo, contra tudo e contra todos, inclusive contra nós mesmos, contra nossa própria pendência ao mórbido, ao morto, ao putrefato, que é o que nos prende a esta sociedade, seus valores, sentimentos, concepções.

Numa sociedade no qual não existe liberdade, o primeiro ato de liberdade é a luta, a luta pela liberdade. A *Revista Enfrentamento* é um produto de um coletivo que resolveu lutar, enfrentar. O Movimento Autogestionário realiza o enfrentamento com o mundo existente visando colaborar com a constituição de um mundo realmente humano. A *Revista Enfrentamento* é um espaço de luta cultural visando combater as ideologias conservadoras, os modismos intelectuais, as representações ilusórias. É um espaço para repensar a sociedade capitalista e seu processo de destruição da vida, de produção de miséria, fome, degradação psíquica e ambiental, entre milhares de outras consequências do mundo comandado pelo capital, que se

* Editorial da Revista Enfrentamento – n° 01, jul./dez. 2006.

assemelha uma imensa máquina que para continuar funcionando precisa de moer seres humanos constantemente.

Para contribuir com a luta cultural pela emancipação humana, a *Revista Enfrentamento*, em seu primeiro número, apresenta um conjunto de reflexões sobre o mundo contemporâneo expresso em diversos artigos. Edmilson Marques (Estado e Luta de Classes) aborda a questão do estado e luta de classes, demonstrando a permanência, ao contrário do que os ideólogos de plantão colocam, da luta de classes e do papel do estado nesta luta, a favor do capital. Lucas Maia dos Santos (Sobre a Apatia e a Falta de um Conteúdo Revolucionário) discute o problema da apatia no movimento revolucionário contemporâneo, observando suas determinações. Robert Kurz (Para Além da Luta de Classes) tem um texto inserido no presente volume por ter desencadeado um debate que conta com a contribuição de Juca (Quem pode Realizar a Abolição do Trabalho?) e Euler Conrado (Polemizando com Kurz), tematizando a questão do trabalho e do proletariado, o que leva a discussão do problema da contemporaneidade e da abolição do trabalho. Lucas Maia dos Santos (A Luta Autônoma e os Ciclos Longos de Mais-Valia Relativa Segundo João Bernardo) escreve mais um texto abordando a tese de João Bernardo sobre os ciclos longos de mais-valia relativa e Nildo Viana (Tempo de Eleições, Tempo de Ilusões) apresenta um artigo que aborda a ilusão eleitoral na época de eleições.

Esperamos que o nº 01 da *Revista Enfrentamento* seja o primeiro de uma série e que contribua com as lutas pela libertação humana.

MAIS UM ENFRENTAMENTO*

Este é mais um número da Revista Enfrentamento. Hoje, a situação do capitalismo marca uma época de intensificação do processo de exploração e de aprofundamento o caráter concentracionário da sociedade moderna. Uma situação marcada pelo aumento da exploração e da dominação, já que um solicita o outro. Assim, a autogestão social está na ordem do dia. Para muitos, esta afirmação seria precipitada, já que não se vislumbra nenhuma revolução proletária no mundo, a não ser nas experiências bastante limitadas em alguns países da América Latina.

Sem dúvida, isto é verdadeiro. Porém, mais verdadeiro ainda é a afirmação de Bourdieu, segundo a qual pesquisa de opinião pública não avisa a vinda de uma revolução. Também é verdadeiro que todas as grandes revoluções proletárias não foram previstas. A Comuna de Paris, A Revolução Russa de 1905, A Revolução Russa de 1917, A Revolução Alemã de 1919, entre diversas outras experiências, inclusive as mais recentes revoltas e rebeliões, além de tentativas de revolução, tal como no Maio de 1968 na França, As Lutas Operárias na Polônia em 1980; A Rebelião Argentina de 2002, A Comuna de Oaxaca no México ano passado. Nenhum destes eventos, mais radicais ou menos radicais, foi previsto. A previsão da revolução é obstaculizada não só pela aparente calma que esconde a insatisfação e o potencial revolucionário que olhos empiricistas jamais podem enxergar, como também por seu rebento surpreendente e extraordinário que deixam as pessoas de consciência coisificada totalmente atônitas, sem chão mental onde pisar.

Assim, a possibilidade de uma revolução autogestionária está dada. Porém, se tal possibilidade é tendencial e se é imediata, isto é outra questão. Sem dúvida, a autogestão social é uma tendência no interior da sociedade capitalista, e vai ficando cada vez mais forte, pois as condições para sua realização vão aumentando. O mundo de riquezas produzido hoje é suficiente para garantir a todos os seres humanos um bem-estar geral. Isto, somando-se ao fato de os desperdícios e parasitismo serão abolidos, então há tudo para vivermos numa sociedade igualitária e libertária num mundo de abundância. Os gastos enormes com indústria bélica, consumo supérfluo

* Editorial da Revista Enfrentamento – n° 02, jan./jul. 2007

e inútil, grandes obras sem utilidade real a não ser a ostentação de uma burguesia coisificada, seriam abandonados e as energias desperdiçadas neste processo passariam a servir as necessidades humanas autênticas.

A revolução é uma possibilidade imediata? Sim, há esta possibilidade. A autogestão pode ser um processo que se desencadeará amanhã, daqui um ano, dez anos, 50 anos, ou um tempo mais longo. O que irá definir isso são as lutas de classes. Assim, o processo histórico é marcado por inúmeras forças, tais como grandes empresas, meios de comunicação, partidos, sindicatos, associações, grupos informais, grupos políticos, ideologias, teorias, ideias, indivíduos, que estão como num jogo complexo no qual existem milhares de jogadores, alguns com maior poder, outros com maior quantidade, e milhões de jogadores indecisos. No jogo da luta de classes, alguns jogadores, os dominantes, manipulam, cooptam, dominam, exploram. Outros auxiliam neste processo, se vendendo e se destruindo seja por migalhas ou por uma fatia considerável do bolo do mais-valor global. Alguns resistem e lutam heroicamente contra tudo isto e a maioria sofre o drama da indecisão e da falta de iniciativa. Assim, todos estão envolvidos e neste intrincado jogo, todo indivíduo, ideia, ação, reflexão, apontam para uma ou outra tendência. Desta forma, qualquer iniciativa a favor da autogestão social é um passo para sua concretização, aumentando a tendência de sua realização. A Revista Enfrentamento faz parte deste jogo e o seu lado é bem claro. Da mesma forma, os textos aqui presentes expressam esta opção pela Revolução Autogestionária. Este é mais um enfrentamento, mais um deslocamento no espaço para que a ventania autogestionária possa varrer o mundo da miséria (sob todas as suas formas), da exploração e dominação, instaurando um mundo verdadeiramente humano.

ENFRENTAMENTO OU BARBÁRIE!*

Chegamos novamente com mais um Enfrentamento!!!

Para todos aqueles que não se contentam com o estabelecido, que não se consternam diante da imensa tarefa a ser cumprida, que não se intimidam frente ao tamanho das instituições a serem destruídas, oferecemos este número da Enfrentamento. O capital conseguiu organizar todos os espaços da vida, do lazer ao trabalho, do sexo à comunicação, o espaço e o tempo, as relações familiares e a cultura. Tudo parece ser uma função direta da relação-capital.

Da organização do processo produtivo até o estabelecimento de uma instituição estatal que regulasse de maneira conveniente as relações de produção, foram quase dois séculos de intensa luta da classe capitalista contra os resquícios da nobreza feudal. A Europa foi seu palco principal, os séculos 17 e 18 o período desta construção. Entretanto, a tendência do capital é sempre reproduzir-se em escala ampliada, se não fizer assim tende a sucumbir ante a incansável concorrência. O Século 20 assistiu à generalização da relação-capital a todos os lugares do mundo. O século 21 assistirá o aniquilamento deste modo de produção.

Além de ter conseguido tornar-se um modo de produção que se desenvolve em todos os lugares do planeta terra, ele está presente nos corações das pessoas, formando valores e sociabilidades. Está também nas cabeças dos indivíduos através de um sistema ideológico poderoso. Contudo, ele não é infalível.

As crises constantes que o capitalismo enfrenta ao longo de sua história o colocam sempre na iminência de uma rearticulação global das relações sociais. Entretanto, o capitalismo jamais acabará por si só, porque ele não é uma coisa, um algo além daquilo que os seres humanos produzem. Ele não funciona através de leis naturais, eternamente repetitivas e constantes.

Há tempos e tempos ondas revolucionárias assolam a “tranquilidade” das classes dominantes. Tais vagas desenvolvem-se num processo brumoso e apontam novos caminhos para a humanidade. Deste modo, é necessário que os explorados se

* Editorial da Revista Enfrentamento – n° 03, jul./dez. 2007

auto organizem e criem as condições necessárias à degeneração das relações sociais que destroem a vida de milhões de pessoas todos os dias.

Os trabalhadores não devem confiar naqueles que dizem representá-los: estado, partidos, sindicatos. Tais instituições são meramente uma forma de reproduzir a relação-capital. O leitor encontrará nas páginas que seguem uma severa crítica a todas elas. Mas encontrará também uma forma de iniciar a luta contra todas elas. Não se trata de uma fórmula a ser aplicada, mas de uma maneira de se desenvolver a luta, que já se desenrola subterraneamente por toda a sociedade.

ENFRENTAMENTO E CRÍTICA REVOLUCIONÁRIA*

O *Movimento Autogestionário* traz mais um Enfrentamento. Trata-se de um conjunto de textos que visa apresentar uma leitura crítica das ideologias existentes. Enfrentar tem para nós este sentido, não deixar pedra sobre pedra das várias ideologias espalhadas pelos interstícios da sociedade burguesa. Tanto as ideologias ditas de esquerda, quanto as claramente conservadoras.

Este Enfrentamento é uma provocação. A crítica aqui não tem um sentido de mera competição de “sistemas filosóficos” diferentes. Muito ao contrário, visa expor com a maior clareza possível a perspectiva do proletariado. Para que esta se afirme no plano da produção intelectual é necessário, entre outras coisas, desmontar os edifícios ideológicos que se apresentam como barreiras a uma leitura correta da realidade. Assim, à mera crítica, os textos aqui presentes, fazem, tal como sugere Karl Korsch, uma *crítica revolucionária*.

A crítica revolucionária é aquela que visa apresentar as contradições das ideologias (de esquerda, de direita, de centro e todas as demais), criticar veemente a realidade concreta, ilustrar da maneira mais clara e acessível a realidade existente e as tendências de que é prenhe. Em uma palavra, a crítica revolucionária visa realizar uma “crítica desapiedada do existente”, tal como já propunha Marx, objetiva desmontar todas as ideologias que ofuscam e obscurecem a realidade e neste processo, ao identificar o movimento da realidade, aponta as tendências que se colocam a realidade concreta.

O primeiro artigo, de Lucas Maia, intitulado “O Comunismo de Conselhos” apresenta uma abordagem que visa explicitar as determinações sociais que levaram à constituição do comunismo de conselhos. Após compreender as bases sociais que permitiram sua ascensão, apresenta as teses fundamentais que lhe dão sustentação.

O texto seguinte, de Edmilson Marques: “Capitalismo e Teoria dos Gestores” faz uma leitura crítica da concepção de João Bernardo acerca da sua concepção do desenvolvimento da classe gestorial na sociedade capitalista. Aponta os limites desta

* Editorial da Revista Enfrentamento – n° 04, jan./jun. 2008.

interpretação, defendendo a tese de que é mais uma ideologia que justifica a dominação de classe da burguesia.

Marcos Lopes apresenta em “A concepção Neoleninista de Socialismo em István Mészáros” uma abordagem pouco usual a respeito da obra de Mészáros, demonstrando que este, embora faça algumas alterações “terminológicas” em seus textos, é no final das contas um autêntico leninista, ou como denomina, “neoleninista”.

Nildo Viana demonstra em “O Marxismo de Rosa Luxemburgo” uma perspicácia acerca da importância do pensamento desta autora, na medida em que se apresenta como uma crítica severa do reformismo social-democrata, do golpismo bolchevique e do burocratismo de ambas as concepções. Nildo Viana não é, entretanto, acrítico com relação às limitações do pensamento de Rosa Luxemburgo. Onde esta não avançou, Viana foi enfático em destacar suas limitações e contradições...

Por último, apresentamos um texto de Karl Korsch: “A Ideologia Marxista na Rússia”, no qual o autor demonstra as raízes históricas do burocratismo e conservadorismo inerentes ao bolchevismo. A ideologia marxista corresponde justamente ao momento no qual o pensamento dos autores pseudomarxistas russos deixou de ser marxistas.

Esperamos que este Enfrentamento sirva como mais um instrumento de luta para todos aqueles que queiram contribuir com o processo de emancipação das classes exploradas, portanto, com a luta pela liberdade humana verdadeira.

A UNIDADE ENTRE LUTA CULTURAL E LUTA POLÍTICA*

Este editorial tem um único objetivo: demonstrar que a luta cultural é uma unidade com a luta política. A luta de classes opera cotidianamente na esfera da produção, vez ou outra no desenvolvimento das lutas operárias, esta vai além da mera resistência espontânea e isolada e passa a se expressar um conteúdo revolucionário. Quando isto ocorre, as bases da sociedade inteira como está organizada é ameaçada. Num momento destes, a efervescência de ideias, a produção de novas concepções sobre a vida, sobre o mundo, sobre as artes, sobre cultura de um modo geral se modificam. Como diria Pannekoek, na sua grande obra “Os Conselhos Operários”, a revolução proletária é sobretudo uma revolução do espírito. A produção de novas relações sociais é simultaneamente a produção de novas concepções sobre a realidade.

Em momentos de estabilidade da produção capitalista, a produção cultural tende a se tornar cada vez mais conservadora, reproduzir com muito mais frequência as ideologias, valores e mentalidades inerentes à sociedade existente. São poucos, muito poucos os grupos e indivíduos que conseguem compreender o momento de recrudescimento da luta concreta da classe trabalhadora e expressar, neste contexto, ainda uma concepção revolucionária. Como Pierre Fougereyrollas alguma vez: não é impressionante que Marx tenha se tornado um revolucionário na década de 1840, culminando com o *Manifesto Comunista* de 1848, período no qual o proletariado logrou grandes batalhas, mas sim que ele tenha se mantido revolucionário durante as décadas de 1850 e 1860, período de grande recuo da luta revolucionária do proletariado, que só veio a ressurgir novamente em 1871 com a Comuna de Paris. Ou seja, uma coisa é defender concepções revolucionárias num momento revolucionário, outra muito diferente, é colocar a inteligência e a ação para funcionar de um ponto de vista radical em momentos de recuo da luta operária.

Este enfrentamento que agora o leitor tem em mãos é uma tentativa de expressar o mais claramente possível a perspectiva do proletariado num momento no qual este encontra-se completamente subordinado à lógica do capital. Estes

* Editorial da Revista Enfrentamento – n° 05, jul./dez. 2008.

textos que agora o leitor tem em mãos não é expressão da consciência empírica do proletariado, mas sim, do ser de classe do proletariado. A “Breve História do Neoliberalismo” de Nildo Viana, O “Estado e a Revolução Cubana” de Rafael Saddi, “O Comunismo de Conselhos e a Crítica ao Bolchevismo” de Lucas Maia e “O Grupo Comunista Internacionalista da Holanda” de Anton Pannekoek, publicado originalmente em 1947 e traduzido por Nildo Viana visam dar uma contribuição neste sentido.

A luta cultural é, portanto, um instrumento político fundamental do proletariado. Como já afirmava Marx, devido ao seu ser de classe, às condições materiais de sua existência e à sua situação geral no interior da sociedade burguesa, o proletariado só tem compromisso com a verdade. A luta cultural pode se expressar nos mais variados âmbitos: produção artística em geral (música, poesia, prosa, escultura, pintura etc.) e na produção teórica em particular. Este número da *Enfrentamento* é uma contribuição teórica no sentido de apresentar a perspectiva proletária. Nosso único compromisso é com a luta revolucionária do proletariado, com mais ninguém.

UMA NOTA CONTRA A MESMICE ACADÊMICA E POLÍTICA*

Um apontamento sobre o conceito de alienação: embora seja por demais citado, embora seja um conceito amplamente utilizado, às vezes aparecem alguns problemas de interpretação. Nossa retomada aqui, deste conceito, deve-se à necessidade de clarear nosso ponto de vista. A alienação, no processo produtivo, é a perda por parte do trabalhador, tanto do produto de seu trabalho, quanto do controle sobre o processo de produção. Numa atividade alienada, quanto mais trabalho realiza o trabalhador, menos humano ele se torna, visto que este trabalho é um processo de espoliação cotidiana. A metáfora de Franz Kafka, no conto *A Metamorfose*, ilustra bem esse processo. O protagonista da história, Gregor Sansa, metamorfoseia-se num inseto, tamanha era sua alienação perante a vida.

Se os trabalhadores não controlam sua vida, visto que sua atividade laborativa está sob o controle de outrem, também os capitalistas são alienados, na medida em que eles próprios não controlam as forças que criaram. Vide a concorrência, por exemplo, todo e qualquer capitalista está subordinado a esta relação, a qual ele também não controla. Só que, neste reino de alienação generalizada, a classe dominante é privilegiada, por isto ela não tem o interesse em superar sua vida alienada.

A alienação, como atividade de alheamento do ser humano, inicia-se no processo produtivo e expande-se para o conjunto da sociedade. Verificamos isto em várias instituições: partidos, sindicatos, estado, universidades etc. Todas elas produzem as ideologias que as justificam. Em todas estas instituições, a alienação como uma “atividade”-passiva diante do mundo e das coisas reina soberana. *A alienação tem como consequência a produção de uma consciência fetichista sobre a realidade.* Quanto mais alienados são os indivíduos, grupos e classes sociais, mais fetichistas são suas formas de consciência. A fetichização implica na cristalização do mundo existente. Implica na aceitação passiva do que está dado. Implica na passividade diante das instituições.

* Editorial da Revista Enfrentamento – n° 06, jan./Jun. 2009.

Assim, este *Enfrentamento* é um manifesto contra a alienação e contra o fetichismo. Os autores buscam demonstrar a possibilidade e a necessidade da superação do fetichismo e da alienação. Não fazem coro com as modas acadêmicas, não reproduzem as velhas repetições da “esquerda” do capital, realizam, enfim, uma crítica à mesmice cultural que reina nos círculos políticos e intelectuais. Esperamos, sinceramente, que estes ensaios demonstrem ao leitor uma crítica à cultura dominante partindo da perspectiva do proletariado.

O primeiro ensaio, de Mônica Moreira, aborda a concepção de revolução em Anton Pannekoek. Faz uma instigante discussão da maneira como Pannekoek aborda o processo de transformação social realizada pelos conselhos operários. O segundo texto, de Rafael Saddi, aborda os conflitos conceituais entre anarquistas e marxistas e aponta como as teses do comunismo de conselhos e do anarquismo revolucionário, não-dogmático confluem para um mesmo objetivo, a autogestão social, em que pese a terminologia de ambos se diferencie um pouco. O texto de Nildo Viana apresenta uma discussão que é de importância capital para a luta cultural na contemporaneidade. Trata-se do debate acerca dos conceitos de modernidade e pós-modernidade. Defende que a pós-modernidade é uma construção ideológica e que, portanto, nem existe efetivamente. A modernidade corresponde à sociedade capitalista e que não será superada inventando novas palavras, tal como a pós-modernidade, mas sim com a destruição do modo de produção capitalista. O ensaio de Lucas Maia apresenta uma discussão acerca das polêmicas entre os comunistas conselhistas e os anarco-sindicalistas no contexto da Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939. Após definir de modo bastante rápido o que caracteriza o anarquismo, demonstrando sua história e tendências, apresenta o anarcossindicalismo, demonstrando como comunistas conselhistas historicamente o consideraram. Por fim, o texto de Roland Lewin faz uma breve biografia intelectual e política de Erich Muhsam, escritor, jornalista e militante que combateu firmemente na Revolução Alemã de 1918 a 1921.

DIANTE DO CAPITAL, SOMENTE O ENFRENTAMENTO*

A mediocridade, a subserviência, a obediência são a ética dominante na contemporaneidade. O capital, com seus gigantescos rolos compressores, forjados no aço mais atroz que se possa imaginar, muito se beneficia com tal ética. Esmagando a todos, um por um, a roda opressiva do capital gira cada vez mais veloz. A velocidade, a força, a intransigência, violência, a intensificação da exploração, a expansão das relações capitalistas a todos os espaços do mundo e a todos os cantos da vida caracterizam nosso tempo.

Os intelectuais, os artistas, a imprensa etc. fazem coro ao capital. As críticas, quando existem, são feitas de modo a respeitar os quadros estabelecidos. Os intelectuais contam anedotas capitalistas. Os artistas são belos bobos da corte divertindo as classes dominantes com suas obras estéreis. A imprensa, enfim, são empresas de vender mentiras e omissões à população. De norte a sul, de leste a oeste, da esquerda e da direita, vemos uma ofensiva brutal da morte sobre a vida, de tudo o que é mecânico sobre o que é orgânico, do capital sobre o trabalho, enfim, da exploração sobre a liberdade.

Entretanto, à medida que este processo avança, aumenta na mesma proporção a resistência. É dentro deste campo de resistência que esta revista se insere. Nem uma forma de concessão pode ser feita. Contra os agentes do capital, somente *O Enfrentamento* é realista. Toda forma de coalizão é mero idealismo ou puro oportunismo.

Assim, neste número, a Revista *Enfrentamento* aborda com o texto de Lisandro Braga em seu texto *Acumulação Integral e Mais-Violência no Trabalho na Contemporaneidade* discute o aumento da exploração na etapa atual do capitalismo; depois *Educação Libertária: Instrução Integral em Mikhail Bakunin* de autoria de João Gabriel F. Mateus, Wanderson J. Sousa e Rafael Saddi, no qual se discute a educação integral e libertária na perspectiva de Mikhail Bakunin; Nildo Viana discute a questão das classes sociais no seu artigo *Marx e as Classes Sociais Segundo Henri Lefebvre*;

* Editorial da Revista *Enfrentamento* – nº 07, Jul./Dez. 2009.

Lucas Maia o problema da *Militância, Compromisso e Organização*; e, por fim, Rafael Saddi aborda o poder na revolução cubana no texto: *O Camundongo no País das Maravilhas: o Poder na Revolução Cubana a partir da Visão do Exilado Cubano Carlos Franqui*. Esperamos que os textos aqui publicados sirvam de aportes a todos aqueles que queiram *Enfrentar*. Quem se submete, morre submetido. Quem *Enfrenta*, vive lutando.

O VOTO É OBRIGATÓRIO, MAS PODE SER AUTOGESTIONÁRIO*

A Revista Enfrentamento lança este número dedicado exclusivamente ao processo eleitoral, mostrando a farsa da democracia representativa burguesa, o que pode ser feito e o que propomos. O voto, num regime autoritário e com baixa legitimação, é *obrigatório*, e quem não vota pode ser penalizado e punido. O caráter obrigatório do voto é a denúncia mais direta e cabal de uma sociedade repressiva e de um estado ilegítimo, que precisa constranger os indivíduos a um ato que, segundo as ideologias conservadoras e dominantes, seria um direito, uma necessidade, um benefício. A obrigatoriedade mostra que o voto é uma farsa, e junto com ele, a democracia representativa, o estado capitalista, a sociedade burguesa como um todo. Para não ser penalizado, então os indivíduos devem ir votar. Porém, deve mostrar que possui consciência da manipulação e da farsa que é o processo eleitoral. E a única forma de fazer isso é votando nulo. Por isso, o voto nulo é a única opção, no processo eleitoral, para protestar, deslegitimar, desmistificar a farsa eleitoral.

Porém, não basta votar nulo e não basta apresentar esta proposta. É preciso, para que surta efeito, politizar a discussão do voto nulo, mostrar o processo de legitimação que o processo eleitoral realiza, as ilusões que provoca, os interesses reais e falsos que apresenta, sua relação com a reprodução da sociedade capitalista, etc.

Além disso, não basta a recusa, o votar nulo, é preciso um projeto alternativo de sociedade e de prática que aponte para a realização desse projeto. Sem dúvida, no período eleitoral, o voto nulo faz parte desse processo, desde que seja politizado e articulado com outros elementos. A proposta da autogestão social não é um “sonho impossível” e sim um projeto concreto, histórico. Sua possibilidade histórica de realização existe nos milhões de indivíduos que morrem de fome, desempregados, trabalhadores explorados, pessoas que conseguiram perceber o amplo processo de destruição humana, ambiental, etc., existente. É um projeto que se realizou parcialmente e temporariamente em várias experiências históricas, desde a Comuna de Paris de 1871, passando pelas tentativas de revolução em todo o século 20, e pelas

* Editorial da Revista Enfrentamento – n° 08, Jan./Jul. 2010.

lutas sociais na Argentina e México nos anos recentes. O proletariado é a expressão e força viva de todo esse processo e junto com outras classes exploradas, grupos oprimidos, indivíduos descontentes, são a encarnação do projeto autogestionário. Não queremos mais casas, comida, indústria, alfabetização, sistema de saúde, sistema educacional, queremos uma vida radicalmente diferente, queremos abolir as instituições e relações sociais repressivas e coercitivas, a mercantilização da saúde, educação, alimentação, etc. Queremos abolir o que gera tudo isto para não ter que lutar contra os efeitos e sim contra as causas.

Queremos ter controle sobre nossa própria vida e isso nenhum partido ou candidato propõe ou pode realizar. E assim o projeto autogestionário, que ganha cada vez mais adeptos, reforça esta luta e essa possibilidade. Ninguém vai doar a autogestão para os outros, ela só pode ser conquistada na autogestão da própria luta. Somente a população assumindo suas lutas e criando suas formas de auto-organização, poderá garantir a concretização deste projeto. O Movaut é apenas mais uma das forças que contribuem com a luta pela concretização deste projeto. As relações sociais em que vivemos são produzidas por nós mesmos e por isso nós podemos mudá-las. Esse processo seria fácil se não houvessem os loucos que comandam o mundo, os grandes capitalistas e grandes burocracias governamentais, e seus aliados, absorvidos pelas medíocres ambições da sociedade capitalista, que provocam a miséria e fome de milhões, a destruição psíquica inclusive deles mesmos (geração Prozac), a destruição ambiental que pode se tornar irreversível, a exploração cotidiana dos trabalhadores, a repressão e coerção das instituições burocráticas, o bloqueio do desenvolvimento das capacidades intelectuais. Figuras tristes, medíocres, enlouquecidas, mas com um poder real em suas mãos e que só podem ser derrubados com a união, associação, dos trabalhadores e outros setores que são os mais atingidos e interessados na revolução proletária, na constituição de uma sociedade radicalmente diferente. O voto nulo é apenas um passo que, ao lado de outros, nos colocarão no caminho da autogestão social.

EDITORIAL*

Não vamos aqui, nesta rápida introdução, apresentar, como é de praxe, texto por texto. Deixamos a tarefa de conhecer o conteúdo de cada uma das contribuições aqui publicadas ao leitor. Consideramos, todavia, necessário refletir um pouco sobre estes já cinco anos de existência de nossa Revista. A *Enfrentamento* surge com o propósito claro de expressar de forma rigorosa, as concepções políticas e teóricas do Movimento Autogestionário. Uma análise do conteúdo de todos os números já publicados revela nossa evolução positiva nesta direção. Quem quiser conhecer melhor o Movaut tem à sua disposição um conjunto de textos que expressam bem o que é este Movimento. Naturalmente que autores que não são organicamente ligados ao coletivo podem publicar e já publicaram nesta revista. Mas só o fazem se os textos estiverem em consonância com os princípios, concepções do Movimento autogestionário.

Sendo este o objetivo fulcral de nossa Revista, ou seja, um veículo de expressão teórica de nossas concepções, é também uma ferramenta de divulgação de autores, coletivos, movimentos etc. que já lutaram pela Autogestão Social. Recuperar a obra e memória daqueles que lutaram pela emancipação humana é uma tarefa necessária e a internet contribui muito para isto. Recuperar e divulgar a obra de autores revolucionários não significa entronizá-los e canonizá-los. Pelo contrário, entendemos que a leitura crítica de nossos antecessores nos permite avançar em termos de compreensão do que hoje nos afeta. *O que eles disseram é para nós somente o ponto de partida, nunca a palavra final.*

Também é meta desta revista interpretar e analisar os movimentos históricos compreendidos pela classe trabalhadora ao longo de sua história de lutas. Realizar tal análise partindo da perspectiva do proletariado é uma necessidade urgente, visto as interpretações dominantes geralmente obscurecerem o caráter proletário de um conjunto de movimentos que já alvoreceram nestes poucos séculos de existência da sociedade moderna.

* Editorial da Revista *Enfrentamento*. n.º 9, jul./dez. 2010.

Assim, esperamos sinceramente que os leitores tenham, com mais este número, um conjunto de aportes para a compreensão das tendências revolucionárias, das obras de alguns autores que contribuíram para isto, dos coletivos que lutaram e lutam nesta direção etc. Pois, *diante da barbárie e do tédio da vida moderna, somente o Enfrentamento é realista.*

APRESENTAÇÃO*

O Movimento Autogestionário, como coletivo comprometido com a luta pela Autogestão Social, tem há alguns anos o compromisso político de publicar periodicamente a Revista Enfrentamento. Por isto, colocamos agora à disposição de todos aqueles que querem se intrometer nas lutas sociais mais esta contribuição à crítica das ideologias, instituições, movimentos sociais etc. que de uma ou outra maneira estão comprometidos com a sociedade do capital.

Atualmente, vemos despontar por todos os lugares no mundo um conjunto de rebeliões que somente atestam que a tão propagada paz entre as classes emitida pelas classes dominantes e pela imprensa que lhe representa é uma verdadeira falácia. Enquanto

houver classes sociais distintas e, portanto, interesses antagônicos distintos, haverá conflitos. Ora velados, ora tímidos, ora abertos, ora explosivos. O fato é que estes conflitos não cessarão nunca enquanto não forem radicalmente alteradas as relações de classe.

Este enfrentamento de classe se expressa também no nível da cultura, das ideias, das relações cotidianas, da política etc. O mundo contemporâneo é uma bacia dentro da qual se amalgamam um conjunto de conflitos. Este número da Enfrentamento não pretende estar acima da bacia olhando os conflitos. Pelo contrário, está dentro deles e se posiciona a partir de determinados lugares. A Enfrentamento pretende ser um veículo onde a realidade seja analisada do ponto de vista do proletariado. Isto quer dizer, que todas as análises aqui presentes, além de criticar a realidade existente, bem como as ideologias que de uma ou outra maneira a justificam, apresentam também a necessidade de dissolução destas relações sociais. Da mesma feita, apresentam a Autogestão Social como projeto político que sucederá o atual estado de coisas.

Assim, este Enfrentamento seria algo semelhante ao “retorno do reprimido” de Freud. Por mais que o indivíduo disto não o saiba, seus componentes psíquicos

* Editorial da Revista Enfrentamento. Ano 6, n° 10, jan./jun. 2011.

reprimidos de outros tempos voltam sempre e sempre a “perturbar-lhe” a vida. Da mesma forma, por mais que as ideologias dominantes, fundadas na mediocridade acadêmica teimem em empurrar para o porão da história a possibilidade da insurreição proletária, esta, como o “retorno do reprimido”, volta sempre e sempre para perturbar a vida cotidiana do mundo moderno. Este retorno é feito tanto em ações práticas executadas por grupos e classes oprimidos, como através da crítica da cultura dominante, da qual este Enfrentamento é somente uma pequena expressão.

Mas aqui, o retorno do reprimido adquire uma particularidade nova em relação ao fundador da psicanálise. Este Enfrentamento, como expressão do retorno do reprimido, traz em seu bojo a afirmação de algo que não estava antes colocado. Se em Freud, a coisa aparece como um retorno do passado, aqui, ela se manifesta como uma afirmação da tendência. Esta afirmação da tendência significa a crítica do que passou, do que está se passando e a proposição do que está em vias de se concretizar. Enfrentar, nesta perspectiva, é simultaneamente negar e ao mesmo tempo e paradoxalmente, afirmar. A afirmação vem como resultado da crítica. A crítica é condição da proposição. A proposição é a observação “empírica” da tendência.

Assim, trazemos, neste número da Enfrentamento, os seguintes artigos: “O regime de acumulação integral e as lutas de classes no México: emergência e interpretações acerca do EZLN”, de Diego Pereira dos Anjos; “Nascimento, o herói de uma sociedade em chamas”, de Luiz Eduardo Lopes Silva; “O medo à liberdade no pensamento humanista de Erich Fromm”, de Alan Ricardo Duarte Pereira; “Antônio Gramsci e Rodolfo Mondolfo: um debate em torno do marxismo na Itália”, de Nildo Viana; “A naturalização da dominação burguesa em John Locke e sua concepção liberal burguesa da revolução”, de Adriano José Borges”; “O significado político do comando de greve”, de Lucas Maia; e por último, trazemos em nossa seção “documentos históricos do Movaut”, o texto, publicado pela primeira vez numa antiga publicação do coletivo, o Jornal Autogestão, “Pela formação de um bloco revolucionário”.

Boa Leitura. Energia e disposição para a luta.

EDITORIAL CRÍTICO: UMA ATUALIZAÇÃO DA MÁXIMA “AUTOGESTÃO SOCIAL OU
BARBÁRIE”*

Como já dissemos em outro momento, “diante da barbárie e do tédio da sociedade moderna, somente o ENFRENTAMENTO é realista”. Vê-se na contemporaneidade explodir em vários lugares do mundo um conjunto de manifestações, revoltas, greves, protestos, movimentos sociais etc. Isto se deve a vários motivos e dentre eles podemos citar, como elemento central, dificuldades de o regime de acumulação integral, etapa atual do capitalismo, em se reproduzir. Tais dificuldades intensificam os processos de exploração das classes trabalhadoras, aumentam o desemprego de forma absoluta, precariza a existência como um todo das classes trabalhadoras, faz expandir de forma exponencial a lumpemproletarização pelo mundo inteiro, bem como intensificam a repressão aos pobres e aos movimentos sociais etc.

Tais características vão conduzindo a um processo de organização das classes trabalhadoras como resposta às imposições do capital. São justamente nestas respostas que é possível perceber uma ascensão das lutas de classes. Grécia, Itália, Portugal, Inglaterra, França; Argentina, México; Síria, Egito e a famosa primavera Árabe. Vários outros conflitos de menor intensidade espalhados pelo mundo inteiro só atestam esta afirmação. Cada país e cada região do globo com suas determinações próprias, suas características singulares expressam, do ponto de vista global, readequações no regime de acumulação integral. Os reajustes neoliberais se radicalizam na Europa, a lumpemproletarização avança a passos largos nos Estados Unidos. Nos países de capitalismo subordinado (América Latina, África, Sudeste Asiático, Leste Europeu, Oriente Médio etc.) há um crescimento considerável deste processo e isto agrava uma situação que já era por demais precária.

O mundo ferve.

Isto abre brechas perigosas para o destino da humanidade. É impossível hoje ao capital retomar os padrões de acumulação que o sustentaram durante o período

* Editorial da Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 7, nº 11, jan./jul. 2012.

pós-segunda guerra até aproximadamente a década de 1980. A estabilidade do Estado de Bem-Estar Social já não é mais possível. Durante os anos de 1980, 1990 e 2000, o regime de acumulação atual, o capitalismo conseguiu manter a acumulação num nível de estabilidade regular. Isto também já não parece ser mais tão fácil e as crises, reajustes etc. o demonstram.

Quais possibilidades se abrem no horizonte da história?

Do ponto de vista do capital, duas possibilidades se colocam de forma muito cristalina: a) fascismo; b) guerra imperialista. A primeira possibilidade já começa a se aclarar em vários países e isto pode ser evidenciado, por exemplo, no crescimento eleitoral da extrema direita na Europa, Estados Unidos etc. O capital, para manter-se como tal, apela a qualquer meio e a retomada do fascismo como regime político é uma possibilidade real. A segunda possibilidade é muito mais dramática, mas não menos provável. A destruição de forças produtivas por meio da guerra imperialista é uma promissora possibilidade de retomada da acumulação. O Capitalismo de Guerra é um recurso utilizado constantemente pela classe capitalista para evitar que a tendência declinante da taxa de lucro chegue a níveis drásticos. Uma guerra é uma ótima fonte de lucros, pois: a) movimenta a indústria bélica; b) destrói forças produtivas (fábricas, campos) cidades etc. Após tudo destruído, é necessário reconstruir e aí há a possibilidade de retomada da acumulação.

Ou seja, do ponto de vista do capital, a retomada do processo de acumulação é uma via bastante sinistra para a história da humanidade. Esta possibilidade expressa tão somente o ponto de vista burguês, no qual a classe capitalista mantém-se como senhora da produção e da sociedade como um todo.

Uma outra possibilidade, contudo, se alinha no horizonte... Aquela que expressa a perspectiva da classe operária e demais classes e grupos oprimidos da sociedade. Assim, o velho-novo conflito entre capital e trabalho coloca a humanidade diante da encruzilhada na qual a *autogestão social* ou a *barbárie* são duas possibilidades muito reais. A barbárie (fascismo, guerra) é a alternativa da burguesia. O comunismo ou Autogestão Social é a alternativa do proletariado.

As duas tendências se mostram fugidias para o futuro: qual tendência queremos reforçar? Este *enfrentamento* tem o claro objetivo de se colocar do lado das lutas proletárias e estas já pululam por todos os lados. Assim, é necessário que todos os grupos, coletivos organizados, indivíduos revolucionários, camadas oprimidas, classes exploradas etc. se coloquem como uma antípoda da perspectiva do capital. Isto não é uma necessidade moral, é uma contingência do momento. Não se trata de maniqueísmo político, mas sim de luta de classes.

A *autogestão social* deixa de ser uma escolha para se tornar a grande tarefa, a grande obra da humanidade.

EDITORIAL CRÍTICO: NÃO BATEMOS NA MESMA TECLA, SÓ APONTAMOS O QUE VOCÊ INSISTE
EM NÃO VER*

Desde a última edição da Revista Enfrentamento já indicávamos a existência de indícios revolucionários que explodem na atualidade das sociedades capitalistas, e passados alguns meses tais indícios (como as greves gerais na Europa, manifestações em massa, golpes de estado, conflitos armados, criação de centros sociais, multiplicação da propaganda revolucionária ao redor mundo, entre inúmeros outros acontecimentos) se reafirmam cotidianamente, sendo contidos pela violenta reação da classe capitalista e de seus representantes que ganha força em várias partes do planeta: denúncias de torturas, massacres e toda forma de violência pela polícia, ascensão de militares em cargos do poder legislativo e executivo, a grande mídia segue todo-poderosa condenando as diversas lutas sociais, afirmando o direito sagrado do trabalho em países com massivas greves gerais e também as lamentáveis cenas de “militantes” do Partido Comunista Grego defendendo o parlamento Grego e atacando com pauladas e bombas as manifestações de repúdio às políticas neoliberais aprovadas recentemente nesse país. Todos esses acontecimentos fazem parte do cenário atual da luta de classes, o que está apontando para a inviabilidade histórica do Regime de Acumulação Integral enquanto etapa atual da acumulação do capital, mais destruidora do que nunca.

Ao que tudo indica, mais uma vez a classe trabalhadora vai pagar as contas da fanfarra que satisfaz os bolsos do grande capital nas últimas décadas o que vem se traduzindo no crescimento da miséria em várias partes do planeta, enquanto em outros países o ilusório crescimento econômico ajuda a conter em certa medida a insatisfação popular, como vem sendo o caso do Brasil e outros países periféricos que sustentam a acumulação de capital nos países de capitalismo central. Mas agora que a crise se avoluma e toma a forma de mais miséria e sofrimento para as classes trabalhadoras, novos dilemas aparecem: como conseguirá a classe trabalhadora europeia enfrentar a crise e obter respostas satisfatórias sem que não resulte em mais exploração nos países de capitalismo subordinado? Até que ponto vai a

* Editorial da Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 7, nº 12, ago./dez. 2012.

estabilidade capitalista que ao diminuir a exploração do proletariado em determinadas regiões do planeta necessita inevitavelmente intensificar a exploração em outras regiões? Como a classe trabalhadora conseguirá obter respostas satisfatórias à nova dinâmica da luta de classes?

Uma coisa, contudo, é certa: somente o enfrentamento direto e radical entre as classes conseguirá expor os caminhos abertos para o novo horizonte utópico que se espreita alhures e aponta saídas concretas e viáveis historicamente para a necessária emancipação da humanidade. Diante dos dilemas que a luta de classes traz para a classe trabalhadora, bem maiores que para os detentores do poder e dos meios materiais de destruição em massa da população mundial, essa mais nova edição da Revista Enfrentamento continua a sua crítica a todas as instituições e ideologias da sociedade capitalista. Assim, trazemos para os leitores interessados e com a perspectiva de radicalizar na luta a crítica às relações sociais de propriedade capitalista feita por Paresh Chattopadhyay e as ambiguidades e contradições que a luta contra a propriedade podem trazer, tendo como o mais drástico resultado a deformação de Lênin às concepções de Marx. A materialização da instituição do dinheiro na consciência dos seres humanos é denunciada por Nildo Viana, crítico da sociedade em que o dinheiro aparece como valor fundamental para milhões de seres humanos. A crítica da burocracia escolar é desenvolvida por Lucas Maia, demonstrando tanto a força dessa classe social, como as contradições do ambiente escolar que, na sociedade hipermercantilizada e burocratizada, secundariza cada vez mais seu objetivo final, a relação ensino-aprendizagem. Em contrapartida, também são realizados apontamentos sobre as possibilidades de superação das contradições desse mesmo ambiente (escola) produzido na sociedade capitalista, o que é feito por Marcos Ataídes e João Gabriel da Fonseca Mateus demonstrando que o desenvolvimento de uma perspectiva Anarquista no interior do conhecimento geográfico pode trazer contribuições para a Educação Libertária. O terceiro conjunto de textos apresenta como a estratégia de luta dos trabalhadores é passível de transformações e deformações ao longo do tempo: primeiramente, João Gabriel da Fonseca Mateus expõe as origens históricas do sindicalismo revolucionário e ao mesmo tempo aponta que sua derrota representou uma ofensiva das classes

dominantes, através do Estado, e a criação da burocracia sindical. Em seguida, Adriano José Borges demonstra o quanto numa perspectiva burguesa é passível de se deformar propostas de luta dos trabalhadores, o que é feito através da crítica à Hanna Arendt e a velha separação típica do pensamento burguês entre necessidade e liberdade. Há, por último, uma tradução do texto de Karl Marx “Benefícios secundários do crime”, em que se comprova que mesmo as ações mais condenadas têm sim uma razão de existir em meio às infinitas contradições da sociedade capitalista.

Sem mais delongas...

Boa leitura.

EDITORIAL*

No editorial da Revista *Enfrentamento* nº 7 de jul/dez de 2009, já dizíamos: “Contra os agentes do capital, somente O *Enfrentamento* é realista. Toda forma de coalizão é mero idealismo ou puro oportunismo”. Esta assertiva se afirmou com clareza vítrea nas jornadas de lutas populares de junho de 2013. Toda a mobilização popular que comoveu o Brasil só demonstrou como aquela afirmação é verdadeira.

Quem são os agentes do capital? Naturalmente a classe dos capitalistas e o conjunto de classes auxiliares da burguesia: burocracia (estatal, empresarial, partidária, sindical etc.), intelectualidade (cientistas, jornalistas, artistas etc.). Todas estas classes que se colocam no campo das classes dominantes, seja materialmente ou ideologicamente, se viram obrigadas a recuar diante da força da população organizada nas ruas.

Como é de conhecimento público, o estopim para o início das mobilizações foi a questão do aumento das tarifas de transporte coletivo em várias cidades brasileiras. Começou-se, já no mês de abril, um conjunto de ações de grupos auto-organizados convocando protestos para reduzir os preços da tarifa onde estes haviam aumentado ou para impedir que os mesmos aumentassem, onde ainda não havia ocorrido alteração nos valores. Um unísono foi ouvido da boca dos agentes do capital: “não reduziremos o valor das tarifas”. As mobilizações, protestos continuaram nos meses de maio e junho. Resultado: em todo o Brasil não houve aumento de tarifa. Nos lugares onde aumentaram, os empresários do transporte, os prefeitos, os governadores de estado e a presidente da república disseram em um novo unísono: “tudo bem, vamos manter o valor antigo”. Onde não houve aumento, disseram: “deixem o preço no valor em que está”. E em algumas cidades houve redução em relação aos valores que predominavam.

Mas também os meios oligopolistas de comunicação se viram obrigados a recuar diante de suas posições iniciais. Durante os meses de abril e maio, quando os protestos ainda eram mais localizados, mas sobretudo após os protestos na primeira

* Editorial da Revista *Enfrentamento*. Goiânia: ano 8, Edição Especial, jul. 2013.

semana de junho em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte etc. a mídia nacional condenou de modo absoluto a radicalidade das ações dos manifestantes. Contudo, na segunda semana de junho, quando as manifestações adquiriram dimensões continentais, recebendo o apoio de imensas parcelas da população, quando na verdade, o conjunto da população trabalhadora se tornou manifestante, os meios de comunicação viram-se obrigados a recuar em suas posições e passaram a “apoiar” (as aspas são mais importantes do que a palavra que está entre elas) as manifestações. Ou seja, recuaram ante a população mobilizada.

Assim, “somente o enfrentamento é realista”. Nenhum outro tipo de ação é realmente ação do ponto de vista das classes exploradas e oprimidas. A via institucional (eleições, recorrer a órgãos públicos como Ministério Público, PROCOM, ações via partidos ou sindicatos no poder ou na oposição etc.) não leva a absolutamente lugar nenhum. A prova disto foram as jornadas de junho. Até então, a normalidade da dinâmica institucional do capitalismo caminhava a décadas sem grandes distúrbios. Tal normalidade foi abalada e o poder (do estado e do capital) viram-se afligidos diante dos fatos.

Somente a auto-organização, a ação direta é insurrecional. Este *Enfrentamento* que entregamos agora ao leitor tem a intenção de afirmar esta práxis. Os textos aqui reunidos foram escritos no calor das ações. O tempo de reflexão foi o tempo de observação e análise dos processos que corriam pelas ruas das cidades brasileiras. Tem também a intenção de apontar as tendências para onde caminham tais mobilizações... Estas tendências são, na verdade, o elemento central, pois é a partir delas que devemos nos organizar e mobilizar. Os grupos radicais (anarquistas, autonomistas, autogestionários, independentes etc.) que querem realmente apresentar-se como força política diante dos acontecimentos devem observar com clareza quais as tendências que se espreitam no horizonte para se posicionarem a afirmarem a tendência à radicalização e ampliação dos protestos.

Este *Enfrentamento* não pretende ser uma análise neutra dos fatos. Pelo contrário, pretende ser uma proposta de ação, de intervenção, de ampliação, de radicalização dos protestos para além de si mesmos. Como já disse Marx, a teoria, por si só não muda nada, mas quando se apodera da cabeça das massas, converte-se

ela própria em força material. Ou seja, a teoria é também mobilizadora e é por isto que colocamos à disposição de todos e todas que querem radicalizar ainda mais o processo de mobilização para que esta tenda para a instauração de um processo, uma onda revolucionária.

Se o *Enfrentamento* é realista, é também a única forma digna de as classes trabalhadoras se colocarem diante do poder. A máxima, portanto, deve ser: “o poder não há que conquistá-lo, há que destruí-lo”.

Sem mais delongas, boa leitura e disposição para a luta.

EDITORIAL*

O conflito social está novamente aumentando em várias partes do planeta e tem como primeira consequência o questionamento das ideias dominantes e amplamente divulgadas de que finalmente a sociedade capitalista chegou a um nível de desenvolvimento que não permite mais a organização e contestação por parte das classes trabalhadoras e dos grupos oprimidos, restando somente a sobrevivência individual dentro dos espaços possíveis a cada um; a segunda consequência está em processo de formação e diz respeito ao desenvolvimento das ideias revolucionárias que subsidiem o novo ciclo de lutas. Essas duas questões estão intimamente ligadas, na medida em que o chamado processo de reestruturação produtiva desde fins dos anos 70 tratou de ser um ataque da classe capitalista contra a organização e contestação operária e estudantil nos fins dos anos 60, reação complementada pela contrarrevolução cultural e ideológica que impôs a ideia de fim da luta de classes, o que resultou na maior dispersão e integração da classe trabalhadora à ordem capitalista ao longo das últimas décadas.

Com o avanço dos conflitos sociais aumenta a necessidade da intervenção consciente dos grupos políticos que mantêm a tradição das ideias revolucionárias construídas pela classe trabalhadora ao longo de séculos de luta e enfrentamento contra a sociedade capitalista, e um dos níveis dessa intervenção deve ocorrer de tal forma que possa contribuir agilizando e aprofundando o resgate das ideias revolucionárias. As lutas revolucionárias apontaram que a destruição da sociedade capitalista ocorre por meio da associação dos trabalhadores com o controle dos locais de produção e estendendo seu controle para todos os espaços da vida social, destruindo o estado como instrumento de repressão e de reprodução do poder da classe dominante. A essa nova sociedade foi dada o nome de comunismo, anarquia ou autogestão social como a síntese maior das ideias revolucionárias produzidas pela classe trabalhadora, único projeto revolucionário de sociedade sem classes como possibilidade concreta.

* Editorial da Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 8, nº 13, jul/dez. 2013.

Essa mais nova edição da revista *Enfrentamento* continua na luta pelo resgate das ideias e experiências revolucionárias produzidas pela radicalização do movimento dos trabalhadores; nossa ação é no sentido de contribuir para agilizar o processo de aprofundamento da perspectiva do movimento revolucionário dos trabalhadores nesse novo ciclo de lutas que se abre. Os textos que propagandecemos são uma reflexão libertária sobre o significado do conceito de autogestão social (Nildo Viana), sobre a proposta federalista de Mikhail Bakunin (João Gabriel), sobre as greves dos trabalhadores brasileiros influenciados pelo anarquismo no início do século XX (Kauan dos Santos), a visão de Neno Vasco sobre as greves em Portugal também no início do século XX (Thiago Lemos) e sobre a radicalidade da contestação juvenil na capital argentina durante o período de crise social na virada para o século XXI (Lisandro Braga).

A nossa proposta com a revista *Enfrentamento* é divulgar as reflexões libertárias para o conjunto dos setores e organizações revolucionárias em luta, expressar uma visão sobre o desenvolvimento do movimento revolucionário e como tal deve estar relacionada com nossa prática de propagandear e agir para contribuir na transformação radical da sociedade existente.

Boa leitura e disposição para a luta!

NEM INTELECTUALISMO, NEM ANTI-INTELECTUALISMO*

Os academicistas assustam-se diante de tal encruzilhada, habituados que estão a lidar com “neutralidade” científica. Esta postura comum ao discurso acadêmico estende-se para além dele, chegando ao jornalismo e a sua pretensa “imparcialidade”. Os “neutros” acadêmicos e os “imparciais” jornalistas divulgam a todo o mundo esta impossível ideia. Tal pressuposto é impraticável. Não passa de mero discurso para iludir os mais incautos e confirmar o palavrório dos conservadores e oportunistas.

Contudo, problema maior ainda vem dos Coletivos, Organizações e indivíduos que se opõem a este discurso da “imparcialidade” e “neutralidade” e estão de certa forma envolvidos com as lutas das classes trabalhadoras. É muito comum, infelizmente, a presença em seguimentos mais radicalizados de uma rejeição da crítica teórica. Tais Coletivos e indivíduos argumentam que o necessário, que a única forma de luta é estar na “ação direta”. Independentemente das condições históricas, do desenvolvimento das lutas sociais etc. tais Coletivos e indivíduos defendem a qualquer custo e a despeito das demais formas de luta, a “ação”, o “protesto”... Colocamos as expressões entre aspas não por que nos opomos a isto, mas consideramos tais coisas dentro de uma perspectiva mais ampla, para além do mero praticismo.

Assim, nem o intelectualismo típico dos acadêmicos, nem o anti-intelectualismo típico de alguns militantes é suficiente. Ambas as posturas devem ser rejeitadas. O intelectualismo acadêmico é conservador e com frequência conduz ao imobilismo. O anti-intelectualismo, por ser irrefletido, não discute os rumos da luta, as possibilidades de efetivação de determinados processos, com frequência culmina em um desperdício de energia considerável dos militantes e regularmente não alcança os objetivos práticos, imediatos, que tanto defendem, conduzindo, paradoxalmente, ao imobilismo.

* Editorial da Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 9, nº 15, jan/jun. 2014.

Não objetivamos aqui desenvolver a discussão, mas tão somente colocar o problema. Este Enfrentamento, que colocamos agora à disposição do público é parte desta concepção. Os textos aqui recolhidos são o resultado da reflexão dos militantes do Movimento Autogestionário partindo do entendimento que a Luta contra o capital se dá em todos os âmbitos da vida social. A crítica rigorosa das ideologias, dos movimentos, do capital, do estado etc. é parte instituinte do conjunto das lutas.

Neste número, como parte deste processo, o texto de Nildo Viana aborda teoricamente o conceito de Luta Cultura em Marx. O artigo de Rubens Vinícius da Silva e Diego Marques Pereira dos Anjos discute a relação entre juventude e lutas sociais, demonstrando como hoje, no Brasil e no mundo tal parcela da população vem se colocando como um dos grupos mais radicais do ponto de vista político. O texto de Lucas Maia faz um balanço das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, já fazendo apontamentos para uma leitura teórica que explique as causas, motivações, bem como demonstrando os limites daquelas lutas de um ponto de vista revolucionário. O artigo de João Gabriel da Fonseca Mateus é uma contribuição para se compreender a história das lutas sociais no Brasil, tendo como eixo de análise o Jornal Spartacus, publicação anarquista da primeira república no Brasil. Para finalizar, colocamos à disposição do público um texto assinado pelo Movimento Autogestionário, que é parte de um debate que o Movaut travou com um Coletivo nos anos de 2008 e 2009. Tal debate resultou numa intensa e numerosa troca de e-mails, textos coletivos, individuais etc. O que aqui está disponível é uma carta assinada pelo Movaut discutindo questões teóricas, políticas e organizacionais de importância. Daí sua escolha para compor este número da Enfrentamento.

Conselho Editorial da Revista Enfrentamento

EDITORIAL*

O Movimento Autogestionário traz mais um número da Revista *Enfrentamento a lume*. Esta Revista é um empreendimento coletivo de interpretação teórica politicamente orientada. Os sucessivos números desta publicação visam, cada um a seu tempo e a seu modo, realizar uma crítica radical da sociedade capitalista. Nenhuma ideologia, nenhuma instituição, nenhum intelectual, nenhum processo social específico deve estar acima da crítica. A crítica, antes como hoje, é o único instrumento, a única ferramenta na busca pela verdade. Se na busca pela interpretação correta da realidade, escorrega-se em interpretações limitadas, resta unicamente a autocrítica. Assim, também nós mesmos devemos nos criticar permanentemente.

Se a sociedade de classes, para se manter, deve fazer bom uso de meias verdades, de omissões, de manipulações e de mentiras deliberadas, a luta contra esta sociedade deve ter como fundamento primordial a busca em revelar a verdade. Não achamos que exista a verdade absoluta, pois a realidade sempre se move. Contudo, tal movimento não é demasiado fluido que impeça sua apreensão pelo pensamento. O que existe, pois, de nosso ponto de vista, é meramente a busca constante de apreensão do real e explicação de seu fundamento e dinâmica de funcionamento. A cada avanço teórico, há um enriquecimento da teoria que busca desvelar a verdade. Este é o empreendimento que esta Revista vem há quase uma década se esforçando em fazer.

Quando o fascismo tombava país após país na Europa da década de 1930, quando a mentira e a manipulação pareciam ser o único modo de se comunicar, Bertolt Brecht escreve uma crônica, que *mutatis mutandis*, ainda nos é muito útil:

Quem, nos dias de hoje, quiser lutar contra a mentira e a ignorância e escrever a verdade tem de superar ao menos cinco dificuldades. Deve ter a coragem de escrever a verdade, embora ela se encontre escamoteada em toda parte; deve ter a inteligência de reconhecê-la, embora ela se mostre permanentemente disfarçada; deve entender da arte de manejá-la como

* Editorial da Revista *Enfrentamento*. Goiânia: ano 9, nº 16, jul/ago. 2014.

arma; deve ter a capacidade de escolher em que mãos ela será eficiente; deve ter a astúcia de divulgá-la entre os escolhidos (BRECHT, 1967, p. 19)¹.

Estas cinco dificuldades são ainda hoje presentes a qualquer intelectual, movimento social ou coletivo político que se coloque criticamente à ordem estabelecida. Assim, ter coragem de escrever a verdade, inteligência em reconhecê-la, conseguir manejá-la como arma, discernimento de saber em quais mãos ela é mais eficiente e perspicácia e astúcia em difundi-la são ainda questões a colocarmos-nos.

A ignorância nunca trouxe qualquer vantagem à luta proletária. O que é mais estranho nos dias de hoje é que uma parte daqueles que lutam, daqueles que questionam e se opõem às relações e instituições estabelecidas recusam a análise teórica e, portanto, a busca pela verdade. O praticismo e anti-intelectualismo que arregimenta seguimentos consideráveis dos militantes na contemporaneidade, acaba por se converter em mais um entrave ao desenvolvimento e avanço da luta revolucionária. Trata-se de problemas que temos, nos dias correntes, que reconhecer e debelar.

A produção das ideias políticas, assim como das ideias em geral, não é algo que se opere de modo independente da divisão do trabalho, dos interesses, dos grupos e classes sociais que se relacionam e conflitam. Se se toma o século XX como laboratório de estudos para o entendimento da produção das ideias políticas, esta assertiva se apresenta de modo bastante claro. As classes sociais, os interesses que defendem, sua posição na divisão do trabalho, etc. acabam por condicionar seu conjunto de representações no plano da consciência. A máxima que Marx e Engels escreveram no século XIX continua ainda hoje válida: não é a consciência que determina o ser, mas inversamente, o ser que determina a consciência. Deste modo, o estudo do conjunto de ideias políticas deve ter em mente este elemento essencial.

Este é o eixo que orienta as investigações presentes neste Enfrentamento. Quais são os sistemas ideológicos que orientam a prática política de consideráveis organizações e indivíduos hoje no Brasil? Esta é a questão que os autores dos artigos

¹ BRECHT, Bertolt. Cinco dificuldades no escrever a verdade. In: BRECHT, Bertolt. *Teatro dialético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

perseguem. Identificar, analisar e criticar os fundamentos ideológicos de tais organizações é o objeto de preocupação deste número da Revista Enfrentamento.

Toma-se aqui por ideologia a definição marxista do termo, ou seja, falsa consciência sistematizada. À medida que reconhecemos que a divisão da sociedade em classes é marcada por conflitos de interesse, temos de reconhecer que tais conflitos se expressam também ao nível da consciência. Estes conflitos de interesses expressam-se também em práticas políticas conflitantes e tais conflitos também se expressam no plano da consciência. Ou seja, as ideias não têm vontade própria, não são algo além daqueles grupos, classes e indivíduos que as elaboram.

Reconhecer este aspecto, aparentemente trivial, é condição para o avanço das lutas sociais, pois, as ideias não são meramente reflexo da “realidade objetiva” sobre a “realidade subjetiva” (consciência) dos indivíduos, como defendia o pseudomarxismo. Muito mais do que mero reflexo, as ideias (falsas ou verdadeiras) são também mobilizadoras. Ideias conservadoras, equivocadas, ultrapassadas são também parte da luta de classes. Elas mobilizam as pessoas para este ou aquele lado do conflito. Erige-se aqui a importância em questionar tais ideias. A busca pela verdade, a coragem de dizer a verdade e a perspicácia em identificar a verdade é tarefa urgente dos militantes de hoje. Isto nem precisaria ser dito, mas o reino de confusão e ideias ilusórias que povoa o cenário político no Brasil nos dias atuais nos convoca a dizer coisas óbvias.

Da mesma forma que as ideias conservadoras, equivocadas, ilusórias mobilizam a luta de classes no sentido de manutenção da ordem, a busca em revelar a verdade sobre os conflitos existentes também pode ser mobilizadora. A luta de classes não se restringe à esfera da produção, do bairro ou do local de estudos. Ela se estende para todo o tecido social. Assim, os campos da arte, da cultura, da política, da ciência, da teoria também expressam as tensões de classe. Isolar um ou outro destes aspectos é procedimento a ser evitado. A “relação-capital” é um processo global de dominação do conjunto da vida na sociedade moderna. Ela nos subordina em todos os lugares e momentos da vida social. A resistência deve, portanto, agir e enfrentar em todas as esferas. Os coletivos, grupos, indivíduos que isolam o aspecto

da organização prática escusando a “luta cultural” ou o inverso, atacam somente uma dimensão da dominação, ao passo que tal ataque deve ser também global, total.

Naturalmente que o espaço privilegiado é a esfera do modo de produção, pois é daí que se pode subverter a “relação-capital”. Sem luta operária, não há revolução social, não há comunismo, não há autogestão social. Não importa se a luta comece com a juventude, se no bairro ou na escola. Ela tem de se estender para a esfera produtiva como condição de realização da mudança radical do modo de produção.

Assim, o desmonte das ideologias de “esquerda” e “direita” é condição do processo de luta global, total. Somente a força material do proletariado auto-organizado como classe é capaz de fazer ruir o modo de produção capitalista. Este não cairá por si mesmo e de seus escombros surgirá o Éden aqui na Terra. A Autogestão Social, como o modo de produção que emerge dos entulhos do capitalismo, é desde o começo o resultado da decisão política do proletariado em fazer-se a si mesmo sujeito histórico auto-organizado e, portanto, autoconsciente.

Assim, a busca pela verdade e a luta e atividade de construção de um corpo teórico cada vez mais amplo, diverso e consolidado é parte também do processo de autoesclarecimento do proletariado em luta. Se uma contribuição pode ser dada em momentos como o que passamos, é criar ferramentas intelectuais adequadas para que o proletariado e demais grupos oprimidos e movimentos sociais tendencialmente revolucionários possam fazer uso nos momentos adequados.

A crítica das ideologias conforma também a luta de classes em geral. Este Enfrentamento que colocamos agora à disposição dos militantes, estudiosos e lutadores sociais em geral, pretende-se claramente ser parte destas ferramentas intelectuais. Por concebermos a luta política como totalidade, acreditamos certamente que a crítica é também luta política. Por acreditarmos que o desenvolvimento da consciência não desempenha papel secundário na luta de classes, realizamos neste número uma crítica radical das ideologias e doutrinas que atrapalham o desenvolvimento da luta de classes no Brasil. O leninismo, o trotskismo, o maóismo, o prestismo, o sindicalismo, o sindicalismo revolucionário e a economia solidária são sumamente criticados.

Esperamos que tal crítica se difunda e atinja, tal como nos sugere Brecht, aqueles para quem estas ideias críticas tenham a eficiência adequada.

Sem mais delongas, boa leitura!!!

EDITORIAL*

O Movimento Autogestionário edita a Revista Enfrentamento há quase uma década. Este é um periódico de caráter eminentemente político. Não há nas páginas da Revista nenhuma pretensão de neutralidade e objetividade, mas sim um compromisso com a transformação revolucionária da sociedade. Este compromisso gera outras vinculações: com o materialismo histórico-dialético; com os interesses de classe do proletariado; com a busca pela verdade; com a crítica das ideologias burguesas e interesses capitalistas etc. Deste modo, se há algum mérito em periódicos como este, é demonstrar que a produção cultural partindo da perspectiva proletária não é procedimento jurássico, justamente porque o proletariado como classe é realidade contemporânea e a possibilidade de um levante popular é algo presente.

Demonstrações de instabilidade política, econômica, social se apresentam em quase todas as regiões do mundo. O regime de acumulação integral, ou seja, a etapa atual do modo de produção capitalista, que emerge após a década de 1980, começa a apresentar em vários momentos problemas em se reproduzir. Não estamos aqui advogando nenhuma crise final do capitalismo. Na verdade, lutamos para que esta se realize o quanto antes, contudo, o fim do capitalismo não é mera questão de desejo, embora este deva compor o rolo compressor, a revolução autogestionária, que colocará definitivamente esta sociedade no museu da história. Embora não seja a crise final que se desenha no horizonte, o que está em jogo na atualidade são crises setoriais (finanças etc.), problemas sociais graves (desemprego, migração etc.) que não são passíveis de serem solucionados dentro dos estritos limites da acumulação integral (organização toyotista do processo de trabalho; estado neoliberal e relações internacionais marcadas pelo neoimperialismo e oligopolismo transnacional). Estes elementos que garantiram uma acumulação de capital em condições mais ou menos estáveis não está mais conseguindo se reproduzir sem percalços.

Em contrapartida, a classe capitalista e suas auxiliares (burocracia e intelectualidade) ainda não conseguiram desenhar um novo cenário político,

* Editorial da Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 10, nº 17, jan/jul. 2015.

econômico e social. Tentam resolver as dificuldades empregando as mesmas estratégias que garantiram o sucesso da acumulação integral nos anos de 1980, 1990 e início dos anos 2000. Arrocho nas políticas sociais, transferência de renda para o setor financeiro, privatizações etc. são os componentes da receita. Estas, contudo, não são mais suficientes, pois produzem sempre os mesmos efeitos: desemprego, instabilidade política e social etc. O drama, porém, é que ainda não se apontou no horizonte histórico uma fórmula nova. Isto implica que as classes dominantes irão apertar ainda as condições de existências das classes desprivilegiadas, radicalizando as políticas neoliberais já enfeixadas há décadas.

É neste ponto que nos encontramos nos dias correntes. A forma atual de reprodução das relações sociais está com dificuldades de se reproduzir, não existe ainda nenhum novo desenho de como se modificar o quadro estabelecido, o que implica que haverá uma radicalização das políticas neoliberais em escala global. Isto tende a acirrar os conflitos que já se anunciam há vários anos em Europa, Estados Unidos, América Latina etc.

É neste sentido que o artigo de Nildo Viana: *Blocos Sociais e Luta de Classes* vem muito a calhar, pois situa com clareza teórica e radicalidade política o papel do bloco revolucionário no momento atual do modo de produção capitalista. O texto de Lisandro Braga: *Capital Comunicacional e Discurso do Poder* demonstra o significado político das empresas capitalistas de comunicação, clarificando a relação destas com o poder estabelecido. Os textos de Edmilson Marques: *A Questão da Organização Revolucionária* e Anton Pannekoek e de André de Melo Santos: *A Guerra Civil na França de 1871* resgatam as contribuições de Karl Marx e Anton Pannekoek acerca da questão da organização revolucionária e da luta proletária. Corroborando com estes dois últimos, o texto de Lucas Maia: *Observações ao Texto “A Guerra Civil na França: Marx Antiestatista?”* de Felipe Corrêa polemiza com o anarquista Felipe Corrêa acerca da interpretação deste do texto de Marx *A Guerra Civil na França*. Por último, o texto de Diego Marques Pereira dos Anjos: *Por que Não Existe uma Lei Obrigue os Políticos a Cumprirem as Promessas de Campanha?* realiza um debate de extrema atualidade, qual seja, o significado político que as instituições burocráticas (partidos políticos, estado etc.) desempenham na luta de classes.

Esperamos que este número seja mais um contributo à colossal luta de pôr em xeque a sociedade capitalista.

EDITORIAL*

O capitalismo contemporâneo, estabelecido a partir da década de 1980, conformando o regime de acumulação integral, começa a partir dos anos 2000 apresentar sinais de esgotamento ou pelo menos anuncia que acomodações serão necessárias para manter os padrões de acumulação. Todo o movimento que foi realizado pelo capital a partir da crise da década de 1960/70 com a chamada reestruturação produtiva (implantação do toyotismo e modelos similares à escala mundial), implantação do estado neoliberal em quase todos os países do mundo e intensificação da exploração internacional dos países imperialistas sobre os países de capitalismo subordinado (o neoimperialismo) parecem demandar novas acomodações.

Trata-se de processo em curso. Não é possível ainda saber os contornos concretos que vão assumir as medidas das classes dominantes para manterem o regime de acumulação atual. Sinais de problemas apontam, contudo, em vários lugares: crise financeira e social de alguns países da zona do Euro (Grécia, Portugal, Espanha etc.), índice alarmante de desemprego em vários países da Europa, América Latina e África, conflitos políticos, étnicos e religiosos em Europa, África e Oriente Médio, recentemente a crise migratória ainda em Europa em razão de tais conflitos, desaceleração do crescimento industrial em alguns países etc. Poderíamos aqui estender a lista. Isso seria, contudo, contraproducente. O que deve ser feito é uma análise destas contradições dentro de um corpo teórico estruturado. Uma primeira abordagem já foi feita nesta direção. Trata-se do livro de Nildo Viana: *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. Esta teoria deve agora ser enriquecida, pois os traços gerais já foram lançados.

É perceptível, à escala mundial, uma reascensão das lutas autônomas e independentes, chegando em alguns casos, a estágios bem avançados e radicais (Oaxaca no México, Piqueteiros na Argentina, por exemplo). Contudo, não se alinhou no horizonte de nossos dias ainda nenhum processo revolucionário. Desde fins dos anos 1990 e início dos anos 2000 que vem ocorrendo em várias partes do mundo

* Editorial da Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 10, nº 18, jul/dez. 2015.

movimentos contestatórios de grande envergadura pelos mais variados motivos: megamanifestações de rua em Europa, Estados Unidos e Canadá contra o G8 até a primeira metade dos anos 2000, a Primavera Árabe que varreu ditaduras em todo o norte da África a partir de 2010, manifestações nas periferias de Paris em 2005 contra violência policial e pobreza, algo semelhante em várias cidades estadunidenses, sobretudo em Ferguson contra violência policial contra negros em 2014 e 2015, manifestações no Brasil contra o aumento da passagem de ônibus em 2013 etc. Indicamos aqui as que tiveram mais repercussão na imprensa nos últimos anos. A lista completa, contudo, é demasiado extensa. É dentro deste campo que este número da Revista *Enfrentamento* se insere. Pretende ser uma leitura, incompleta, do que podemos chamar *práticas de luta e do significado que estas têm para o desenvolvimento da consciência e da teoria revolucionária*.

Um estudo mais detalhado do capitalismo contemporâneo com indicações de estratégias de ação dos grupos, coletivos, movimentos e indivíduos revolucionários talvez seja um ponto a ser acentuado em nosso próximo número (jan/jul de 2016). Esperamos, nesta edição da *Enfrentamento*, trazer algumas indicações ao entendimento das lutas que se processam, mas sobretudo das linhas estratégicas, o problema organizacional, os limites e potências presentes, a supervalorização da prática, às vezes independentemente da forma de prática em questão, além de trazeremos algumas experiências revolucionárias que esboçaram tentativas de libertação humana.

O número 16 da Revista *Enfrentamento* foi inteiramente dedicado às ideologias que atrapalham o desenvolvimento das lutas sociais hoje no Brasil (mas não apenas aqui). Criticamos, naquela oportunidade, as ideias e práticas mofadas do bolchevismo (leninismo, trotskismo, maoísmo etc.), sindicalismo, sindicalismo revolucionário, economia solidária. Percebemos que nossas críticas aos fundamentos ideológicos, pressupostos políticos e práticas organizacionais destas ideologias caminham no sentido do desenvolvimento das lutas sociais que se assanham hoje no Brasil e no mundo. Esta percepção nos conduziu à necessidade abordar mais detidamente o problema da chamada prática. Quais práticas de lutas vemos hoje despontando nas ruas, nos bairros, nas escolas, universidades, fábricas, canteiros de

obras no Brasil? Qual o significado destas práticas de lutas existentes hoje para a luta revolucionária presente de modo tendencial na atualidade?

Os textos recolhidos neste volume não dão conta da totalidade dos problemas envolvidos nestas questões. Tem, na verdade, o interesse e o mérito de os tematizar desde um ponto de vista revolucionário. Esta Revista não é, portanto, uma valorização sem critérios da assim chamada prática. É necessário envolver a análise das práticas dentro de um campo teórico que vislumbre e que se assente na potencialidade revolucionária da classe operária.

Analisar as práticas significa, portanto, não ser coevo de toda e qualquer forma de luta existente. Trata-se também de realizar um discurso que nem sempre agrade, às vezes, nem mesmo aqueles que se julgam a si mesmos como na esteira do processo revolucionário. Nosso ponto de partida é a revolução. Por conseguinte, nosso ponto de chegada é a transformação radical e total das relações sociais capitalistas. Assim, nossa análise das práticas de luta tem sempre em vista tal libertação.

Daí nossa rejeição radical da totalidade das instituições sindicais e partidárias como formas de organização legítimas da classe operária e demais classes trabalhadoras. Tais instituições são hoje totalmente avessas à emancipação humana, justamente por serem integradas às engrenagens capitalistas. Daí, também, nossa total rejeição à tentativa de ocupação do poder de estado, seja pela via eleitoral ou golpe de estado. Tal instituição não é somente integrada à sociedade capitalista. É, de modo mais profundo, garantia de manutenção e perpetuação desta sociedade (independentemente do partido e corrente política que esteja em seu leme).

Se a análise das práticas de lutas presentes hoje no país tem alguma relevância, é justamente demonstrar quais tendências devemos negar e combater (burguesas e burocráticas) e quais tendências devemos defender e reforçar (proletárias). Eis o campo de discussão no qual este número da *Enfrentamento* se imiscui.

Conselho Editorial

EDITORIAL*

O primeiro artigo deste número da Revista Enfrentamento, de autoria de Karl Korsch, apresenta a necessidade e a possibilidade da crítica. Contudo, não se trata de qualquer crítica, mas sim da “crítica revolucionária”. Esta consiste na crítica que parte da perspectiva do proletariado. A consciência em suas mais diversas formas de manifestação, mas, sobretudo, a produção teórica e também a ideológica, está alicerçada em pressupostos (interesses) de classe. A crítica de um ponto de vista burguês hoje não é mais possível. A classe capitalista rejeita-a com veemência, clareza e consciência de classe.

Uma outra classe que também visa elaborar ideologias em acordo com seus interesses é a burocracia. Embora Korsch neste texto não a aborde, hoje podemos identificá-la com mais clareza. O crescimento numérico e qualitativo desta classe ao longo do século XX criou as condições necessárias para que se desenvolvesse, a partir de seus interesses, inúmeras ideologias burocráticas.

Seu espectro político varia, desde as alas caracteristicamente burguesas, passando pela socialdemocracia, até setores mais radicais, que pretensamente visam o fim do capitalismo (bolchevismo). Contudo, seu fundamento de base, a classe social da qual estas formas de pensamento são variações dentro de um mesmo escopo é a burocracia. Esta é uma classe auxiliar da burguesia. Devido sua posição na divisão social do trabalho, a burocracia se caracteriza por ocupar cargos de direção nas instituições existentes nesta sociedade (estado, partidos políticos, sindicatos, igrejas, bancos, fábricas, escolas, universidades etc.).

Por ser uma classe auxiliar da burguesia, no limite, sua crítica no máximo chega ao insurrecionalismo (tomada do poder de estado via insurreição ou golpe de estado, tal como defende a ideologia pseudorrevolucionária do bolchevismo). Esta ala da burocracia, representada por partidos e organizações bolcheviques, embora hoje não tenha mais o tamanho e importância que já teve em outros momentos históricos,

* Editorial da Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 11, n° 19, jan/jun. 2016.

é ainda força política que disputa os rumos da sociedade e, portanto, interfere na luta de classes.

A possibilidade da crítica burguesa morreu com sua ascensão à classe dominante. A crítica burocrática (bolchevique e socialdemocrata) leva no máximo a um capitalismo reformado (União Soviética, Cuba, China etc.). A possibilidade, portanto, de uma verdadeira crítica revolucionária, tal como a apresentada por Korsch, só pode ocorrer se alicerçada nos interesses de classe do proletariado. Não o proletariado determinado pelo capital, o proletariado como *classe em si*, segundo expressão de Marx, utilizando linguagem hegeliana; mas sim, o proletariado autodeterminado, o proletariado como classe *para si*, ou seja, revolucionário.

A crítica revolucionária é aquela, portanto, que se realiza tendo em vista este fundamento, este princípio. Nenhuma conciliação de classe pode ser feita. *Ou o proletariado é revolucionário, ou não é nada*. Nos dias correntes, tal determinação se afirma ainda mais claramente. Nenhuma das velhas classes pode levar a humanidade a um patamar superior de organização e convivência. Nenhuma das classes decadentes permite ou cria as condições de possibilidade para a realização de uma sociedade na qual as potencialidades/necessidades humanas sejam verdadeiramente satisfeitas. Nenhuma das classes em declínio permite a elaboração de uma consciência crítica e revolucionária. Assim, a crítica da alienação não pode derivar de classes que tem interesse na reprodução da alienação. Ela só pode vir da classe que traz em si a potencialidade real de sua superação, o proletariado.

Os ensaios reunidos neste volume têm em comum este pressuposto: todos partem da perspectiva do proletariado. Este dado fundamental unifica as várias temáticas abordadas nos artigos. Espera-se que os textos aqui reunidos se constituam como contributos ao avanço da organização, consciência e luta do proletariado e demais classes desprivilegiadas, bem como setores da sociedade mais organizados (movimentos sociais, juventude etc.).

EDITORIAL*

A Revista Enfrentamento já está há uma década em atividade. Neste período, já publicou vários textos discutindo as experiências revolucionárias. Aqui é bom fazer uma ressalva quanto a este ponto. Quando se fala em experiências revolucionárias, comumente vem à luz da consciência o que ocorreu na extinta União Soviética, as práticas autoritárias que se verificavam no Leste Europeu (Polônia, ex-Iugoslávia etc.) ou os regimes periclitantes ainda existentes em Cuba e China. Afirmamos que todas estas experiências não são efetivamente aplicação da “doutrina” de Marx (como afirmam incautos e também os mal-intencionados). Tais sociedades não são, nem nunca foram, qualquer coisa que se aproxime de comunismo, socialismo, autogestão social, em que pese todos estes termos tenham sido utilizados para as qualificarem. Também, à exceção da Rússia, cujo processo revolucionário em sua primeira fase (1917 a 1921) criou as condições para efetivamente se estabelecer uma nova sociedade, os processos que instituíram estas sociedades são passíveis de inúmeras críticas. Consistem, muito mais em golpes de estado, do que propriamente revoluções.

Se o que ocorreu na União Soviética, em Cuba, na China, Leste Europeu, Laos, Camboja etc. etc. etc. não foi uma revolução que instituiu o comunismo, o socialismo, a autogestão, o que ocorreu efetivamente em tais sociedades? A terminologia mais adequada para qualificá-las é capitalismo de estado. Diz-se capitalismo estatal em oposição a capitalismo privado. Todos estes regimes eram capitalistas porque ainda mantiveram intactas as relações de exploração capitalistas, ou seja, a extração de mais-valor da classe operária. A diferença consiste nas formas de exercer a exploração e também na forma de apropriação, convertendo-se o estado na principal instituição, via burguesia de estado, que planeja e executa a exploração, bem como se apropria do mais-valor extraído da classe operária.

Deste modo, quando falamos aqui em experiências revolucionárias, não estamos nos referindo a tais sociedades, nem aos processos que as geraram. As experiências revolucionárias, que ensaiaram práticas de autogestão, não se

* Editorial da Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 11, nº 20, jul/dez. 2016.

confundem com estas que acabamos de citar. Todas, exatamente todas as experiências autogestionárias foram derrotadas. Desde a Comuna de Paris de 1871, passando pelas revoluções russa de 1905 e 1917, pela revolução alemã de 1918, Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939, Maio de 1968 na França, Chile no começo da década de 1970, a Revolução dos Cravos em Portugal em 1975, até experiências mais recentes como o Movimento Piqueteiro na Argentina em 2001, a Comuna de Oaxaca em 2006 no México (estas duas últimas muito mais limitadas que as anteriores) etc., bem como as experiências revolucionárias dentro e contra o capitalismo de estado: Kronstadt na Rússia em 1921, a Makhnovitchina na Ucrânia da mesma época, na Hungria em 1956 e 1968, Polônia em 1980 etc. bem o demonstram que as práticas autogestionárias, ou seja, revolucionárias, se efetivam onde se materializam as relações capitalistas, sejam as derivadas do capitalismo privado ou as do capitalismo estatal.

Estudar as experiências passadas e históricas de luta revolucionária é um exercício que o militante, o intelectual engajado, o trabalhador deve fazer. Devemos estudar tais experiências não para as glorificar, para colocá-las em pedestal e adorá-las à moda dos crentes dogmáticos. O estudo destas experiências deve ter em pauta sempre as lutas e as demandas do tempo presente. Onde tais experiências fracassaram? Por que sucumbiram? Por que não estabeleceram uma autogestão social generalizada? A pesquisa e a divulgação das lutas derrotadas do passado deve nos ensinar a lutar no presente. Eis porque recorrentemente em vários números desta Revista, trouxemos artigos dedicados a várias destas experiências.

Por que tais práticas de ascensão da luta proletária não conseguiram se generalizar e estabelecer um novo modo de produção? Certamente a contrarrevolução burguesa tem importante papel nisto. Os massacres promovidos pela burguesia ao longo da história são dos mais cruéis. Um exemplo clássico foi a semana sangrenta que sucedeu à Comuna de Paris em 1871, na qual mais vinte mil operários (homens, mulheres, crianças, idosos), militantes não-operários etc. foram massacrados em fuzilamentos em praça pública.

Outra forma histórica de contrarrevolução verificada ao longo destas experiências é a executada pela burocracia. A contrarrevolução burocrática encontra

na revolução Russa sua forma mais clássica. A classe operária e a classe camponesa na Rússia, embora tenham conseguido em 1917 estabelecer formas organizativas as mais radicais (os sovietes) não foram capazes de impedir a ação da burocracia partidária (o Partido Comunista Russo, o Partido Socialdemocrata Russo e outros) e outras frações de classe da burocracia (sindical, burocracia empresarial, mas sobretudo a burocracia estatal). Quando a vanguarda Bolchevique toma o poder de estado, vai paulatinamente burocratizando, enfraquecendo e eliminando as organizações dos trabalhadores russos. Embora fizessem todo um discurso “marxista”, afirmando que esta era a “ideologia” do estado soviético, a verdade é que se estabeleceu ali uma profunda burocratização de toda a sociedade, passando o estado a ser o grande capitalista. Aboliu-se a propriedade privada dos meios de produção, mas não se alterou em nada as relações de produção capitalistas. A União Soviética não era uma união de sovietes, estes foram eliminados ao longo da história, ficando muito mais na memória do que na prática cotidiana dos trabalhadores desta sociedade.

Uma outra forma de contrarrevolução verificável ao longo da história destas experiências é aquela que se dá mediante a mudança de regime político. Esta geralmente ocorreu dentro do capitalismo privado. O que acabou com a revolução dos Cravos, por exemplo, não foi nenhum massacre burguês contra os operários insurgentes. Pelo contrário, as comissões de fábrica e demais organizações existentes não foram capazes de conduzir aquela luta para algo além do próprio modo de produção capitalista. A crítica dura que fizeram à ditadura de Salazar os conduziu somente à constituição de uma democracia burguesa. Foram enredados pelo parlamentarismo e toda a luta construiu somente novos candidatos, fortalecendo o estado capitalista ao invés de o destruí-lo. No caso chileno, pelo contrário, a experiência de radicalização da classe operária, setores do campesinato, da juventude estudantil etc. conduziu ao estabelecimento de uma nova ditadura, a ditadura Pinochet. O que isto nos demonstra é que, se a classe operária se coloca em luta, ela deve ir até o final. Parar na metade do caminho, mudando somente o regime político (de ditadura para democracia ou de democracia para ditadura) o máximo que ela consegue é fortalecer o capitalismo e o estado capitalista.

Tendo em vista, portanto, a necessidade deste tipo de reflexão, é que a Revista *Enfrentamento* vem ao longo de uma década de existência procurando realizar este tipo de trabalho. Vários foram os textos nos quais fizemos isto: *A Revolução Húngara de 1956*, de Tomas Feixa, publicado no número 2, de 2007; *A Revolução Russa*, de Maurice Brinton, publicada no número 3, de 2007; *Estado e Revolução Cubana: estatização dos meios de produção e exploração dos trabalhadores (1959-1962)*, de Rafael Saddi, publicado número 5, de 2008; *O início de um ciclo ascendente de lutas e o movimento dos desempregados*, de Roi Ferreiro, publicado no número 9, de 2010; *O regime de acumulação integral e as lutas de classes no México: emergência e interpretações acerca do EZLN*, de Diego Marques Pereira dos Anjos, publicado no número 10, de 2011; *As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil*, de Lucas Maia, publicado no número 15, 2014; *A Guerra Civil na França de 1871*, de André de Melo Santos, publicado no número 17, de 2015; no número 18 de 2015, publicamos vários textos discutindo experiências revolucionárias: *As Jornadas de Março*, Herman Gorter; *A Comuna de Paris de 1871*, Edmilson Marques; *Maio de 1968*, Marcus Vinícius da Conceição; *A Revolução Húngara de 1956: alguns apontamentos necessários*, Marcus Vinícius da Conceição; no mês de julho de 2013, ainda no calor das manifestações que assolaram as cidades brasileiras neste ano, publicamos um número especial sobre as Jornadas de Junho de 2013, com textos de João Gabriel da Fonseca Mateus, Lucas Maia, Nildo Viana e Edmilson Marques.

Este breve excursus demonstra nossa preocupação em analisar, de um ponto de vista autogestionário, ou seja, revolucionário, as várias experiências históricas de luta da classe operária e demais classes e setores radicalizados da sociedade. A nossa máxima é de que a ignorância não é benéfica para ninguém e nunca trouxe qualquer vantagem para as classes desprivilegiadas. Consideramos, por isto, que as tendências existentes hoje no Brasil dentro dos setores mais radicalizados, sobretudo a juventude, em negligenciar a produção intelectual é um dos equívocos mais desastrosos. Não que tal conhecimento traga qualquer garantia de vitória. Sua apreensão, contudo, pode evitar muitos erros.

É pensando nisto que trazemos à tona este número da Revista *Enfrentamento* dedicado unicamente a analisar algumas experiências históricas de luta do

proletariado. Traduzimos para o português os textos de Henk Canne Meijer, *O movimento dos conselhos operários na Alemanha – 1917 – 1921* e o de Paul Mattick, *As barricadas devem ser removidas: o fascismo de Moscou na Espanha*. Este número conta ainda com as contribuições de André de Melo Santos (*Os movimentos juvenis e o Maio de 1968 na França*); de Nildo Viana (*A revolução polonesa de 1980*); de Diego Marques Pereira dos Anjos (*A Comuna de Oaxaca*); e de Edmilson Marques (*A experiência revolucionária no Chile*).

À leitura!!!

EDITORIAL*

Os artigos reunidos no presente número da Revista Enfrentamento são dedicados à análise do Estado e do seu devir durante o processo revolucionário. A perspectiva presente em todos os textos manifesta o ponto de vista proletário, ou seja, do proletariado como classe autodeterminada, revolucionária. Apontam, portanto, para o processo de transformação radical da sociedade capitalista. Este é solo sobre o qual todos os autores semeiam suas ideias.

De um ponto de vista proletário, a única proposta para a instituição estatal é sua completa abolição. A revolução proletária tem necessariamente que chegar a esta conclusão. Conclusão do processo histórico, porquanto teoricamente já está por demais sedimentada. A realidade está aquém da teoria. Isto quer dizer unicamente que conceber teoricamente a demolição do Estado, compreender teoricamente seu processo de dissolução não implica em hipótese alguma que necessariamente ele será abolido. Sua abolição é tão somente uma tendência histórica, manifesta na luta revolucionária do proletariado. Enquanto tendência, não quer dizer em absoluto que necessariamente irá se confirmar. É a luta de classes que definirá tal destino. Como se vê, o ponto de vista de nossa Revista, logo, do Movimento Autogestionário, não se assemelha em nada às teses deterministas pseudomarxistas que veem uma revolução proletária inevitável, decretada teoricamente (melhor, ideologicamente), tal como se vê nas vulgatas sob influência stalinista e outras.

O caráter da revolução proletária está bem demonstrado no texto de Anton Pannekoek que Nildo Viana traduziu e nos disponibilizou para ser aqui publicado. A revolução dos trabalhadores é impulsionada pelo próprio modo de produção capitalista, suas contradições, crises e dificuldades. Contudo, é sobretudo uma criação política da classe operária (e demais classes desprivilegiadas que podem se aliar ao proletariado, talo como o campesinato, lumpemproletariado etc.). É exatamente este aspecto criativo das revoluções que temos que dar atenção. A grande contribuição de Pannekoek neste e em vários outros, é demonstrar o conteúdo da luta política, as formas da luta política do proletariado, seus inimigos de classe

* Editorial da Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 12, nº 21, jan/jun. 2017.

(partidos políticos, sindicatos, estado, capitalista etc.). A luta de classes do proletariado ou é anticapitalista ou não é nada, isto já dizia Marx no século XIX, “ou proletariado é revolucionário ou não é nada”.

Assim, a luta da classe operária autodeterminada não é somente contra o estado, como alguns iniciantes ao estudo do anarquismo propagam, embora, sem a destruição da instituição estatal, tal revolução está abortada. O estado, seja por meio da repressão violenta, seja por meio da cooptação e absorção por meios democráticos ou não, foi ao longo do século XX um dos principais obstáculos para um desenvolvimento positivo das revoluções.

Assim, segundo conclui Nildo Viana em seu artigo aqui publicado, o Estado é um aparato privado do capital, mediado pela burocracia. O Estado não é o “público”, o “universal”, que paira acima das relações sociais. Nada disto, a instituição estatal é determinada pela acumulação de capital. Quando esta está em ascensão, o Estado tem condições de expandir-se, realizar políticas determinadas que inclusive são benéficas para as classes desprivilegiadas. Contudo, quando se começa a perceber dificuldades de acumulação, tais determinações do modo de produção afetam profundamente a própria dinâmica do Estado, uma superestrutura, “forma social” segundo expressão de Viana. Assim, a luta dos trabalhadores nunca deve ser direcionada para uma melhora do Estado, a não ser que a classe operária e demais classes queiram permanecer na penúria e em sua situação alienada (mesmo que melhorada nos momentos de ascensão). A solução definitiva só pode ocorrer na luta anticapitalista, ou seja, contra o modo de produção capitalista e suas formas sociais (Estado, cultura, etc.). Logo, a solução definitiva e o único caminho possível para os trabalhadores é na luta contra o capital e contra seu aparato principal, o Estado. Eis a conclusão de Nildo Viana.

O artigo de Matheus Almeida realiza discussão semelhante, contudo, enfocando a abordagem de Marx sobre. Após demonstrar como a noção de Estado em Marx se desenvolve ao longo da produção deste autor, após determinar o caminho tortuoso deste conceito na obra de Marx, demonstra a natureza antiestatista das discussões políticas do autor de *O Capital*. Se Marx era um antiestatista, seus continuadores, nem tanto. Assim, o Engels em seus últimos anos

de vida, Lassalle e os lassalianos, o Partido Socialdemocrata e o bolchevismo (ilustrado aqui na obra de Lênin) expressam deformações do pensamento de Marx. Almeida tem o mérito de demonstrar, em meio a uma literatura confusa e dispersa, o caminho seguido e o destino trilhado pelas concepções de Marx desde sua elaboração inicial, até as deformações mais antagônicas ao progenitor das ideias. Este é o mérito do seu texto.

Gabriel Teles e Aline Ferreira complementam a discussão apresentando a raiz da tese de “fase de transição socialista”, apregoada por Lênin e toda a sequência posterior de pseudomarxistas. Ao defenderem tal tese, que é em si problemática, tendo em vista os interesses de classe que esconde, aumenta-se ainda mais o problema ao atribuí-la a Marx, que nunca defendeu nada semelhante. Os autores têm pois o mérito de expor didaticamente o surgimento desta tese, os vínculos com a burocracia bolchevique que ela manifesta, as distinções com as teses marxistas e, principalmente, seu caráter antiproletário. Como já dissemos, a revolução proletária não consiste em conquistar o poder estatal, mas sim, em aniquilá-lo, já, desde a partida.

O estudo de Lucas Maia demonstra como esta tese ainda vive nos dias de hoje. Mesmo após todas as experiências do século XX, inspiradas ou na URSS, com todas as críticas já sedimentadas sobre a tese das vanguardas, as críticas ao que fizeram os PCs ao longo do mundo etc., esta velha tese ainda teima em permanecer. Tais autores e tendências tem, pois, grande dificuldade em recusar o Estado. Querem, de uma ou outra maneira, encontrar argumentos e justificativas para se apropriar de tal instituição, mesmo falando em nome do proletariado e da revolução. Isto, na verdade, só expressa os interesses de classe e demonstra que a contrarrevolução burocrática é ainda uma ameaça, um problema ao prosseguimento de uma possível revolução proletária no século XXI. Ao criticar o livro *Conselhos e Democracia*, de Luciano Cavini Martorano, Maia demonstra como este autor realiza um ecletismo entre autores de várias tendências do bolchevismo e os autores conselhistas. Este ecletismo expressa na verdade uma domesticação e amansamento das teses conselhistas. Ao invés de fazer avançar a teoria da revolução proletária para onde estes autores a deixaram, Martorano consegue recuá-la a concepções mais

moderadas que o próprio bolchevismo. Assim, se se pode dizer, a grande contribuição do recente livro de Martorano é demonstrar que a velha tese da vanguarda embora ainda esteja recalcada e envergonhada, é ainda tendência que pode se manifestar como importante empecilho ao desenvolvimento da luta proletária.

Por último, o texto de Lisandro Braga, embora centrado no desenvolvimento da luta do movimento piqueteiro em Neuquén, na Argentina, traz importantes contribuições para se compreender o caráter repressivo do Estado neoliberal. O texto apresenta pelo menos três grandes contribuições: a) discutir as etapas, as formas, a radicalidade da luta piqueteira; b) apresentar a face violenta do estado neoliberal contra as manifestações populares, demonstrando que o dito Estado mínimo neoliberal é máximo quando se trata de equipar seu aparato repressivo; c) demonstra o papel que o capital comunicacional desempenha em criminalizar a luta popular, além de justificar a repressão estatal.

Assim, este Enfrentamento, que colocamos à apreciação do público interessado, ao enfocar alguns elementos do estado, dá alguns aportes a todos aqueles que se empenham na luta contra o capital (classe capitalista) e contra o estado (burocracia) e a favor da auto-organização do proletariado em sua difícil tarefa de construir uma nova sociedade. Deixamos aqui, portanto, nosso singelo apoio à luta revolucionária.

Diante do capital e seu Estado, somente o Enfrentamento é realista!!!

EDITORIAL*

A revista *Enfrentamento* número 22 traz aos leitores debates e combates sobre burocracia e luta de classes. Dada a amplitude do assunto, haverá ainda outra edição dedicada ao problema da burocracia como classe social e suas práticas de regularização social, quando classe auxiliar da burguesia, ou práticas contrarrevolucionárias, quando presentes em variadas perspectivas pseudomarxistas.

A burocracia como classe social se apresenta nas lutas de classe. Sua gênese como entrave para o avanço do proletariado revolucionário, ou seja, da autogestão social como resultado das lutas autogestionárias, pode ser demarcada em vários momentos da história. Um deles, privilegiado, é a chamada revolução bolchevique, ou melhor, contrarrevolução bolchevique, contrarrevolução da classe burocrática.

Celebrada por grupos e instituições pseudomarxistas ao longo do ano de 2017, pela efeméride do seu centenário, o que a contrarrevolução bolchevique tem a nos oferecer? A experiência do proletariado revolucionário e dos soviets, bem como as lamentáveis heranças – “a tradição dos mortos que oprime o cérebro dos vivos” – do bolchevismo.

A contrarrevolução bolchevique consistiu no embate entre partido bolchevique e conselhos (soviets) ao longo dos anos 1917-1922, entretanto, sua gestação vinha há tempos, e esteve relacionada à maturação e hegemonia da vertente leninista no interior do POSDR (Partido Operário Social Democrata Russo). Ao vencer as tendências que disputavam o movimento operário russo entre as décadas de 1890 e 1910, o bolchevismo de Lenin, numa interpretação equivocada da concepção de ditadura do proletariado, renomeada como “período de transição”, com seu golpe de estado de outubro de 1917 – entrementes todas as dificuldades relacionadas ao pós-guerra e às tentativas de retomada do poder estatal pela burguesia nacional e internacional, aristocracia e monarquia russa, bem como à fome e às expectativas revolucionárias dos trabalhadores da cidade e do campo –, dá início

* Editorial da Revista *Enfrentamento*. Goiânia: ano 12, nº 22, jul/dez. 2017.

à ditadura contrarrevolucionária de esgotamento das experiências autogestionárias que vinham acontecendo nos sovietes ou conselhos de operários e de soldados. Experiências essas que poderiam ter caminhado em direção a um autogoverno dos produtores ou autogestão social.

Dado que o estudo crítico do passado é determinado pelas questões levantadas no presente, e que toda escrita da história possui uma perspectiva de classe, os textos que trazemos no presente número estão construídos pelos enfrentamentos do proletariado revolucionário, em contraposição às posições da burocracia (bolchevismo), e da burguesia (liberalismo, conservantismo). As três perspectivas disputam as heranças sobre a revolução russa, bem como a luta de classes contemporânea.

O artigo *A contrarrevolução bolchevique na Rússia e o processo de burocratização dos sovietes*, de Oskar Anweiler, tradução de trecho da obra *Los Soviets en Russia (1905-1921)*, por Edmilson Marques, apresenta como diferentes grupos lutaram contra tal processo. Ao descrever os conflitos dos socialrevolucionários de esquerda, socialrevolucionários de direita, socialrevolucionários maximalistas, mencheviques, comunistas revolucionários, comunistas populares e vários grupos anarquistas diante dos bolcheviques, o autor narra o processo pelo qual, no campo e na cidade, deu-se o fortalecimento dos últimos, pela “continuação de velhas teses e formas de ação, como foram expostas e realizadas por Lenin desde o início de sua carreira política, logo, no início de 1905 e, sobretudo, no decorrer da Revolução de 1917”. Ainda segundo Anweiler, “com o triunfo do bolchevismo, a ideia conselhistas foi fundamentalmente alterada: de órgão da autonomia proletária e portadores de uma democracia radical, os conselhos russos se converteram em órgãos de direção de massas pela elite do partido.”

No artigo *As revoluções russa e alemã: a questão do estado, dos partidos, dos sindicatos e dos conselhos operários*, Lucas Maia contribui para a expansão e aprofundamento desse debate ao traçar comparações entre as formações sociais russa e alemã, com reflexões sobre as semelhanças e diferenças de seus respectivos processos revolucionários e contrarrevolucionários. A partir da questão da organização e da estratégia revolucionárias, investiga como os sovietes tiveram

papel de destaque em cada um desses países, bem como sindicatos, partidos e forma estatal se apresentaram como freios à revolução, no caso, mais sólidos na Alemanha do que na Rússia. Ao apresentar o debate entre Lenin e Herman Gorter, bem como textos de Otto Ruhle e Anton Pannekoek, Lucas Maia traz à tona lições do passado, como a de que “os conselhos operários, organizações de fábrica, uniões operárias se repetiram em várias experiências posteriores”, para defender a tese de que “conhecer os significados das organizações dos trabalhadores ao longo de sua história de luta é ponto de partida fundamental para qualquer militante na contemporaneidade. Não repetirmos os mesmos erros é a tarefa de todo militante. Que cometamos outros erros, não os mesmos.”

A luta de classes permeada pelo processo de burocratização da contrarrevolução bolchevique se deu também na educação e escolarização. No texto *A escola do trabalho de Moisey Pistrak (1918-1929): crítica da educação politécnica bolchevique*, Ricardo Golovaty sintetiza os diferentes aspectos da chamada escola do trabalho de Pistrak, para demonstrar como reproduzia-se teses do partido bolchevique e de Lênin sobre a escolarização para a “nova” divisão do trabalho, correspondente aos papéis subalternos dos trabalhadores para a construção da União Soviética. Considerando que no Brasil contemporâneo há um movimento de publicação e reflexões sobre os pedagogos soviéticos, entre eles Pistrak, o autor alerta para a importância da perspectiva crítica e autogestionária sobre os mesmos, bem como procura apresentar elementos de superação das teses bolcheviques sobre educação e revolução, e educação politécnica, a partir de elementos da pedagogia autogestionária.

O ensaio *Leninismo e dominação burocrática: os escritos de Lênin acerca do Taylorismo*, de autoria de Aline Ferreira e Gabriel Teles, compõe parte de um projeto maior dos autores, quanto à crítica autogestionária de Lênin, ou melhor, da “ideologia leninista e seus desdobramentos contrarrevolucionários na luta pela transformação social a partir do movimento operário”. Nesse trabalho, os autores partem da “mentalidade burocrática” de Lênin para descortinarem os meandros pelos quais o líder bolchevique foi alterando suas concepções acerca do taylorismo ao longo dos anos 1913, 1914 e 1918, segundo os seus interesses. Partindo de uma bela

síntese sobre a contrarrevolução bolchevique e sobre a natureza do taylorismo, chegam às concepções oportunistas de Lênin, numa crítica mordaz ao mascaramento que tentou desenvolver quanto ao taylorismo como método capitalista de extração do mais-valor relativo, coerente com seus objetivos sobre o futuro da União Soviética.

Nesse sentido, a crítica da questão da organização do trabalho em Lênin se desdobra numa visão sintética da totalidade do bolchevismo e da formação social que objetivaram construir, ao deixarem de lado a perspectiva revolucionária de que “não é possível criar o novo reproduzindo o velho”.

Fechando esta edição, temos o ensaio de Marcus Vinícius C. da Conceição, *Ditadura do proletariado: visões e revisões de uma querela marxista*. Segundo o autor, as interpretações e lutas em nome do conceito de ditadura do proletariado “correspondem às respectivas mudanças pelas quais o próprio movimento operário europeu passou (...) resultando assim em uma dialética entre teoria e prática do movimento operário.” O autor estuda os casos russo, alemão e italiano. Quanto à Rússia soviética, afirma que os bolcheviques criaram uma interpretação na qual a ditadura do proletariado se apresenta como forma de governo, estatal, não como forma de sociedade. No caso alemão, estudado a partir de Max Adler e Rosa Luxemburgo, a ditadura do proletariado é apresentada como síntese entre conselhos operários e democracia operária, portanto, mais próxima da concepção de Karl Marx.

Por fim, o caso italiano, lido segundo textos de Antonio Gramsci, procurou uma síntese entre conselhos operários e partido comunista, resultando então em específicas contradições e limites. O autor conclui o ensaio alertando para a necessidade de atenção aos sentidos do conceito e sua evolução em Marx, para que não se cometam erros, tais como o da contrarrevolução bolchevique.

Esperamos que os textos reunidos neste volume contribuam para o avanço da luta cultural e autogestionária, rumo ao autogoverno dos produtores.

Contra o estado e o capital, só nos resta o enfrentamento!

MEMORANDO: 18-05-1818*

De: Movimento Autogestionário

Para: Movimento Operário

ASSUNTO: abram os olhos e critiquem seus dirigentes

Considerando que:

“O estado é um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia”
(Karl Marx & Friedrich Engels).

“A emancipação da classe operária deve ser obra da própria classe operária”
(Karl Marx).

“A revolução proletária tem que destruir um poderoso sistema desde a raiz e criar algo de bem novo à mais larga escala. Para esta tarefa não são adequadas as forças dos partidos e sindicatos. Mesmo as mais fortes organizações são demasiado fracas para isso. A revolução proletária só pode ser obra da totalidade da classe proletária” (Otto Ruhle).

“O domínio cultural da burguesia tem idêntica importância ao seu poder material, porque mantém a classe operária na submissão. A ignorância é um estorvo para a libertação da classe operária. As velhas ideias e as tradições pesam consideravelmente sobre seus espíritos, inclusive quando tocados pelas novas ideias. É nestes momentos que os objetivos são vistos sob um ângulo bem mais estreito, que os “slogans” pomposos são aceitos sem crítica, que se tem ilusões sobre os êxitos fáceis, que as meias medidas e as falsas promessas afastam os trabalhadores do bom caminho. Comprova-se deste modo toda a importância das forças intelectuais para os trabalhadores. O saber e a perspicácia são fatores essenciais para a ascensão do movimento revolucionário da classe operária” (Anton Pannekoek).

* Editorial da Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 13, nº 23, jan./jun. 2018.

“Os filósofos contentaram-se em interpretar o mundo de diferentes maneiras, mas o que importa é transformá-lo” (Karl Marx).

É que dedicamos mais um número da Revista Enfrentamento ao combate ao processo de burocratização típico de nossa sociedade e às organizações burocráticas que necessariamente se desenvolvem de tal processo. Contudo, o que se destaca de modo mais claro da análise do artigos agora disponíveis ao público, é a crítica da burocracia como classe social. Na verdade, tanto a burocratização do mundo, quanto a ampliação, criação de novas organizações burocráticas, de processos burocráticos etc. tem como base material de sua realização a classe burocrática, ou seja, o conjunto de indivíduos que materializam tais processos e organizações.

A percepção deste dado elementar, entretanto, estranhamente desconhecido entre militantes, intelectuais e o conjunto das classes trabalhadoras, é algo a se pontuar em todos os artigos aqui reunidos. Esta crítica da burocracia é parte, na verdade, da militância teórica desenvolvida pelo Movimento Autogestionário há vários anos. Nos vários números da Revista Enfrentamento, é possível perceber textos que criticam direta ou indiretamente a burocracia como classe social. Entretanto, o número 22, já publicado e o número 23, agora disponibilizado, dão maior atenção ao fenômeno burocrático.

A classe operária (e demais classes desprivilegiadas) tem diante de si uma imensa tarefa: destruir o modo de produção capitalista (obra da classe operária) e reconstrução da sociedade sobre novas bases. Esta imensa tarefa encontra inúmeros obstáculos. Convém lembrar: a) interesses e poder da atual classe dominante, a burguesia; b) interesse e poder da burocracia. A contrarrevolução burguesa já se demonstrou em inúmeros momentos históricos como um grande empecilho ao desenvolvimento da luta da classe operária. Os episódios sangrentos dos séculos XIX e XX são testemunha disto, vide, por exemplo, o massacre aos parisienses nos meses que se seguiram à Comuna de Paris em 1871. Contudo, para além destes métodos bárbaros, aos quais a burguesia não tem pudor em recorrer para assegurar seus interesses de classe, há outros: chamado à democracia, ideologias que sustentam o

atual modo de produção etc. Só trouxemos este dado para salientar o mais poderoso inimigo da classe operária: a classe capitalista e seu estado.

O século XX, contudo, demonstrou aos revolucionários militantes e à classe operária e demais classes desprivilegiadas em geral, que além da burguesia, uma outra classe social sempre desempenhou um nefasto papel em impedir o avanço da classe operária: a burocracia. A contrarrevolução burocrática, cujo exemplo clássico é a ascensão dos bolcheviques ao poder na Rússia em outubro de 1917, é um dado que atualmente não se pode mais escusar a análise. Da mesma forma que a burguesia, a burocracia desenvolve inúmeros instrumentos, materiais e ideológicos, para manter a classe operária em estado de submissão. O desenvolvimento dos partidos políticos e dos sindicatos são uma prova clara disto. Estas organizações são hoje um grande obstáculo à luta da classe operária. São instituições a serem combatidas e não apropriadas ou desenvolvidas. Seu maior trunfo está em se dizer aliada da classe operária, da falar em seu nome, de ser sua representante. Eis um dos maiores problemas em se combater a classe burocrática, pois algumas de suas frações (sindical, partidária) e extratos (inferiores) dizem representar e falar em nome dos trabalhadores, porquanto, não sejam trabalhadores, mas sim, burocratas.

A classe operária a cada momento de ascensão identifica este dado de sua luta nas últimas décadas. Contudo, cessado o ciclo de lutas, tal aprendizagem, via de regra, não se acumula, não se sedimenta. Em novo ciclo, ela deve aprender de novo, pois uma nova geração de trabalhadores entrou no cenário e vai aprender, novamente por si mesma o significado da burocracia enquanto classe. Somente quando houver a superação desta situação, de modo continuado no tempo e no espaço e que veremos a possibilidade de uma nova sociedade se apontar no horizonte. A burguesia, quando a classe operária entra em luta, é facilmente identificável como inimiga. Também o estado, pois este ocorre em reprimir o movimento. As burocracias inferiores, contudo, são as últimas a serem percebidas como inimigas. Quando isto acontece, é porque a luta de classes já está a se radicalizar a níveis perigosos para a classe dominante. E faz esta tudo o que puder para evitar este degrau na luta do proletariado.

Assim, uma crítica geral da burocracia (como classe social, como forma organizacional e como processo social mais amplo, de burocratização da vida social em sua totalidade) é uma necessidade premente das lutas sociais contemporâneas. É por isto que dedicamos este número exclusivamente a esta tarefa. Trata-se de uma pequena contribuição, dada a dimensão do problema. Contudo, embora pequena, é significativa, pois toca nos pontos centrais da questão.

O texto de Nildo Viana aborda o significado histórico da burocracia, demonstrando sua origem, sua especificidade histórica, ou seja, um produto da sociedade burguesa. A burocracia como classe social e como organização é analisada pelo autor de tal sorte que a apresenta como um empecilho ao desenvolvimento do processo revolucionário. Trata-se de uma classe a ser abolida, juntamente com as organizações que esta cria para se autodesenvolver (estado, partidos, sindicatos, ONG's etc.). O triunfo do processo revolucionário está diretamente associado à aniquilação da burocracia enquanto classe. Eis a conclusão lógica do entendimento do significado histórico da burocracia.

Um aprofundamento deste apontamento teórico realizado por Nildo Viana é feito por Rubens Vinícius da Silva. Discutindo a noção de partido político em Karl Marx, o autor descobre os diferentes tipos de organização existentes, bem como seus objetivos, formas de decisão internas e sua relação com as classes sociais em geral e com a luta de classes levada a cabo pelo proletariado. As organizações vinculadas ao proletariado surgem como organizações autárquicas e com o desenvolvimento histórico do capitalismo, marcado por uma crescente mercantilização e burocratização, tornam-se cada vez mais burocratizadas. Este é o caso dos partidos políticos no sentido moderno do termo. Marx viveu no início deste processo de burocratização, o que possibilitou a ele efetivar críticas a tais organizações (partido social-democrata alemão; partidos burgueses etc.). O que o autor demonstra é que o caráter burocrático dos partidos só se consolidou mesmo na segunda onda de burocratização (regime de acumulação intensivo). De lá para cá, tal burocratização é um processo irreversível e os partidos políticos, assim como os sindicatos são organizações a serem superadas. Para finalizar, traz à discussão a tese de Karl Jensen, quando este discute o desenvolvimento das lutas proletárias, que

passam das lutas espontâneas para as autônomas e tendem a se expandir para as lutas autogestionárias. As organizações autárquicas autônomas revolucionárias ou somente organizações revolucionárias devem contribuir com proletariado a fim deste avançar das lutas autônomas para as autogestionárias. Para tanto, as organizações revolucionárias devem superar tanto o vanguardismo, quanto o reboquismo. Eis o grande mérito deste texto, demonstrar, em consonância com o texto de Viana, a necessidade de superar o capital, bem como a burocracia que este demanda e prolifera.

As discussões sobre a burocracia são remetidas, no texto de Diego Pereira dos Anjos, ao pensador revolucionário Jan Waclav Makhaiski, em sua discussão sobre a *intelligentsia*. Makhaiski, crítico do “socialismo de estado”, da *intelligentsia* russa (social-democrata e bolchevique), foi traduzido no Brasil pela primeira vez por Maurício Tragtemberg em sua clássica coletânea: *Marxismo Heterodoxo*. Há mais uma edição espanhola e outra francesa de mais alguns textos de Makhaiski. Seu pensamento é, portanto, assustadoramente desconhecido entre nós. Isto se deve, aponta Anjos, entre outros aspectos, ao lugar de severo crítico da intelectualidade, como classe social, feito por Makhaiski. Esta é, de certa forma, uma de suas principais contribuições, ou seja, identificar o caráter de classe da intelectualidade e os interesses específicos que tem e defende. Embora fale em nome do “proletariado”, do “povo”, do “universal”, da “verdade” etc., o que está por detrás de seus discursos aparentemente descompromissados, é uma profunda defesa de seus interesses mesquinhos de classe. Makhaiski demonstra que os intelectuais não estão acima dos conflitos de classe. Pelo contrário, estão em seu seio e tomam partido, bem como defendem seus próprios interesses, arrastando a brasa para seu próprio peixe. Mesmo tendo esta clareza, ainda nos distantes anos iniciais do século XX, Makhaiski não esteve livre de equívocos. Anjos comprova que isto ocorreu por uma deficiência do autor em compreender a totalidade e complexidade do pensamento de Marx, por confundir, por exemplo, intelectualidade com burocracia, sendo o termo *intelligentsia* empregado significando as duas classes indistintamente. Em que pese os equívocos de Makhaiski, que se explicam também pelo contexto histórico no qual escreveu, trata-se de autor a ser lido pelos revolucionários de hoje. É pensando nisto, que

traduzimos um texto ainda inédito em português de Makhaiski. *Sobre os interesses de classe da intelligentsia* é uma importante contribuição do pensador russo à compreensão desta classe social, a intelectualidade. Esperamos, com esta pequena contribuição, enriquecer o cabedal dos revolucionários de hoje no conhecimento da obra deste ilustre desconhecido, Jan Waclav Makhaiski.

Por fim, a contribuição de Edmilson Marques coroa este debate sobre a burocracia, trazendo alguns apontamentos sobre a “Escola Derivacionista” e a interpretação que esta realizou sobre a instituição estatal. Após ressaltar as principais contribuições desta escola, como a de que o estado capitalista é serviçal do capital, pois é sua forma política necessária, apresenta os limites e equívocos interpretativos: economicismo, não perceber outras dimensões do estado, como a repressão política, política cultural do estado etc. Em que pese seja uma análise sintética, o texto de Marques marca os pontos essenciais para o entendimento da chamada escola derivacionista do estado, mais um elemento no entendimento do processo de burocratização típico de nossa sociedade.

Assim, diante das questões postas, sem mais para o momento,

Movimento Autogestionário

Junho de 2018

EDITORIAL*

O Movaut é um coletivo autogestionário que vem atuando há cerca de trinta anos. Nossa perspectiva vai da radicalidade da análise, o movimento de escrutínio às raízes do capitalismo, para a radicalidade das formas de luta que levam à sua abolição. Nossa análise funda-se na perspectiva de classe do proletariado como classe autodeterminada, o que leva ao materialismo histórico-dialético e a luta de classes como pressuposto da análise e ação política. O Movaut entende que a realidade existente não deve ser somente criticada, mas também superada concretamente.

A vigésima quarta edição da revista apresenta contribuições significativas para a conscientização dos caminhos que devemos seguir e das barreiras e dos inimigos que precisamos derrotar, para a construção de uma sociedade autogerida.

Somente lutas autogestionárias podem conduzir à autogestão social. Esse é o centro de todos os artigos aqui apresentados, nas três seções da revista: no dossiê “Luta de classes e estratégia revolucionária”, nos demais textos e nas traduções. Não poderia ser diferente. Há mais de um século e meio o proletariado revolucionário em suas ações concretas e em suas expressões teóricas contra a exploração da sociedade capitalista demarcaram os caminhos que demonstram a inviabilidade das instituições orientadas pela burocracia e pela verticalidade como condutoras das lutas. As formas das lutas devem ter relação direta com o conteúdo das lutas. Neste sentido, somente organizações autogestionárias são capazes de apresentar as sementes e as ações concretas de enfrentamento ao capital. Contrarrevolucionárias são todas as formas de organização burocratizadas, centralizadas e lideradas pelos autorrepresentados e autolegitimados intelectuais de vanguarda e seus burocratas, tais como os partidos políticos e os sindicatos.

A luta cultural, expressa na revista *Enfrentamento*, permite a crítica radical dessas instituições e o fortalecimento do bloco revolucionário para os combates contra o bloco dominante e o bloco progressista, rumo ao fortalecimento e

* Editorial da Revista *Enfrentamento*. Goiânia: ano 14, nº 24, 2019.

consolidação de um bloco revolucionário. O *dossiê Luta de classes e estratégia revolucionária*, aqui apresentado, tem esse objetivo.

Abre o dossiê o texto de Nildo Viana, *Blocos sociais e estratégia de classe*. Nele, há a elucidação das noções de estratégia e tática pela perspectiva do marxismo autêntico, bem como a crítica dessas noções como praticadas pela tradição bolchevique. A partir da teoria dos blocos sociais, Viana apresenta como as classes sociais fundamentais, burguesia e proletariado, bem como as demais classes sociais e suas frações, alinham-se aos blocos sociais, no caso, dominante, progressista e revolucionário. O artigo elucida as respectivas estratégias de cada bloco, demonstrando como as lutas de classe se dão no capitalismo. Por fim, apresenta as lutas que o bloco revolucionário, como expressão do proletariado revolucionário, deve conduzir para a autodeterminação dos trabalhadores e para a sociedade autogerida.

O artigo de Edmilson Marques, *Luta cultural e estratégia revolucionária* traz excelente complemento ao texto anterior. Edmilson Marques define o que é luta cultural, o que é estratégia revolucionária e quais as suas relações. Na primeira parte, demonstra a importância da luta cultural, sua contribuição para a autoformação das classes desprivilegiadas a partir da exploração e alienação que experimentam no capitalismo, analisando como os períodos de menor ou maior acirramento das lutas influenciam esse processo. Na segunda parte, o autor caminha por textos fundamentais do marxismo autogestionário para definir o que é estratégia revolucionária. Assim, na terceira parte, encerra a reflexão explorando as relações entre luta cultural e estratégia revolucionária, sua unidade indissolúvel e como se apresentam em diferentes suportes, seja em forma de teoria, seja em forma de arte.

O leitor que optar pela sequência do dossiê perceberá que o seu caráter orgânico toma forma cada vez mais concreta com o artigo de Lucas Maia, *Capitalismo contemporâneo e estratégia revolucionária hoje*. Maia apresenta uma leitura sintética dos principais elementos que compõem o capitalismo contemporâneo, indo da questão da chamada reestruturação produtiva às formas e crises da acumulação de capital pelas contribuições do conceito de regime de acumulação integral. Na segunda parte, o autor investe em leitura crítica de livros que foram considerados

fundamentais pelo bloco progressista para o entendimento do capitalismo contemporâneo, realizando crítica radical dos limites dos livros e, principalmente, do bloco progressista, cada vez mais saudoso de um estado de bem-estar social, à procura de um keynesianismo reformulado. A síntese das determinações que explicam o capitalismo contemporâneo permite a Maia, na terceira parte do artigo, explorar com a necessária lucidez e utopia os desafios que temos pela frente na luta pela autogestão social. Para tanto, realiza uma análise das formas de luta que se acumulam dos anos de 1990 até hoje, demonstrando suas potencialidades e suas limitações enquanto expressões do bloco revolucionário.

O penúltimo texto do dossiê, *MPL-SP, junho de 2013 e os limites do autonomismo*, de Diego Marques, tem proximidade e complementaridade com o texto anterior, dado que usa da perspectiva autogestionária para realizar um estudo crítico do conteúdo e das formas de organização do MPL-SP, explorando os atos de junho de 2013. A análise de Marques destoa das convencionais interpretações sobre os acontecimentos daquele ano ao escolher tal caminho. O autor torna claro como foram as limitações da radicalidade das formas de ação e das pautas escolhidas pelo movimento os fatores que contribuíram pela sua incapacidade de enfrentar o crescimento das adesões às ações que vinham estabelecendo. Ao sintetizar as determinações do autonomismo, do movimento estudantil e da história do MPL, Marques chega à conclusão de que seu reformismo radical o posiciona como setor radicalizado do bloco progressista, ou seja, distante do bloco revolucionário e da luta radical contra o capitalismo.

À primeira vista, o texto seguinte do dossiê, de autoria de Gabriel Teles, intitulado *Marxismo Autogestionário e Leninismo: oposição ou antagonismo*, pode parecer deslocado da sequência e da organicidade dos textos anteriores. Um grande engano. A luta contra a tradição bolchevique e sua constante atualização nos movimentos sociais, no movimento estudantil, nos partidos e nos sindicatos significa uma das principais formas da luta cultural e das lutas autogestionárias. Como ressaltamos no início, se conteúdo e forma não estão ligados, as lutas são limitadas ou contrarrevolucionárias. Neste sentido, o artigo de Teles explora de modo sintético, seja para aqueles com maior bagagem de leitura, seja para os iniciantes,

como os elementos centrais do leninismo, sobretudo a ideologia da vanguarda e a organização em partidos, são antagônicos ao marxismo autêntico, o marxismo autogestionário. Quando explora as quatro consequências do antagonismo entre leninismo e marxismo autogestionário, o autor deixa claro que não estamos diante de uma querela teórica, mas de questão central para as organizações do bloco revolucionário. Neste sentido, o texto contribui significativamente para a luta autogestionária.

Encerramos o dossiê da presente edição com o texto do MOVAUT Neoliberalismo discricionário e seus impactos na educação: a resposta autogestionária, onde vários militantes do Movaut se reuniram para realizar a crítica do projeto do governo Jair Bolsonaro para a educação superior e tecnológica, chamado FUTURE-SE. Esta nova política educacional insere-se numa nova fase da ofensiva neoliberal, marcada pela agressividade das políticas, rompendo o neopopulismo neoliberal da era dos governos do PT. O artigo realiza a crítica do programa FUTURE-SE e insere tal crítica dentro da estratégia revolucionária de reivindicações imediatas e projeto de transformação social. A leitura deste artigo é fundamental para os interessados em perceber como realizamos a crítica do presente relacionando-a com o projeto de transformação social voltado para o futuro.

A seção *Textos* traz duas contribuições. Alessandro Macedo explora a questão da consciência na obra de Karl Marx. O texto *A consciência em Marx* defende de maneira inequívoca a tese de que “a consciência não é nada mais do que o ser consciente”. Ao trabalhar de modo claro e conciso como Marx desenvolveu o materialismo histórico, Macedo elucida o antagonismo entre marxismo e positivismo, os problemas derivados das oposições entre sujeito e objeto, consciência e realidade, para, ao final, com o debate sobre ideologia e ideólogos, fechar o artigo com as relações entre luta de classes e consciência de classe.

O texto de Aline Ferreira, *José Paulo Netto e a definição não marxista de marxismo* realiza a crítica do livro “O que é marxismo”. Ferreira demonstra de modo desapiedado os limites e falsas contribuições da obra. A autora defende que Netto propositalmente tenta relegar todo o debate e lutas antileninistas do começo do século vinte ao esquecimento, para defender de modo precário a tese dos

marxismos, ou seja, da pluralidade de perspectivas no interior do marxismo derivadas dos anos 1950 em diante, ou seja, o lugar comum sobre ideias marxianas e ideias marxistas. Com habilidade, Ferreira demonstra as falácias e interesses políticos dessa posição, trazendo, a partir da definição de marxismo como expressão teórica do proletariado revolucionário, os elementos que permitem a defesa de um marxismo autêntico contra as práticas do pseudomarxismo, infelizmente presentes no ambiente acadêmico e na militância.

A última seção, *Traduções*, traz excelentes reflexões. O texto de Pannekoek, “*As ideologias*”, aponta para a importância da consciência no processo revolucionário: toda luta social é também uma luta de ideias, de concepções e de pensamento. Ou seja, a transformação social exige que uma transformação radical na consciência dos seres humanos; daí a importância fundamental da luta cultural.

Já o texto de Otto Ruhle, “*Qual Posição Tomar?*”, evidencia a necessidade de pensar uma estratégia revolucionária para o proletariado sem cair no canto da sereia da burguesia e da burocracia. O autor escreve no contexto da segunda guerra mundial, a propósito da criação da frente democrática contra o fascismo. Para Ruhle, a solução revolucionária está em romper com as tradições e vestígios das organizações do passado (sejam elas democráticas ou totalitárias, fruto da própria dinâmica capitalista).

O texto “*Mulheres membros do Parlamento*”, de Sylvia Pankhurst, tece uma crítica fundamental as mulheres que reivindicam o parlamento e a democracia burguesa. A revolucionária vincula a ideia de emancipação da mulher a transformação social via movimento operário, colocando que novas formas de organização devem ser construídas para o desenvolvimento do processo revolucionário e que a democracia e o parlamento são contrarrevolucionários.

O documento “*Manifesto dos Antiparlamentares Alemães para o Proletariado de Todo o Mundo*” do KAPD, escrito em 1921, corresponde a uma crítica radical a III Internacional e aos partidos políticos e sindicatos da sua época. O KAPD declara em seu programa, escrito por Otto Ruhle, que “não é um partido no sentido tradicional”, ou seja, não se trata de uma organização burocrática, cujo objetivo é a conquista do poder estatal. Deriva daí elementos de sua estratégia: a) destruição dos partidos

políticos e do parlamentarismo como um todo; b) destruição dos sindicatos; c) defesa radical das organizações de empresa e dos conselhos operários como estratégia de organização, ação e luta do proletariado.



**MOVIMENTO
AUTOGESTIONÁRIO**

movaut.com.br
<https://redelp.net/revistas/index.php/enf>